



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCURADORIA

Processo

Protocolo nº 006919 – 10/08/2020
Processo Nº 006919/SECGERAL
(PARTE 18 – DOCUMENTO Nº 14 – VOLUME 15)

Interessado

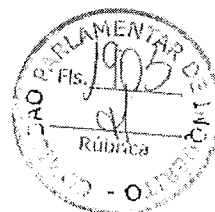
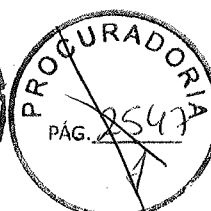
Cidadãos: Hélio Cesar Bairros, Bruno de Oliveira
Carreirão, Beatriz Campos Kowalski e outros

Assunto

Representação em face do Governador e Vice-
Governadora do Estado de Santa Catarina ante a prática
de crimes de responsabilidade



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito bom-dia a todas, muito bom-dia a todos, àqueles que nos acompanham pela TVAL, àqueles que nos ouvem pela Rádio Digital AleSC e àqueles que nos acompanham também pela plataforma YouTube no canal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 9ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nesta reunião o Deputado Moacir Sopelsa, que nos acompanha de forma remota, o Deputado Fabiano da Luz, o Deputado Kennedy Nunes, o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado Felipe Estevão, o Deputado Ivan Naatz e o Deputado Sargento Lima.

Comunico a vossas excelências que não haverá aprovação da ata da reunião anterior, da 8ª Reunião, pois ela ainda está em processo de elaboração devido ao grande volume de informações dadas pelas nossas testemunhas e pelas perguntas também dos Deputados.

Informo que recebemos uma nota de esclarecimento enviada pelo procurador da senhora Márcia Regina Geremias Pauli em relação ao depoimento prestado pela senhora Débora Brum (já distribuída aos Deputados-membros com a convocação).

Senhores Deputados, nós temos dois requerimentos extrapauta.

Primeiro requerimento... E pergunto a vossas excelências se existe óbice em colocar em votação. *(Pausa.)*

O primeiro requerimento, de autoria do Deputado Ivan Naatz, solicita a oitiva dos senhores Frederico Tadeu da Silva, controlador de Controle Interno e Ouvidoria da SES, e Thyago da Silva Martins, gerente de Execução Financeira, no dia 30/6/2020, às 17 horas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

O segundo requerimento, de autoria do Deputado Ivan Naatz, solicita a oitiva do senhor Vanderlei Vanderlino Vidal, atual superintendente de Gestão Administrativa da SES, em data a ser definida posteriormente.

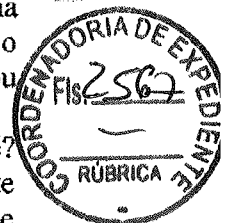
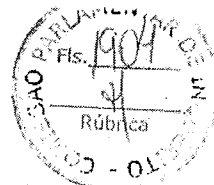
Pergunto a vossas excelências se alguém quer discutir o segundo requerimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, esse nome é muito importante, porque ele era o superintendente antes da Márcia e agora é o superintendente depois da Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy, se puder falar mais perto do microfone eu agradeço.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.



Este nome, Vanderlei Vanderlino Vidal, é muito importante. Inclusive na última sessão eu estava com o requerimento pronto, porque das informações que recebi, ele era o superintendente – ele é um bombeiro também – antes da Márcia, a Márcia saiu e ele voltou para [o lugar da] Márcia.

Portanto, ele também tinha a senha do e-mail e ele também mora no Campeche, né? Então é muito importante a gente ver essa questão. E agora, hoje, sai a notícia que o gerente de Licitações, o Coronel que esteve aqui, foi exonerado. A matéria chama a atenção porque diz assim... a matéria diz que o Coronel foi exonerado porque o novo superintendente, que é esse VVV, Vanderlei Vanderlino Vidal, está impondo novas condições de trabalho. Mas o Coronel era o gerente de Licitações antes da Márcia, também com ele.

Então vai ser uma boa oitiva desse cidadão aí.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Algum outro Deputado queira comentar o requerimento? (*Pausa.*)

Então coloco em votação.

Em votação.

Aprovado.

Senhores Deputados e todos aqueles que nos assistem, eu gostaria de falar sobre uma das testemunhas, testemunhas não, uma das pessoas que foram convidadas para estar aqui hoje com a gente, para prestar um depoimento. Esta Comissão não convoca tão somente aquelas pessoas que estão relacionadas diretamente com o contrato em si. A Comissão também pode requerer o parecer técnico de pessoas, que a gente pode convidar, para dissipar qualquer tipo de dúvida que possa surgir entre os membros da Comissão.

Então eu acabei, por requerimento meu, convidando o doutor Márcio Martins, para que ele pudesse nos tirar algumas dúvidas. Ele é médico pneumologista, indicado pela Associação Catarinense de Pneumologia e Tisiologia, e não tem nenhuma ligação com a compra dos respiradores, tá? É simplesmente para que ele possa nos ajudar um pouco mais a entender essa compra.

Então eu estou aqui justificando que esse é um convidado nosso aqui na Comissão Parlamentar, com uma característica... pela sua tecnicidade e conhecimento do assunto.

Consulto se o doutor Márcio já está conectado.

(*O depoente Márcio Martins conecta-se à videoconferência.*)

Doutor Márcio, o senhor consegue nos ouvir? O senhor tem que tocar na tela, vai aparecer o símbolo de um microfonezinho, ele deve estar com um risquinho.

E agora?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Conseguiu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Agora sim.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Ouviu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso.

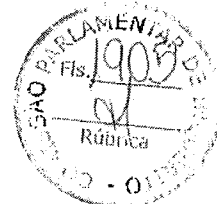
Doutor Márcio, eu estava explicando aqui para as pessoas... e eu acredito que o senhor não estava ouvindo a gente anteriormente, né?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É que nós convidamos algumas pessoas pela capacidade técnica que têm para nos ajudar aqui na Comissão.

O SR. MÁRCIO MARTINS — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São alguns técnicos que, devido aos seus conhecimentos profundos do assunto, podem nos ajudar, mas que não têm absolutamente nenhum tipo de envolvimento com a compra desses equipamentos.



O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E eu acredito que existam algumas perguntas para fazer para o senhor que podem nos ajudar aqui em relação à compra.

Consulto o Relator se tem alguma pergunta? Deputado Felipe Estevão? Deputado Fabiano? Deputado Valdir Cobalchini?

(Os Deputados-membros declinam da palavra.)

Deputado Kennedy Nunes?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu tenho uma pergunta doutor...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu tenho uma pergunta. É o seguinte, nós não entendemos nada de respiradores, né?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E daí, no caso específico, iniciou com um tipo de respirador que era portátil, aliás, o fixo, né? Depois eles entregaram, parece que quiseram mudar para o portátil...

O SR. MÁRCIO MARTINS — De transporte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — De transporte. A minha pergunta é o seguinte, já que a gente não teve esse parecer, porque esse parecer... quando o pedido do jurídico não apareceu... dos especialistas, se valeria ou não... eu queria que o senhor pudesse explicar assim para leigos (*risos*), como nós, todo médico... tem duas coisas que é difícil a gente entender de médico, a letra de vocês e o que vocês falam (*risos*).

Então, assim, se pudesse explicar, principalmente para nós aqui e para quem está nos assistindo...

O SR. MÁRCIO MARTINS — O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...se esses equipamentos, que eles quiseram trocar e entregaram parte, funcionam para leito de UTI da Covid lá no hospital?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Vê bem, é... ventilação mecânica hoje, a gente tem dois tipos de ventiladores. São os ventiladores mecânicos invasivos, que a gente chama, e aqueles ventiladores que dá pra praticar uma ventilação mecânica não invasiva, que você usa uma *interface*, que é uma máscara ou qualquer outro mecanismo que você possa levar a ventilação a esses pacientes.

Existem os ventiladores de transporte, que são portáteis, que são colocados nas ambulâncias ou para transporte intra-hospitalar dos pacientes pra fazer algum procedimento fora do leito de UTI. Por exemplo, fazer um exame de imagem, né?

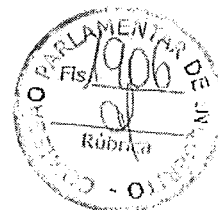
O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Hum, hum.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Fazer uma tomografia computadorizada, uma ressonância. Esses ventiladores de transporte não são ideais para ventilar os pacientes com Covid.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pronto.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Os pacientes com Covid, que têm a doença SARS-CoV-2, eles fazem uma doença pulmonar chamada Síndrome de Angústia Respiratória do Adulto, que é um grau de insuficiência respiratória grave. Vão necessitar de ventiladores mais robustos que possam ventilar e dar condições pra que esse pulmão se recupere. Então, pra isso, precisa de ventiladores mecânicos invasivos e que tenham características que podem auxiliar na recuperação dessa lesão pulmonar, entendeu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito. Então se eu entendi bem, se eu entendi...



O SR. MÁRCIO MARTINS — Eu fui claro?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

Se eu entendi bem, esses respiradores que a Veigamed num momento quis trocar não funcionam para o que o Estado queria fazer, que era para equipar os leitos de UTI do coronavírus, leitos fixos.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Se for ventiladores de transportes, não são adequados pra ventilar um paciente com a doença pulmonar provocada pela Covid, ventiladores de transporte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que são esse que vieram aí.

O SR. MÁRCIO MARTINS — *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado, doutor.

Eu fico pior ainda, porque além de a empresa enganar uma vez, nós fomos enganados uma segunda vez, porque além de não entre... Primeiro a enganação foi essa troca e depois a não entrega.

Obrigado, doutor.

Presidente, por mim é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Valdir Cobarchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Bom dia, doutor. Tudo bem?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu li alguma coisa...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...gostaria que o senhor confirmasse. Esses ventiladores que foram adquiridos, além de não servirem para os leitos de UTI, eles também não servem para o transporte de pacientes acometidos pela Covid, que inclusive se utilizados poderiam levar esses pacientes à morte. Isso é possível? Eu li alguma coisa de um...

O SR. MÁRCIO MARTINS — É...

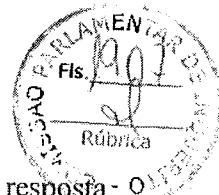
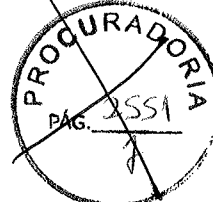
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...estudo médico. Gostaria que o senhor...

O SR. MÁRCIO MARTINS — É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...falasse alguma coisa sobre isso.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Vê bem, alguns ventiladores de transporte, dependendo... é, é, os ventiladores mecânicos, você tem... é como se fosse um carro, você tem o Fusca e você tem uma Ferrari. Ventilador é a mesma coisa, você tem um ventilador mais ou menos e tem um ventilador de ponta.

A mesma coisa são os ventiladores de transportes. Você tem ventiladores de transporte que tem condições técnicas de ventilar um paciente por, por, pelo menos, trinta minutos a uma hora, que dê condições pra você realizar um exame de imagem por que é desta forma, como você tem ventiladores que não tem condições, dependendo do ventilador, obviamente. É, é, a, quando eu falo assim, desta forma, eu não tenho conhecimento, é, qual é a marca, qual é o tipo de ventilador de transporte que foi... é, é, oferecido por eles, né? Esses pacientes com Covid, com insuficiência respiratória grave são os, são doentes que tem comprometimento pulmonar muito grave.



Então, dependendo do ventilador mecânico usado, eles não vão ter uma resposta muito satisfatória. Inclusive, existe estudo mostrando, quando os pacientes chegam a utilizar a ventilação mecânica a probabilidade de morte, de mortalidade é 50%.

Então, é... é, tem que se tomar um cuidado na escolha desses materiais, principalmente se esses pacientes têm um comprometimento pulmonar importante. E geralmente esses pacientes com Covid, que evoluem pra necessidade de ventilação mecânica, são pacientes que tem comprometimento pulmonar extenso na maioria das vezes, o que a gente tem observado.

Então dependendo do ventilador de transporte, é um risco. Ah, pode aumentar o risco de morte? Pode.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Obrigado, doutor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Entendeu? Então existe essa diferença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Valdir Cobalchini.

Eu gostaria de comunicar a presença do Deputado João Amin. Seja bem-vindo, Deputado.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Obrigado, senhor Presidente.

É um singelo questionamento. A gente olha essa busca, neste momento, no combate à Covid, nessa guerra que travamos. A gente sabe que os respiradores são o principal, né, o item, o instrumento ali do combate, e há uma corrida desenfreada... o preço desses equipamentos estão altíssimos.

Só uma dúvida, eu vejo muitas empresas em Santa Catarina que estão desenvolvendo alguns desses ventiladores, desses respiradores mecânicos e, pelos preços, a disparidade, a diferença de valores é absurda, é gritante. Doutor, aquilo ali realmente... pode ser usado, não pode?... Eu vejo uma série de alguns até meio, assim, rústicos, mas... desenvolvemos com preço x e tal, é rápido fazer isso, é prático.

Gostaria que o senhor desse um panorama pra gente entender um pouquinho melhor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — É, vê bem, é... existe essa disparidade, os preços estão altíssimos. Primeiro, porque a nossa economia, o dólar está a cinco e oitenta e poucos, e todas essas peças para montar um ventilador mecânico são peças importadas, na grande maioria.

É... tem várias empresas nacionais, tentando, é... ajudar, é, neste momento pra... fornecer esse material que é de suma importância. E a gente tem aqui bem próximo de nós, em Jaraguá do Sul, a WEG produzindo um ventilador chamado Leistung, que tem uma qualidade que dê pra ser usado nesses pacientes por um preço bem menor.

Esses ventiladores chegaram agora aqui há pouco tempo, parece que... é, é, não sei se foi o governo federal ou o próprio governo do Estado, que distribuiu aí dez ventiladores pra algumas regiões. Aqui no Hospital de Azambuja chegaram dez ventiladores, no Hospital Azambuja, em Brusque; chegaram dez ventiladores pra abrir mais dez leitos de UTI. E pelas características, lendo o manual desses equipamentos, eles têm condições de ajudar esses pacientes, por um preço bem menor. Enquanto esse ventilador custa de 25 a 30 mil, os ventiladores importados custam na faixa de 60, 70, 80 mil reais. Então, isso é verdade.

Pra você ter uma idéia, o ventilador hoje... considerado um dos melhores ventiladores do mundo, chamado Hamilton-C6, é um ventilador que foi lançado agora há pouco tempo, ele custa na faixa de US\$ 100 mil. Pra você ter uma ideia, com o dólar que nós temos, esse ventilador vai custar meio milhão de reais talvez (ri). Quer dizer, é uma coisa fora da nossa realidade. Então, existe esse problema realmente.



A maioria dos ventiladores é importado, que são utilizados em grandes UTIs, UTI do Hospital Einstein, UTI do Hospital Sírio Libanês, UTI da Beneficência Portuguesa, uma série de outros hospitais. Mas neste momento em que se necessita um número maior de ventiladores mecânicos, essas compras têm que ser feitas com cuidado, com análise, né? Pelo menos procurar um grupo de pessoas com conhecimento científico, no mínimo para orientar, devido ao abuso de preços. Até porque o nosso dólar disparou, né? Então a compra desses equipamentos se torna... extremamente fora da realidade. Mas isso é exatamente o que você fala, é realmente uma disparidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom, eu tinha essa dúvida se realmente... Mas até mesmo esses da WEG, os itens que vão ali, são importados ou é... Porque (*ininteligível*).

O SR. MÁRCIO MARTINS — Alguns itens que a WEG, é, é, montou... esses ventiladores são importados. Por isso que às vezes essas empresas nacionais, às vezes, não conseguem entregar um número maior de ventiladores, porque tem a questão de importação. Tem que aguardar e não é só isso, todo o mundo tá necessitando de ventilador, né? Pra você ver, os Estados Unidos, que é um dos maiores países do mundo e que tem uma economia mais forte do mundo, também teve dificuldade em adquirir esses equipamentos. A gente não pode esquecer que os americanos também tiveram compras, dificuldades, principalmente, porque houve um, um, uma necessidade, uma demanda muito grande no mundo inteiro.

Então essas peças de reposição, é, é, elas levam um tempo pra ser fabricadas, inclusive a maioria delas são importadas, porque a maioria desses ventiladores eles são computadorizados. Computadorizados quer dizer que os sensores deles são feitos por mecanismo de *touch*, é... mecanismo de alta precisão para controle das pressões respiratórias pra você... levar o, o, o fluxo de ar pra dentro e (*ininteligível*) as válvulas, né, que compõem esses ventiladores, na maioria das vezes, também são importadas. Então tem vários mecanismos pro... é, é, equipamentos pequenos, que, que, compõem a construção do ventilador, como o Blender, que faz a mistura do ar, que pega do ambiente com o oxigênio que entra, pra fazer a mistura pra entrar o ar dentro do pulmão, tudo isso na maioria das vezes são peças importadas. E aí a dificuldade de você montar isso, é, é, em um número de série maior, ela é verdade, porque todos esses insumos são na grande maioria importados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito obrigado, doutor, eu tinha essas dúvidas. Agora veja, a disparidade é gritante, 30, 70, 80 mil esses que vêm do exterior, né? Por que não valorizar... tem o caso da WEG, que é aqui do nosso Estado... tinha essa dúvida.

Muito obrigado, doutor. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, com relação ao seu Márcio, eu não tenho nenhum questionamento.

Obrigado.

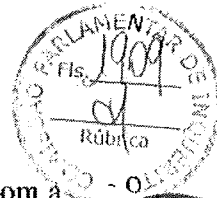
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seu Márcio, mais uma vez quero agradecer essa oportunidade que o senhor nos deu de forma tão gentil e pronta. Mas eu gostaria de trazer o senhor aqui justamente para dentro...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...do processo de compra mesmo, para que você consiga dar o melhor esclarecimento disso.

O fato é que foi feita uma compra.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Feito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Esteve aqui com a gente o responsável pelo parecer técnico.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Quem foi o responsável, você poderia me informar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Já chego nesse ponto para o senhor.

O responsável pelo parecer técnico deu um parecer pelo respirador Medical C35, embora...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Me?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Medical C35, esse seria o objeto da compra, o primeiro, aquilo que estava descrito, mas não o que nos foi entregue. Nos entregaram...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...foi o Shangrila 501S (*sic*), o que nos foi entregue foi o Shangrila 501S (*sic*). E no início lá da compra seria um respirador Medical C35.

O senhor conhece esses dois equipamentos?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Nenhum dos dois. O nome, é, provavelmente são empresas nacionais que criam o nome e... coloca o nome no ventilador. A gente não sabe a qualidade desses equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Na hora de comprar um ventilador, primeiro, você tem que saber se ele tem testes pra que seja liberado. A Anvisa tem um controle disso, né, o Inmetro também. Esses ventiladores têm que ser colocado em testes, tem tantas horas de testes para ser aprovado, ser liberado para a venda.

Eu não tenho conhecimento desses nomes...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim. Nós temos aqui...

O SR. MÁRCIO MARTINS — É, até...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Nós temos aqui desse ventilador 510S...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Inclusive tem um registro da Anvisa com o número e tudo, esse que foi entregue para gente aqui.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas o senhor começou fazendo uma pergunta para mim que seria a pergunta que eu iria fazer para o senhor mesmo.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O técnico que esteve aqui, que foi o responsável técnico, que emitiu o laudo para compra...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...e que de forma nenhum esse laudo ele estava anexado ao... esse serviço à compra, tá?

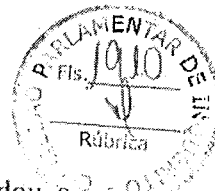
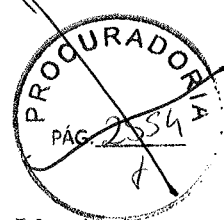
O SR. MÁRCIO MARTINS — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Foi um engenheiro mecânico.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Engenheiro mecânico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E não um médico.

O SR. MÁRCIO MARTINS — O.k.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Que validou a compra desse equipamento.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Foi chamado um engenheiro mecânico, ele esteve aqui, eu não me recordo o nome dele — se alguém puder depois me fazer a gentileza [de ver o nome] —, mas foi um engenheiro mecânico que esteve aqui. Ele foi o técnico consultado para a compra. Mesmo tendo um Secretário que era médico, um Adjunto do Secretário que também era médico, contudo quem emitiu o laudo técnico para realizar a compra foi um engenheiro. *[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco]*

Gostaria de perguntar para o senhor se um engenheiro mecânico tem condições de validar a compra de um respirador?

O SR. MÁRCIO MARTINS — (Ri) É... vê bem, o engenheiro mecânico ele ajuda na construção do ventilador, e que essa construção desse ventilador é... tem algumas premissas de engenharia, obviamente, é... mas, talvez, o engenheiro adequado pra fazer uma avaliação desses ventiladores seria um engenheiro biomédico. Por quê? Porque é um engenheiro que lida com esses equipamentos relacionados à saúde e que possa dar um parecer, né?

Para você ver, toda a maioria dos hospitais têm na sua manutenção um engenheiro biomédico que faz a manutenção desses equipamentos. Talvez esse engenheiro biomédico traria resultados mais satisfatórios do que um engenheiro mecânico, né? Vê bem, ventilador mecânico não é um motor, né? Ele tem peças e... mecânico-eletrônicas, na maioria das vezes eletrônicas, porque na maioria das vezes são peças que funcionam conectado a uma placa eletrônica. Então, nós temos que analisar essa validação.

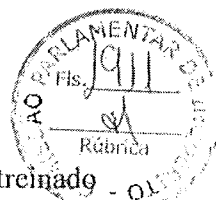
E eu acho que o mais importante, quando se fala em ventilação mecânica, é que pelo menos teria que ter um médico que esteja relacionado ao ambiente de UTI, que seja especialista em terapia intensiva pra dar um parecer um pouco mais com exatidão, porque é um médico que mexe com isso. Eu, a meu ver, eu acho que o parecer técnico mais importante dessa história toda de compra de ventilador mecânico, tem que ser dado pra aquela pessoa que vai dirigir o ventilador mecânico, vai dirigir o carro! Você não pode pedir uma pessoa que não vai dirigir pra emitir o parecer técnico!

Essa pessoa que tem formação em terapia intensiva, ele tem conhecimento de ventilador. Hoje, vocês podem acessar isso através da Internet que nós temos lá as diretrizes de ventilação mecânica que foi feita em 2013; vocês podem acessar através do Google Diretrizes Brasileiras em Ventilação Mecânica, 2013. Lá, traz uma série de marcas de ventiladores mecânicos, né? Tem uma série de marcas, nomes, o que que precisa um ventilador, o que que não precisa. Por quê? Porque o médico que trabalha na UTI é o médico que lida nessas situações e ele possa dar um parecer técnico mais próximo é... é... do ideal, a meu ver.

Apesar que têm outros médicos que na formação do curso básico de Medicina possa compreender de ventilação mecânica, mas não é um especialista em ventilação mecânica. Não sei se eu pude fazer entender mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De forma bem clara, doutor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Essa é uma opinião... é... até porque a gente tá é... é... lidando numa situação de extrema emergência, é uma situação de exceção, é uma situação que as pessoas morrem, tem uma letalidade o vírus, isso é... sem sombra de dúvidas, está sendo mostrado, a prática tá mostrando isso pra gente, e na hora de... você ter um equipamento, nós que trabalhamos com saúde e com seres humanos, nós queremos dar o melhor opção de tratamento pro nossos pacientes. E a gente não pode colocar em risco, né,



esse tratamento, porque tem uma coisa que fala em Medicina que é: você é... é... treinado para ajudar, você deve evitar a aumentar o risco desse tratamento, né?. Então, dependendo do ventilador que você usa, você pode aumenta o risco pra esses pacientes, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, senhor.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Por quê?... *(Falha na transmissão da videoconferência.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, senhor.

Eu tenho mais uma pergunta para fazer para o senhor... pergunta, não, só para poder corrigir uma falha nossa aqui e até para os outros Deputados terem conhecimento também do senhor engenheiro que eu citei aqui, o senhor Wagner Tadeu Martins Queiroz, que foi o engenheiro que conversou com a gente aqui, Deputado Kennedy Nunes e Deputado Valdir Cobalchini.

E aqui nós temos acostado ao processo aqui na folha onde tem o parecer, o encaminhamento de uma comissão interna em resposta à Secretaria de Estado da Saúde, onde ela manifesta interesse para aquisição de respiradores, ventilador pulmonar, a fim de garantir a ventilação de pacientes com Covid-19 ou a síndrome aguda anteriormente apresentada aqui pelo nosso médico que está nos auxiliando no dia de hoje.

Vamos lá *(lê)*: “(...) Diante do pleito apresentado e das especificações técnicas (página 36) analisadas acostados no processo, onde foi demandado análise e parecer, esta Engenharia e a Comissão de Intensivistas” mas nenhum foi citado, “(...) foi levado em consideração a marca, o modelo e as relevâncias apontadas nesse orçamento analítico, de forma unitária, evidenciando que o Respirador Mecânico (ventilador pulmonar) atende (...) a ventilação dos pacientes (...)” Não é um engenheiro mecânico, foi um engenheiro eletricitista.

O SR. MÁRCIO MARTINS — *(Ri.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá? Só pra conhece...

O SR. MÁRCIO MARTINS — E qual foi essa comissão de médicos intensivistas? Tem descrito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não senhor. Foi procurado ali, foi... quem assina aqui são dois engenheiros eletricitistas, a Joelma Cris Rodrigues Campos e o Wagner Tadeu Martins Queiroz, engenheiros eletricitistas.

O SR. MÁRCIO MARTINS — É... porque se existe uma *(falha na transmissão da videoconferência)* de intensivistas, esses intensivistas têm que ter título de especialista em terapia intensiva, o senhor entende? Hoje o CRM é bem claro, título de especialista tem que ter um registro de qualificação de especialidade no Conselho Regional de Medicina. Então, tem que procurar quem foi essa comissão de intensivistas que foi ouvida e o seu registro de qualificação. Se eles têm a qualificação e atestaram isso realmente...

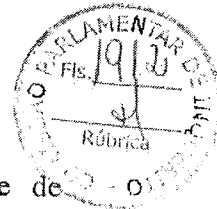
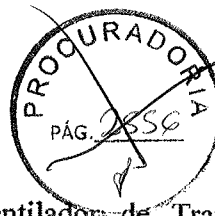
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Doutor, nós temos também mais duas matérias que a gente trouxe aqui, ambas do Estado do Rio de Janeiro, que falam da compra do mesmo modelo de oitenta respiradores que chegaram ao Hospital Oceânico, dia 29 de maio. Esse fato divulgado pela...

O SR. MÁRCIO MARTINS — Pela mídia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ... não, pela própria Prefeitura Municipal de Niterói. As duas são do Portal de Niterói.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — *(Lê)*: “A informação de que os respiradores comprados pela prefeitura são adequados (...) para situações de emergência, transporte e resgate consta no contrato assinado pelo secretário



(...), Rodrigo Oliveira: 'A contratante entende que o Ventilador de Transporte de Emergência 510s... é adequado apenas para os seguintes cenários: emergência, transporte de longa distância, transporte hospitalar (...)'

Vamos para a próxima ali que eu deixei marcado aqui na segunda lauda. Aí "O órgão expediu as especificações técnicas (...)" enfim, aí, ao Ministério Público do Rio de Janeiro "(...) garante, por nota, que eles 'atendem às necessidades emergenciais de terapia ventilatória mecânica invasiva e não invasiva (...)'" - foi aquela que o senhor nos explicou da máscara, aquele que é obrigado a intubar o sujeito ali que está acometido pela Sars -, "(...) e que esses aparelhos já estão sendo utilizados em pacientes de Covid (...)'" nas emergências.

Foi falado do risco de contaminação: "É consenso entre os especialistas (...)" daí, sim, os neurologistas, os intensivistas etc., que o "(...) Shangrila 510S não são ideais para uso em UTIs, no entanto, há os que afirmam que, diante do cenário de pandemia (...)" e emergência, sim, o que não era o nosso caso em Santa Catarina, na época.

O senhor concorda com esses demais especialistas que afirmam que eles não são ide...

(A reunião foi interrompida por falta de energia elétrica. Pausa.)

Aos que nos acompanham, informamos que houve um problema técnico aqui, de queda de energia na nossa Casa.

Agora retomamos aos questionamentos em torno do aparelho em si, do objeto da compra. Aliás, dos que foram entregues, que não foram aqueles que estavam descritos na compra.

Doutor Márcio, o senhor consegue nos ouvir ainda? O senhor tem que ligar o microfone. Deputado Sopelsa, o senhor está nos ouvindo também?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Agora estou ouvindo

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado. Doutor Márcio?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Tá me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu estou indo para a conclusão, doutor Márcio, e tenho mais um questionamento a fazer para o senhor.

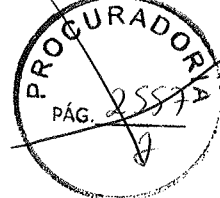
O SR. MÁRCIO MARTINS — Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Durante todo esse processo de pandemia, a gente está assistindo pela TV que um grande problema enfrentado em todo o território nacional foi o seguinte: a compra de um determinado respirador e, a partir da compra desse respirador, era necessário, tinha prioridade e urgência o treinamento do profissional que iria utilizá-lo.

O SR. MÁRCIO MARTINS — Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por exemplo, vem um determinado modelo a e é comprado. A empresa tem que fornecer também alguém que dê o treinamento para os enfermeiros e para os médicos que vão operar aquele respirador. Existe essa necessidade real de que seja impreterível, que seja indispensável esse treinamento ou todos os respiradores são iguais e funcionam da mesma forma?

O SR. MÁRCIO MARTINS — Não. A maioria dos ventiladores mecânicos tem características próprias, cada um difere um do outro. O treinamento é essencial. Você... quando você compra um ventilador mecânico de marcas diferentes daquelas que está habituado, você tem que criar uma fami... familiaridade com aquele equipamento. Por quê? Porque, às vezes, aquele equipamento tem características diferentes, por isso que você tem várias marcas de ventiladores. Então, é importantíssimo que se tenha um treinamento e isso deveria estar na hora de comprar e adquirir, é... fazer com que a empresa que está vendendo o ventilador possa proporcionar através de uma enfermeira ou através de um médico da



assistência a essa empresa, treinar o... o... corpo de médico da onde que vai ser colocado esse ventilador. Isso seria o ideal, obviamente, isso aí não tem nem discussão. Por quê? Porque existem diferenças, né?

É aquilo que eu falei pra vocês, existem as diretrizes da Associação de Medicina Intensiva Brasileira que foi produzido isso, essa diretriz, em 2013, e lá tá listado as várias marcas de ventiladores com as suas características, ventiladores básicos, ventiladores com curvas em recursos avançados. Por quê? Porque eles di... eles diferem entre si, tá? Então, a maioria dos ventiladores eles não são iguais; claro que a premissa básica de funcionamento é igual em todos, porém, existem características de modelos e formas de ventilação que diferem de um ventilador para o outro. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Em momento algum aqui... eu tentei o máximo possível, dentro das limitações da gente, ler todo o processo e não vi menção nenhuma a treinamento ali, Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, se me permite, me lembraram aqui quando o senhor leu aquela questão da comissão de intensivistas, do engenheiro elétrico, ele falou aqui que ele pediu o parecer dos intensivistas e não veio. Só para ficar a lembrança...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembrei e ser consignado também ali que foi a resposta dele. Não veio a resposta dos intensivistas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A compra foi baseada também no parecer de um engenheiro elétrico na compra dos respiradores.

Passada essa fase vamos para a próxima ali, doutor. Eu tenho certeza que o senhor já acompanhou vários e vários pacientes acometidos pela Síndrome da Angústia Respiratória.

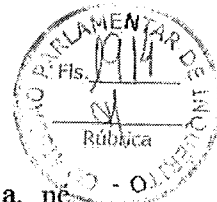
O SR. MÁRCIO MARTINS — *(Ininteligível.)* Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E eu gostaria de saber do senhor... o senhor está acompanhando alguém que apresenta problemas respiratórios. Qual é o momento em que o médico fala: preciso da utilização do equipamento. Quais são os sintomas? O que ele tem que apresentar para poder falar: agora vou ter que entrar com a respiração mecânica nesse paciente?

O SR. MÁRCIO MARTINS — É... deixa eu colocar um... de uma maneira bem prática para vocês, pra vocês entenderem. Eu vou dar, assim, uma coisa resumida. Eu estou formado há 34 anos e a minha especialidade é Pneumologia, sou especialista em doenças do pulmão e intensivista, eu tenho os dois tipos de especialista.

Então, vê bem, quando se é... nos deparamos lá no final de dezembro quando surgiu essa epidemia lá na China, viram que a maioria dos pacientes, a maioria das pessoas infectadas por esse vírus, o órgão-alvo mais acometido nessa epidemia é o pulmão. Até então não se sabia muito bem as características da doença e, com passar do tempo, isso ficou, foi ficando mais claro. Então, vê bem, nem todos os pacientes acometidos pela Covid vão necessitar de ventilação mecânica. É um percentual daqueles pacientes que são acometidos pela doença em torno de uns 3% a 5% que vão necessitar é... da ventilação mecânica. São aqueles pacientes que apresentam grau de dispneia ou falta de ar intensa, que tenha tosse e que tenha o que a gente chama de saturação de oxigênio - isso significa a ligação da hemoglobina ligado ao oxigênio, porque a nossa oxigenação ela é feita através da ligação do oxigênio com a hemoglobina e que é transportada do pulmão pro sangue e... e do sangue pro pulmão o CO₂ é eliminado pela respiração exalando no ar.

Então, vê bem, os pacientes que necessitam de intubação e que requerem ventilação mecânica são aqueles pacientes que têm uma dispneia importante, um grau de comprometimento da sua oxigenação com saturação menor igual a 90%, 89, 88 que são



sinais de insuficiência respiratória grave; aqueles que têm frequência respiratória, não, respiram mais rápido, mais do que trinta impulsões respiratórias por minuto, que têm a oxigenação baixa e que têm alterações radiológicas, a imagem radiológica com comprometimento pulmonar bilateral. São esses pacientes que devem ser intubados e vai ser necessária a utilização de ventilação mecânica. Por quê? Porque essa baixa oxigenação já é o início do que a gente chama de Síndrome de Angústia Respiratória do adulto.

A gente faz uma relação através da medida de oxigenação, a gente colhe um exame no sangue arterial, chamado gasometria arterial, em que a gente consegue analisar e determinar a concentração de O₂ no sangue arterial. Então, essa gasometria a gente consegue fazer um cálculo que é a relação da concentração do oxigênio no sangue arterial pela fração inspirada de O₂, que é a fração do ar que o indivíduo tá respirando. Essa fração de ar que o indivíduo respira pode ser a fração do ar respirada do meio ambiente, ele não requerendo nenhuma necessidade de oxigênio suplementar, que é a fração de ar respirada no ar ambiente é 21%, e o indivíduo pode requerer uma fração inspirada de ar de 40, 50 ou até 100%, aí você faz um cálculo dessa relação.

Então, significa Síndrome de Angústia Respiratória do adulto quando a relação dessa concentração de oxigênio sobre a fração inspirada de O₂ ela é menor ou igual a duzentos. A maioria desses pacientes nessas condições requer a intubação e requer a ventilação mecânica. Então, o percentual de que ocorre isso, é em torno de 3 a 5% dos pacientes comprometidos pela Covid. Não sei se eu fui claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Claríssimo.

Uma vez que ele apresentou através da gasometria, ali no exame da coleta de sangue, que os níveis de oxigênio não... realmente se faz necessário que se intervenha com a respiração mecânica, se não tiver o respirador mecânico à disposição do médico naquele momento, o que acontece com essa vítima, doutor?

O SR. MÁRCIO MARTINS — A tendência é o óbito, né? Porque esses pacientes, na grande maioria das vezes, não consegue sustentar a oxigenação e a hipoxemia é um dos fatores maior pra levar a... à parada cardiorrespiratória, porque a hipoxemia leva à assistolia, como a gente chama, o coração para de bater, e esse indivíduo geralmente evolui para óbito.

Se você não tem um mecanismo pra manter a oxigenação nesse período até que esse pulmão recupere, obviamente o paciente não tem a mínima chance de você recuperar esses indivíduos.

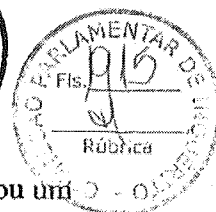
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado.

Senhores Deputados, se não... se dependêssemos dos respiradores, é nesse ponto que eu quero chegar, tá doutor? Se nós dependêssemos exclusivamente desses duzentos respiradores, dos quais chegaram cinquenta de uma outra marca que não é a ideal, aquela que foi listada no contrato e, mais ainda, sem o treinamento para os profissionais utilizarem, validados por um engenheiro eletricista, se nós dependêssemos dessa compra e se fosse colocado Santa Catarina naquele cenário trágico que foi no passado há dois, três meses de que nós estaríamos tropeçando em defunto pela rua, provavelmente, muita gente estaria morta agora por falta desses respiradores.

Eu consulto os demais Deputados se há mais algum questionamento a fazer para o médico.

(Os senhores Deputados-membros manifestam negativamente com a cabeça.)

Doutor, eu quero agradecer enormemente essa colaboração que o senhor nos deu aqui, uma verdadeira aula. Eu quero confessar que desde o início dessa pandemia, e olha que o acompanho o depoimento de vários e vários especialistas na televisão, hoje eu realmente me senti satisfeito mesmo em relação ao que me faltava de conhecimento ainda. Lógico, como leigo, numa relação de médico-paciente eu sempre fui paciente, nunca tentei me automedicar ou me tratar pela Internet. Mas muito clara, muito enriquecedora mesmo a



participação do senhor aqui. Eu quero te agradecer bastante e dizer que o senhor prestou um grande favor hoje não só para esta Comissão, mas para toda Santa Catarina.

Muitíssimo obrigado.

O SR. MÁRCIO MARTINS — É... eu só quero deixar assim um último esclarecimento. Eu acho que... que o que é importante também dizer, né, você não adianta ter um ventilador mecânico, se você não tiver por trás uma equipe multiprofissional que possa manejar esses ventiladores e controlar esses ventiladores pra que se obtenha um resultado satisfatório! Ou seja, não adianta só você pensar na compra do equipamento se não estiver os profissionais treinados e habilitados para manejar esses equipamentos.

Então, se fez uma busca incessante, desenfreada para esses equipamentos, mas se esqueceram de que existe o ser humano pra manipular esses equipamentos. Não adianta você comprar uma nave ou um carro de última geração se você não tiver o piloto pra dirigir e comandar essa situação. Então, precisa de... de... uma reflexão no sentido de que, realmente, tem áreas no nosso País, regiões do nosso País que está um caos porque, porque o número de infectados é acima do limite que você tem para oferecer de leitos em UTI de equipamentos, é óbvio. Isso é um problema crônico no nosso País, porque a saúde nunca foi valorizada nesse período de milhares de anos. É óbvio que o problema que nós estamos tendo hoje não é de agora, né?

Mas o que é bom ficar bem claro é que você tem a compra dos equipamentos, mas você precisa do profissional habilitado pra fazer com que esses ventiladores funcionem adequadamente! Então, a... a ajuda das empresas nacionais, nós temos que deixar aqui um louvor a essas empresas que foram atrás para buscar essas peças importadas, montar um ventilador pra fornecer... pra necessidade, a demanda que nós precisamos, nós temos que deixar um louvor para essas empresas. *[Transcrição: Grazielle da Silva] [Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]*

E eu acho que próximo da gente, em Jaraguá, se tem aí um ventilador que houve um parecer, existem médicos por trás dessa comissão desses ventiladores mecânicos, a WEG, aqui próximo da gente. Eles procuraram profissionais da área pra nos... para auxiliar eles na, na, na, na confecção desses ventiladores. E eu acho que é isso que tem que ter. Tem que ter profissionais junto. Montar uma equipe, né, não adianta só o engenheiro. Se você tem um engenheiro, mas não tem um médico, o que que adianta?

Essa é a minha opinião, né, bem clara é, é, ou seja, eu, eu não sou pago por nenhuma empresa de ventilador mecânico pra falar sobre isso, pelo contrário, a gente tem uma ética, né? A gente não tem nenhum conflito de interesses nesse sentido, pra falar que realmente precisa de um treinamento e precisa do profissional habilitado pra poder funcionar.

É isso que eu deixo aí como mensagem, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, doutor.

Peço mil desculpas ao Deputado Sopelsa pelo fato de não nos acompanhar de forma remota. Eu quero perguntar a vossa excelência se tem algum questionamento a fazer ao doutor?

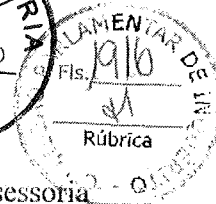
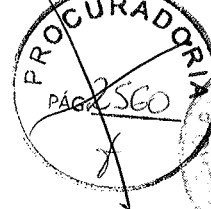
O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não, senhor Deputado, não senhor. Agradeço a explanação dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

Doutor Márcio, ficamos muitíssimo agradecidos, mais uma vez reitero os agradecimentos em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MÁRCIO MARTINS – Obrigado.

(O senhor Márcio Martins desconecta-se da videoconferência.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que tente contatar de forma remota a nossa próxima testemunha, o senhor Samuel de Brito Rodovalho.

(O depoente Samuel de Brito Rodovalho conecta-se à videoconferência.)

Senhor Samuel, muito bom-dia. O senhor consegue nos ouvir? *(Pausa.)*

O senhor tem que ligar o microfone do senhor, tocar na tela ou... não sei se o senhor está utilizando celular ou computador.

Agora consegue?...

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Bom dia. Alô, estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, agora sim.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Está ligado agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está ligado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Isso. Não, estou no computador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu quero comunicar ao senhor que a cada pergunta haverá um *delay*. Então, vai ter um pequeno intervalo de tempo entre a minha mensagem ou a mensagem dos Deputados até o senhor, tá o.k.?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Entendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então muito bem, senhor Samuel.

O senhor sabe por que o senhor sabe por que foi convidado a fazer parte hoje aqui, desta reunião?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Samuel, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade e somente a verdade no âmbito interno desta Comissão, acerca dos fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim, aceito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu quero perguntar, senhor Samuel, se tem algum outro equipamento ligado aí, no escritório do senhor? Onde o senhor está presente agora, ao telefone? Por isso o retardo do tempo da chegada da mensagem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois é, não estou não... eu estou tentando responder para o... não tem TV, não tem nada ligado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor Deputado Sopelsa, estamos tentando resolver o problema com o Samuel aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois é, eu não escuto ele e não tenho nada ligado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nada, nada?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Nada.

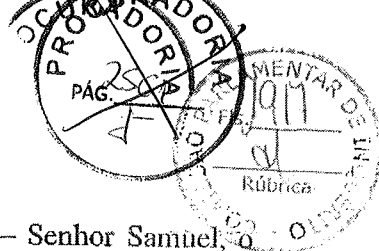
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Samuel, o senhor tem outro aparelho ligado aí, que está utilizando ao mesmo tempo?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Sim. Agora, agora já arrumamos aqui o problema. Os senhores me escutam agora melhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

Eu consulto agora o Deputado Sopelsa se consegue nos ouvir e ouvir a resposta do Samuel?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Agora estou ouvindo o Samuel também.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Samuel, o senhor assumiu aqui anteriormente, foi compromissado com a verdade, só para conhecimento do Deputado Sopelsa, que não acompanhou a última transmissão.

Eu quero lembrar o senhor que, na condição de testemunha, o senhor tem o direito de permanecer calado diante de algum questionamento que lhe for feito, mas é preciso que o senhor expresse essa vontade, assim: prefiro não responder ou prefiro permanecer calado. Porque o silêncio não é indicativo de resposta. O senhor está advertido em relação a isso também e comunicado, tá?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Os taquígrafos da Casa precisam que o senhor fale de forma bem declarada, para registro nosso aqui: o nome completo do senhor, a data de nascimento, a sua profissão, o lugar onde exerce a sua profissão, a sua atividade e o seu local de nascimento, o mais próximo possível do microfone. Eu não sei se tem mais gente na sala com o senhor, mas se quiser tirar a máscara, facilita o trabalho.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Eu estou aqui no escritório de, dos meus advogados. Eles estão presentes aqui também, doutor Nilton e doutor Felipe, é... e... por isso que nós estamos aqui com a máscara, né, até quero agradecer, porque fomos... peticionamos aí a minha ã... testemunha pelo videoconferência, que a minha esposa está grávida.

E eu vou falar bem rápido aqui então. Meu nome é Samuel de Brito Rodovalho, nasci em 20/5/78, nasci em Goiânia, Goiás, e... eu sou empresário e as minhas empresas elas ficam em São Paulo, a principal delas em Valinhos, na cidade de São Paulo, mas eu resido em Florianópolis e trabalho em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor já disse que está acompanhado de advogados, então tem a necessidade que os advogados do senhor se manifestem também, preciso do número da OAB deles e a UF, a inscrição da OAB deles de qual Estado.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – Bom dia, senhor Presidente, egrégia Comissão, eu sou Nilton João de Macedo Machado, mais conhecido como Nilton Macedo Machado, OAB Santa Catarina 019.360. Estou aqui ao lado do senhor Samuel, acompanhando já... a ele, já desde o início desta operação.

O SR. FELIPE XIMENES MALINVERNI – Boa tarde, excelência, boa tarde, Presidente. Eu também sou advogado do Samuel, eu me chamo Felipe Ximenes Malinverni, OAB 26.426.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Samuel, o senhor se encontra em que cidade agora, neste exato momento?

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Agora, aqui em Florianópolis.

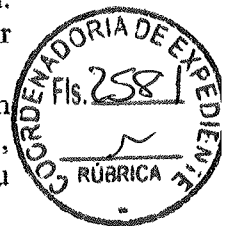
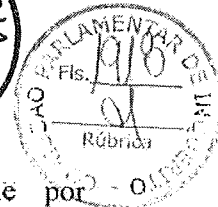
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pela ordem o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou sugerir a suspensão da ouvida do Samuel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado, ele tinha feito um pedido, que ele tem uma mãe idosa e a esposa grávida em casa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas se ele pode se deslocar até o escritório de advocacia para estar junto com os seus advogados, ele pode se deslocar para estar aqui, na CPI, não tem razão nenhuma.



Estou apresentando um requerimento de suspensão da ouvida dele por teleconferência e remarcação de nova data, para que ele esteja presente junto conosco aqui. Não há razão nenhuma de uma pessoa que se desloca a um escritório de advocacia para fazer videoconferência conosco.

Nós temos o compromisso de trazer aqui os Secretários de Estado, nós rejeitamos um requerimento do governo para fazer videoconferência de pessoas que estão com atividades, que o governo pediu, então não tem como ouvi-lo por videoconferência se ele está aqui. Eu acreditei que ele estivesse em São Paulo ou na impossibilidade de comparecer.

Eu apresento o requerimento a vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Recebo o requerimento de vossa excelência e coloco em discussão para os demais Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, concordo e apoio plenamente o requerimento do Deputado Ivan, pois estando em Florianópolis, até pela dificuldade da videoconferência e sérios problemas que têm às vezes no áudio, na comunicação, esse atraso.

Então de forma prática aqui, pô, se Secretários, ex-Secretários vieram aqui conversar conosco, eu acho que é justo, e virão outros, então tem o meu apoio o requerimento do Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu sei que o motivo que foi colocado pelo cidadão que vai ser ouvido agora aqui, é que a esposa dele está grávida e, portanto, teria esse cuidado. Mas, se ele se deslocou de casa para o escritório de um advogado, é a mesma coisa que vir aqui. Lembrando, senhor Rodovalho, que nós aqui, estamos tendo todos os cuidados, orientados, com segurança. Cada pessoa que vem aqui é limpo, é desinfetado. As pessoas estão mantendo o isolamento. Na entrada da Assembleia Legislativa é feita a medição da temperatura.

Então, portanto, eu concordo. Eu aceitaria se o depoente estivesse fora de Florianópolis, como foi aquele outro de São Paulo, na semana passada, estava lá, o.k. Mas, dessa forma... nós já levamos um “miguê”, como disse o João Amin, do outro que estava é... por videoconferência, ah não, foi esse né? Isso, esse aí, é verdade. Ele morava em São Paulo, nós pensamos que ele estava em São Paulo, e estava aqui, na rua Rio Branco. Então, se na terça-feira, nós aprovamos e negamos um pedido do governo, que queria fazer por videoconferência, não é nada não, mas há essa dificuldade da gente... da tecnologia.

Então eu concordo com o requerimento do Relator, para que nós possamos até dar a possibilidade, se ele quiser vir hoje ainda para cá presencialmente, mas por vídeo também não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

Ainda em discussão o requerimento do Deputado Ivan Naatz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu vou na mesma linha, Presidente.

Eu penso que só podem ser dispensados, já que nós não abrimos exceção nem mesmo aos Secretários do Estado, [da ouvida presencialmente aqueles que estiverem em grupo de risco, fora isso... que é o caso, inclusive, de próprios membros da CPI, como o Deputado Sopelsa, que se encontra remotamente.

No mais, sinceramente, não vejo nenhuma justificativa para que testemunha aqui de Florianópolis não possa vir no endereço da Assembleia Legislativa. Penso que seja uma falta de respeito, inclusive, a esta CPI.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz, ainda em discussão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Concordo com o Deputado Ivan e com os demais Deputados da presença aqui, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Requerimento acatado pela Presidência. Discutido e agora em votação.

Deputado Moacir Sopelsa, ainda em votação.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – Senhor Presidente, uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Concordo com o requerimento do Deputado Ivan Naatz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O requerimento já foi discutido, agora em votação.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – Senhor Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Um minuto.

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Prossiga, doutor advogado.

O SR. NILTON JOÃO DE MACEDO MACHADO – A questão de ordem é... não há nenhum problema na prestação do depoimento do senhor Samuel, embora as razões que foram apresentadas, que a esposa dele está grávida de quatro meses e ele quer proteger de eventual contágio.

Segundo, eu, advogado, tenho 67 anos e dois *stents* no coração. Em tese estou no grupo de risco, mas como os senhores estão presentes, não seria um motivo para a colaboração.

O que eu não concordo é com a expressão que foi mencionada pelo querido Deputado Cobalchini, seria um desrespeito à Comissão, porquanto o Tribunal de Justiça tem indeferido requerimento de transformação de julgamentos virtuais para presenciais. São todos feitos hoje presenciais para as pessoas na cidade e, e não, não tem tido problema nenhum na comunicação, no julgamento, nas sustentações orais.

Mas, se assim decidiu essa augusta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós, nós compareceremos, sim. Infelizmente hoje não será possível à tarde, porquanto há um julgamento que participarei no Tribunal de Justiça, do escritório, no meu sistema, nós chamamos de virtual, porquanto não foi... não se faz julgamento presencial ainda, atendendo recomendação do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Era somente por isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Foi recebido o parecer do senhor, as considerações do senhor, por esta Presidência.

Então, determinamos que o senhor Samuel seja chamado em data posterior, haja vista a impossibilidade de ele comparecer ainda hoje nesta Comissão.

Senhor Samuel, muito obrigado.

O SR. SAMUEL DE BRITO RODOVALHO – Muito obrigado a todos.

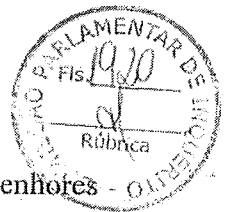
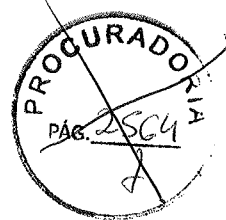
(O senhor Samuel de Brito Rodovalho, acompanhado de seus advogados, desconecta-se da videoconferência.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que entre em contato com o próximo depoente, o senhor Gustavo Bissacotti Steglich. *(Pausa.)*

(O depoente Gustavo Bissacotti Steglich, acompanhado de seus advogados, conecta-se à videoconferência.)

Senhor Gustavo, o senhor consegue nos ouvir? *(Pausa.)*

Senhor Gustavo, o senhor consegue nos ouvir?



O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Perfeitamente. Os senhores conseguem me ouvir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

Senhor Gustavo, o senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente nesta reunião, hoje aqui?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Acredito que sim, acredito que tenha sido por conta da venda que a minha empresa fez pra empresa Veigamed.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

Senhor Gustavo, o senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão, acerca de todos os fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quero lembrar o senhor também que, na condição de testemunha compromissada, o senhor tem o direito de permanecer em silêncio. Caso não queira responder a uma pergunta, o senhor pode permanecer em silêncio, mas é necessário que o senhor expresse essa vontade: prefiro permanecer em silêncio; porque o silêncio não é indicativo de resposta. O senhor compreendeu bem?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Compreendo e, pela ordem, eu gostaria de... é... avisar que eu estou na...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Gustavo, se tiver mais alguém aí com o aparelho ligado, é justamente isso que dá o problema do som ou um *delay* de tempo na chegada do som... (*Pausa.*)

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Agora eu acho que deu certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Gustavo, tem mais algum outro aparelho ligado aí, justamente... (*Pausa.*)

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Desculpe, estávamos com um aparelho ligado em segundo plano, acabamos de desligar. Peço desculpas por isso, foi um lapso.

Eu gostaria de avisar que eu estou na presença dos meus dois advogados, acredito que eles também tenham que se apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor Gustavo.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Estou com o doutor Harger e com o doutor Vitor Barretta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá o.k.

Só reforçando aqui, o senhor assume então o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ... no âmbito desta Comissão, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

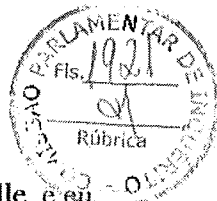
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A resposta do senhor é sim?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, então.

Lembrado que o senhor também tem o direito de permanecer calado se assim o desejar, porém é necessário que o senhor expresse: olha, eu prefiro permanecer calado.

Quero perguntar a vossa senhorita em que cidade que o senhor se encontra?



O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Eu me encontro em Joinville, e eu gostaria apenas de, pela ordem, deixar claro que, ao contrário do depoente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Anterior.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - ...anterior, eu fui convocado para participar dessa CPI via digital. Em nenhum momento me foi chamado pra ir pessoalmente. Então eu estou aqui conforme solicitado pelos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim.

Senhor Ricardo, para que os taquígrafos desta Casa possam fazer o registro do senhor, eu peço que o senhor fale, nessa ordem: o nome completo do senhor, a sua idade, a sua profissão e o lugar onde exerce a profissão, a atividade profissional do senhor e o local de nascimento?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - O.k.

Meu nome é Gustavo Bissacotti Steglich, tenho 33 anos de idade, eu sou empresário, eu faço... atuo na cidade de Joinville, principalmente, e o meu local de nascimento é Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim, data de nascimento e o endereço completo do senhor.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - 16 de fevereiro de 1987. Eu moro em Joinville, na rua Jacob Eisenhut.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor já disse que está acompanhado de advogado, então vou precisar que agora os advogados do senhor se manifestem. Eu preciso do número da OAB e a UF da ordem dos senhores advogados.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR - Bom dia. Meu nome é João Carlos Harger Junior, a minha OAB é 29.753. Estou na companhia do doutor Vitor Barretta.

O SR. VITOR GUILHERME AGUIAR BARRETTA - Bom dia a todos. Me chamo Vitor Guilherme Aguiar Barretta e a minha OAB é inscrição de Santa Catarina, de número 46.912.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, senhores advogados.

Então passo a palavra ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Deputado Ivan Naatz. Vossa excelência com a palavra.

(O Deputado Estadual Moacir Sopelsa gesticula que quer se manifestar.)

Só um minuto, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

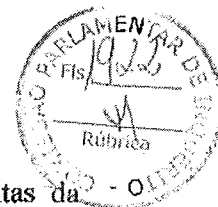
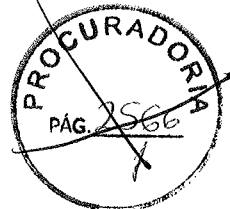
O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu quero só fazer uma questão de ordem para que não fique nenhuma dúvida àqueles que estão nos assistindo e a todos. Por que ao senhor Samuel... foi dado a ele a comunicação de que ele deveria participar por vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Na verdade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Por que diferente dos demais? Não vamos deixar nenhuma dúvida. Eu quero que a CPI tenha toda a transparência e, se isso tem um motivo, que ele seja esclarecido. Se nós estamos cobrando de todos [a ouvida] presencial, por que a dele foi uma convocação já pedindo que ela fosse por vídeo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor, o depoente anterior, ele fez um pedido, um requerimento a esta presidência pelo fato de ter a esposa grávida, estar com, se não me engano, uma sogra, tal e tal. Porém, no nosso entendimento aqui, ele não poderia estar transmitindo de dentro do gabinete da defesa dele. Se fosse para ficar em casa, se a preocupação maior fosse ficar em casa pelo zelo com a saúde ou com o bem-estar dos familiares dele, seria dessa forma. Da mesma maneira que nós escutamos o



senhor de forma remota, que nos acompanha desde o início da Comissão, até altas da madrugada, também de forma remota, considerando que o senhor também está em residência. [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva]

Como o senhor bem disse, isso é para entendimento de todos. Agora, pedir para fazer de forma remota ou ser convocado de forma remota para não transmitir de dentro da residência, com a alegação de que havia uma preocupação com a saúde da família, estando aqui, em Florianópolis, a situação foi considerada dessa forma pelo pedido do Relator, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado Sargento Lima, eu acho que nós não estamos nos entendendo.

O senhor Samuel, quando se questionou de forma presencial ou remota, ele disse que a convocação dele foi feita para ele depor de forma remota. A convocação dele, do Samuel... Aliás, desculpe, eu não estou falando do Samuel, estou trocando o nome, estou falando do Gustavo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – São as testemunhas, Deputado Sopelsa, que não estão enquadradas, ou no grupo de risco, ou aquelas que não residem, ou estão em Florianópolis.

Por isso, que foi de forma remota a convocação. Aquele que não mora em Florianópolis, não reside, ou não trabalha em Florianópolis, ou faz parte daquele grupo de risco, essas pessoas estão sendo convocadas, estendendo esse benefício de forma remota. Tendo em vista até a dificuldade de deslocamento, né, se fosse... eu não sei se as linhas interestaduais ou se voos interestaduais estão funcionando na sua plenitude.

Então, acredito que agora nós estamos nos entendendo, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Agora estamos nos entendendo.

Todos aqueles que moram fora de Florianópolis, a convocação é feita para que eles se pronunciem de forma remota. É isso.

Está esclarecido, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor. Está esclarecido.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia, Gustavo, bom dia senhores advogados que o acompanham aí.

Senhor Gustavo, o senhor é representante da empresa CIMA Industries Medical Division, do Panamá, é isso?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, desculpa, eu troquei a folhinha aqui, da OltraMed, desculpa.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é o representante legal da OltraMed Comércio de Produtos Médicos, certo?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Correto.

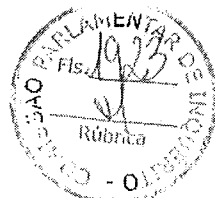
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor já vendeu equipamentos para o Estado de Santa Catarina? O senhor tem relações comerciais com o Estado de Santa Catarina?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa, então, foi a primeira... o senhor fez alguma vez comércio com o Estado de Santa Catarina por algum outro produto, alguma outra interferência?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

O senhor é sócio do senhor Fábio Guasti em alguma empresa, em alguma outra atividade?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não sei nem quem é esse senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor tem alguma relação com Fábio Guasti de amizade, aproximação?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não. Eu não conheço nem esse nome, pra ser bem sincero.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A empresa Veigamed... qual é a relação do senhor com a empresa Veigamed, ou a empresa do senhor com a empresa Veigamed?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - O.k. A minha relação com a Veigamed não é nenhuma. A relação da minha empresa com a Veigamed ela se restringe a um único negócio, que foi feito. É... a Veigamed, ela fez a tentativa de compra, né, de testes de Covid. Que são testes que a minha empresa importou legalmente, fez a venda legalmente, pagando todos os tributos, tudo certinho.

E a Veigamed entrou em contato conosco pra fazer compra desses testes. Essa venda, ela estava em andamento, eu recebi os valores, foi emitida a nota fiscal, foi pago inclusive os impostos. Existe uma tributação chamada de ST, Substituição Tributária, que ela é paga... o fato gerador dela, o momento de pagamento é entre a emissão da nota fiscal e a entrega dos produtos. Foram R\$ 3 milhões pagos ao Estado do Rio de Janeiro, via ICMS, via ST, e, enfim.

O caminhão foi carregado e a venda seria concluída com a entrega dos testes. Porém, como eu acho que já foi amplamente divulgado na mídia, entre a saída dos produtos, na sexta-feira e a entrega dos produtos na segunda, é, estourou esse escândalo a respeito da Veigamed, o que me deu tempo suficiente de fazer o caminhão voltar, cancelar a venda e, inclusive, deixar à disposição do governo os valores que a Veigamed já haviam pagos para minha empresa, inclusive tendo um prejuízo, né, de relação de fluxo de caixa, pois, até o momento, eu ainda não recebi de volta os impostos pagos por essa venda que não foi efetivada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Os produtos que foram... eu vi que tem uma medida cautelar da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Florianópolis, que bloqueou os valores que a Veigamed teria repassado por senhor, onze milhões e pouco de reais.

É... eu também tenho aqui, uma decisão de uma medida cautelar, de uma petição que vocês apresentaram nesse mesmo processo, pedindo a substituição da retenção dos equipamentos pela retenção desses valores, certo?

Esses EPIs, eles estão onde?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Só pra... pela ordem. Não são EPIs, né, são correlatos, é diferente, só pela ordem.

É, é, bom, existiu, antes do bloqueio por parte da Justiça dos valores da empresa, uma petição por parte da nossa empresa colocando os valores à disposição.

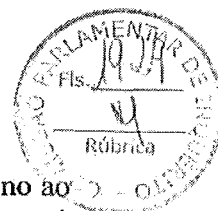
É, é, pra, acho que acredito que a melhor forma de responder essa pergunta seria criar um *timeline*, uma cronologia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ótimo, o senhor fique à vontade para nos ajudar.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Perfeito, perfeito.

Então, na quinta-feira, dia 1º... não sei se abril, tem 30 ou 31 dias, mas, enfim, um dia antes da sexta-feira, 1º de maio...

(O advogado fala fora do microfone: "Dia do Trabalhador.")



... 30 de abril. 30 de abril foi emitidas as notas, as cargas elas saíram com destino ao Rio de Janeiro. No dia 1º de maio eu fui convocado pelo Delegado Jeferson pra comparecer à Delegacia de Joinville, do Deic. Eu, pô, também tenho esposa grávida em casa, oito meses, fui até lá, num feriado, esposa brava, você pode imaginar: pô, porque tá indo lá na delegacia?

Aí, chego lá, me deparo com essa situação. Ele me fez as mesmas perguntas que você fez referente a pessoas que eu não conheço, que aparecem que são sócias da Veigamed e me explicou que eu havia feito negócios com uma empresa que, até o entendimento do Delegado e acredito que seja verdade, é uma empresa que estava fazendo negócios ilícitos.

Por conta disso, os valores que eu havia recebido dessa empresa, por mais que o meu negócio fosse um negócio totalmente lícito, a origem daqueles valores eram ilícitos. Por conta disso, o Delegado Jeferson, é, é, inclusive, até, registro os parabéns pra, pro trabalho dele, me explicou que seria muito melhor eu evitar com que essa venda fosse concluído, se ainda possível, e colocasse esses valores à disposição do governo.

Naquele mesmo momento, eu peguei meu celular, na frente do Delegado, liguei pra minha equipe, perguntei onde estava o caminhão, que eu tenho várias entregas, várias vendas, eu não tinha como saber. É, é, foi rastreado que o caminhão ainda estava em São Paulo com direção ao Rio de Janeiro para efetuar a entrega. Afinal de contas, os impostos estavam pagos, a nota fiscal está emitida, estava tudo certo. É, consegui fazer com que o caminhão voltasse e tive, inclusive, aí, um o entendimento do Delegado de que a melhor forma seria eu não falar nada com a Veigamed, porque a princípio eles iam fazer algum tipo de ação policial em relação a eles, e que se eles me contatassem, eu deveria apenas dizer que o caminhão está atrasado....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só me permite uma interrogação, Gustavo. Então, essa carga era destinada ao Rio de Janeiro?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Sim, era destinada ao Rio de Janeiro por onde as notas fiscais foram emitidas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem informação se esse produto de alguma forma viria para Santa Catarina?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. Era para negócios feitos com o Rio de Janeiro, o senhor sabe disso?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não sei. Eu venderia pra Veigamed e a Veigamed revenderia isso não sei pra onde, não tenho como saber isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, bom, então, é, só para confirmar...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Posso só encerrar a linha de raciocínio, por favor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, não, é que nós somos... nós estamos investigando os negócios de Santa Catarina.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Perfeito.

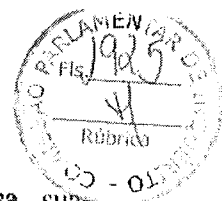
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Nós não estamos investigando os negócios do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Mas eu acho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Agora, é importante a gente saber o que que a Veigamed ia fazer com esses produtos, é isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Pois é, Deputado Ivan, eu acho prudente ele terminar o depoimento, justamente, porque ele está numa linha de raciocínio lógico de contar como é que estava acontecendo o bloqueio do recurso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, é que de fato, nós temos todo o seu depoimento já procedido na Polícia Civil, tem o momento que o senhor falou que



suspendeu né, suspendeu imediatamente o interrogatório ele ligou pra sua empresa, sua empresa então falou com motorista, o motorista voltou pra Santa Catarina, voltou pra empresa e aqueles produtos ficaram bloqueados até que se conseguiu na Justiça substituir os produtos pelo bloqueio dos valores, não foi isso?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não, eu precisaria...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por favor, o senhor pode continuar.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - ...complementar, porque tem um ponto importante que não está sendo levado em consideração, se o senhor puder me permitir.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Pode continuar, por favor.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Obrigado, desculpe, né?

Conseguimos fazer com que esses, esses equipamentos voltassem. Antes de qualquer bloqueio, antes de qualquer bloqueio em conta ou de pedido de bloqueio, já no dia seguinte, nós peticionamos um pedido de depósito, um pedido de conta judicial para depositar os valores. Num primeiro momento até pensamos em depositar os valores, menos a ST - afinal de contas, eu recebi onze milhões, mas três milhões eu paguei de ST, de impostos, devidamente tudo correto -, e ficamos dois dias pedindo pra Procuradoria-Geral do Estado, Ministério Público, Delegado, que viesse essa conta pra mim fazer um depósito judicial. É... plena a amizade, mesmo entendendo que eu teria dificuldade, depois, de recuperar os 3 milhões de imposto.

Porém, como a gente sabe que se trata de uma coisa bastante midiática, eu, eu tento imaginar que não foi por conta disso, mas em três processos diferentes, eu tive três bloqueios de conta, sucessivamente, inclusive ao mesmo tempo, na qual foi bloqueado um valor muito superior aos 11 milhões. Na qual eu preciso deixar registrado aqui, que eu fiquei, aí, duas semanas impossibilitado de fazer novos negócios, porque, pois eu tive um valor muito superior a 11 milhões bloqueado na minha conta.

Fato esse que meus advogados já me indicaram que, e peticionaram, inclusive que existe uma questão legal de abuso de poder, porque eu tive bloqueios vindo de Gaspar, tive bloqueio vindo do Ministério Público e tive bloqueio vindo de uma ação coletiva do Estado, que acredito que seja essa que começou a CPI, nas quais a minha empresa que fez um negócio legal, que se botou à disposição de devolver os valores e que pagou os impostos, teve não só o valor dos impostos, mas até três vezes o valor correto, bloqueado em conta até que, depois de muita briga, fosse liberado os valores até o limite de bloqueio de 11 milhões.

Isso é importante deixar claro.

Obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Valdir Cobalchini.

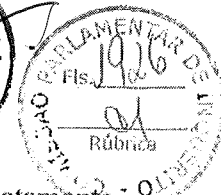
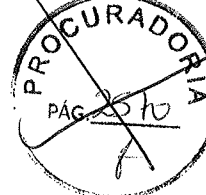
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Foi bastante esclarecedor. Nós não tínhamos as informações, tais quais elas estão sendo repassadas, Gustavo. Que enrascada, né?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Pois é, hora errada, lugar errado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Que enrascada que o senhor se meteu aí. Fez o negócio licitamente e, infelizmente, com a empresa errada...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Pois é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Tendo frustrado um negócio, como disse, lícito. E, depois disso, agiu corretamente, é bom que aqui a gente registre, no meio dessa negociação fraudulenta, vergonhosa para Santa Catarina, dessa



compra que o Estado fez, pagando por alguma coisa que não recebeu, o senhor fez exatamente o oposto.

Então, dessa negociação desastrosa que a Secretaria de Saúde do Estado fez, é o que a gente pode tirar de lição é aquilo que o senhor fez, como alguma coisa positiva que serve de exemplo, de como deve proceder, não apenas o homem público, mas também o privado. Parabéns pela sua atitude.

Esses recursos estão ainda depositados em juízo ou já foram devolvidos? O senhor tem conhecimento se foram devolvidos ao erário?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Eu vou ser muito sincero, eu me preocupo muito em vender e fazer negócios, não com essa parte jurídica, mas eu posso perguntar pro meu advogado que está aqui do lado, se esses valores estão em que...

(O advogado João Carlos Harger Junior manifesta-se fora do microfone que os valores já foram transferidos para o Estado.)

Já foram transferidos pro Estado. Eu sei que saiu da minha conta, agora, tecnicamente pra onde foi eu não sei. Acredito que tenha sido pra conta correta, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - O.k.

Eu teria outros questionamentos, mas depois da forma clara como... para mim ficou. Nós não tínhamos essas informações, eu estou satisfeito.

E quero lhe cumprimentar pela sua lisura nesse processo, né, pela transparência também com que trata as coisas e pelo cuidado, que muitos não tiveram com os recursos públicos, que o senhor teve. Aliás, no seu caso não eram recursos públicos, eram recursos lícitamente auferidos, né, pela venda lícita, infelizmente para o destino errado, que é a Veigamed.

Eu estou satisfeito.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de passar a palavra ao Deputado Kennedy Nunes, quero comunicar aos membros desta Comissão que pedi à assessoria que entrasse em contato com o senhor Rafael Wekerlin que, talvez por falta de orientação jurídica, ainda não percebeu o fato de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem os mesmos poderes de uma instrução judicial, como qualquer outra. E o mesmo se nega, hoje, a entrar em contato com esta Comissão aqui, de forma remota, reclamando da troca da ordem daqueles que foram ouvidos.

Já tivemos aqui outras testemunhas que chegaram a esperar dez horas, sentados ali, na sala ao lado desta sala da Comissão. Comunicação para ele de que a próxima ouvida dele será de forma presencial, em data pré-marcada, e que nós também temos o poder de pedir que ele seja conduzido de forma coercitiva.

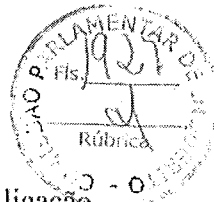
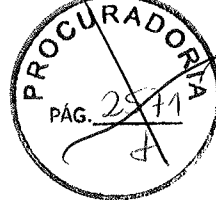
Portanto, peço à assessoria que entre em contato com ele, comunique esse fato para que ele possa evitar esse transtorno, pois toda uma estrutura foi montada aqui para que a Comissão funcionasse no dia de hoje e todos pudessem ter conhecimento da lisura de nossos trabalhos e do andamento deles também.

Então, tão logo haja uma resposta, eu peço à assessoria que nos comunique, se conseguiu contato via telefone com ele, para que ele possa se manifestar.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Bom dia, Gustavo, que bom saber que tu és de Joinville e que agiu dessa forma. Parabéns.

Mas eu queria perguntar algumas coisinhas aqui. Primeiro, a fala do Relator com relação a saber se essa sua venda, né, o produto da sua venda que voltou do meio do caminho, é, que foi para a Veigamed, é que nós estávamos tentando saber, ou ver, se a Veigamed comprou os equipamentos os EPIs para tentar vender aqui, para o Estado de novo. Não



especificamente para o Estado, mas para outros Municípios aqui. Então, era só essa a ligação. Mas ficou claro que você vendeu e para quem eles iam vender não tem como fazer.

Mas eu queria saber o seguinte, nós tivemos aqui alguns depoentes que falaram inclusive que tinha um - como é que foi falado do é, é, do comercial... do aumento do preço...? - canibalismo comercial. Você, que trabalha com isso, percebeu que lá em março, abril, tinha um tal de canibalismo comercial, se referindo a altas de preços, a busca e essa negociação que tem tudo aí.

Você que trabalha nisso foi perceptível isso ou não?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - É, boa tarde, Kennedy, é um prazer estar conversando com o senhor, pessoa tão importante aqui da cidade, pena que é numa, numa condição, não é, Deputado...

Bom, Deputado, a gente, isso aqui não é uma aula de economia, mas a gente sabe que o preço é regido pelo mercado, trata-se de Lei da Oferta e da Procura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Hum, hum.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - É, eu sei também que existiu muita especulação... é, vieram, meu telefone era assim, coisa de mais de mil ligações por dia e, e, muita, muita especulação, pessoas é pedindo... e eu cheguei a receber um orçamento de um distribuidor dizendo que ele ia vender para o Acre sete milhões de unidades. Aí, eu fui no Google e descobri que no Acre tem setecentas mil pessoas. Então, assim, é, eu acho que a gente tem que dividir muito o que é especulativo e o que é real.

Quanto às altas de preço, o que é sabido é que existiu uma escassez absurda. Tanto que, quando fui sentar com o Delegado um Jeferson, pela primeira vez, é, até que fosse entendido o que estava acontecendo, eu falei pra ele: pô, Jeferson, você não tem de me chamar aqui e me tratar como bandido, você tem que me tratar igual herói. Porque enquanto muitos, muitas empresas não conseguem, muitos governos não conseguem importar seus testes pra Covid, uma empresa aqui de Joinville trouxe uma quantidade grande de testes e, em vez de ser tratado com todo respeito de que o empresário merece, por estar gerando aí receitas por Estado, emprego e tudo mais, ainda tá toda uma causa nobre que nem essa do Covid, e, pô, tô sendo aqui, agora, escrutinado por conta de algo que não deveria.

É, resumindo, o que eu posso dizer é que, sim, houve uma escassez de preço. Essa escassez de preço ela acaba sendo, é, vista nos... uma escassez de produto, né, acaba sendo refletido por uma lei de oferta e demanda, mas nada que fuja do razoável. Ao menos, as vendas feitas pela minha empresa, elas foram todas dentro de um patamar de valores razoável. Se fora disso existiu alguma coisa diferente, aí, acho que cabe à CPI investigar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Obrigado, Gustavo.

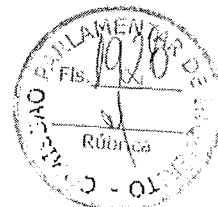
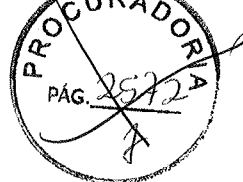
É bom lembrar, até a gente já sabe, mais quem está acompanhando, muitas vezes não sabe, que a empresa Veigamed, Deputado Felipe, estava envolvida inclusive com a venda de EPIs, roubados no aeroporto de Guarulhos, para a Prefeitura de Guarulhos.

Então, eu vejo que, nesse processo todo, a empresa do Gustavo, é, foi uma dessas que, como ele diz, estava na hora errada, é, no momento errado, porque o cerne da questão, o bicho podre da questão, é essa Veigamed que enganou aqui, e que estava inclusive vendendo produtos furtados do aeroporto de uma carga que tinha vindo da China. Então só para ficar bem claro.

Eu fico satisfeito e parabenizo novamente, Gustavo, você e o doutor, o Delegado... como é?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Delegado Jeferson, da Deic.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - O Delegado Jeferson, aí de Joinville, que tiveram essa estratégia, inclusive de te orientar, de você não entrar em contado com a Veigamed para não alertar eles da operação. Isso mostra a qualidade da nossa Polícia Civil aqui, em Santa Catarina, que está também atuando nesse processo.



Parabéns, muito obrigado pela sua demonstração de seriedade e cidadania.
Obrigado, senhor presidente.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Só quero fazer um comentário rápido, baseado nisso que o Deputado Kennedy pediu e o Gustavo respondeu, sobre o aumento no preço dos produtos.

Ontem, foi feita uma denúncia aqui, sobre o comprimido dexametasona, que foi descoberto agora que ajuda os pacientes que estão na UTI com a Covid. Ele era vendido pelos laboratórios aos distribuidores de medicamento em Santa Catarina a menos de R\$ 2,00 e, de ontem pra cá, saiu a tabela nova, com R\$ 6,00 o comprimido, de menos de dois para seis.

Esse é o cartel dos que se aproveita da situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado.

Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente... Gustavo, a empresa Veigamed lhe fez o pagamento antecipado da mercadoria? *[Transcrição e revisão: taquigrafa Almerinda Lemos Thomé]*

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Sim, é... por estratégia comercial, todas as vendas que a minha empresa realizou foram pagamentos antecipados, então isso não foge à regra. Eu posso, inclusive, enumerar aqui algumas outras instituições bastante conhecidas e de postura idônea, como o Hospital Albert Einstein ou os hospitais da Rede D'Or, do Rio de Janeiro, todos eles, independente de fama, condições de pagamento, é, todos fizeram o pagamento antecipado.

Essa foi uma estratégia comercial da minha empresa, devido aí às loucuras que a gente via no comércio, no mercado. E, enfim, isso é uma forma de evitar a especulação, que, afinal de contas, o meu telefone tocava e dizia: manda 1 milhão de testes aqui pra Minas que eu te pago semana que vem. Entendeu? Não dá pra saber quem é sério e que não é sério, então eu pedia os documentos da empresa, fazia uma análise via, eu, eu, eu, eu possuo na minha empresa, no corpo da minha empresa, um responsável técnico especialista em Anvisa, que ele analisava a documentação das empresas para quem a gente ia vender, inclusive analisou a documentação da Veigamed, percebeu que a Veigamed tinha autorização da Anvisa para comercializar esses produtos.

Por conta disso, não vimos nenhum problema em vender pra eles, quando eles tinham a documentação e fizeram o pagamento antecipado. Pra mim, era uma empresa igual à Einstein, igual à Rede D'Or. Simplesmente tinha o fato de que eu nunca tinha ouvido falar dessa empresa. Porém, até que se prove o contrário, acredito que todos são inocentes, né, eles agora a gente sabe que não, mas até então...

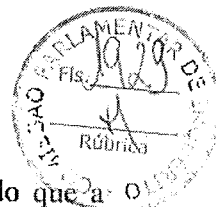
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim.

A partir da frustração do negócio para a Veigamed, como não chegou a mercadoria, ela tentou, de alguma forma, ser ressarcida dos valores que foram pagos?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não, num primeiro momento eles ligavam e eu não atendia o telefone, nesse meio tempo meus advogados começaram a procurar o Delegado Jeferson pra pedir, é, falar: oh, meu cliente está começando a ficar até com medo, né, afinal de contas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Se o negócio é lícito, eu não posso simplesmente não entregar e sumir, aí eu fiquei até com medo que ele viesse procurar a Polícia, ou alguma coisa assim, achando que eu tivesse feito algo errado, né? Então o



Delegado Jeferson, depois de três dias, ele fez uma declaração, é, do Deic dizendo que a empresa OltraMed havia sido, é, orientada a não seguir com a venda. Só três dias depois, quando os caras me ligavam de quinze em quinze minutos e eu não atendia, tudo o que eu fiz foi entrar em contato com eles através de WhatsApp, já para evitar a ligação, e eu mandei pra eles: segue documento recebido pelo Deic. Depois que eu fiz isso, eles sumiram.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Então a empresa Veigamed...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não respondeu mais depois disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Tomou do próprio veneno.

O.k., Gustavo, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Antes de passar a palavra ao Deputado Felipe Estevão, consulto se o Deputado Sopelsa deseja também fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quero fazer uma pergunta, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Eu queria dar um bom-dia a todos, bom dia ao Gustavo.

Para ficar claro, porque não ficou claro pra mim. A tua empresa fez uma venda pra Veigamed de R\$ 11 milhões?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Perfeito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Perfeito, R\$ 11 milhões. Esses R\$ 11 milhões eram referentes a EPIs?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Não, Deputado, eram referentes a cem mil testes de Covid. Só por ordem técnica, o teste de Covid não é considerado um EPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Eles não tinham comprado, no caso dessa compra, não tinha nada de respiradores?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Nada, a minha empresa, ela não comercializa respiradores, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Os 11 milhões que foram bloqueados eram referentes à venda de cinquenta mil kits de teste.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Isso, referente à venda de cem mil kits de teste, Deputado.

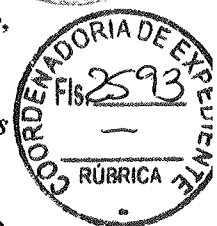
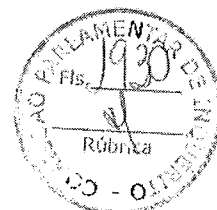
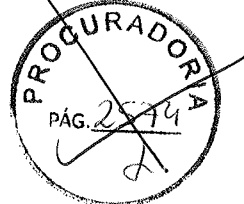
O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Sim, cem mil kits de teste que a tua empresa fez pra Veigamed?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Perfeito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - E esses 11 milhões estão bloqueados? E você tem aí um prejuízo - me desculpe por chamá-lo de você - e você tem aí um prejuízo dos impostos que você pagou e do frete, porque você estava mandando esses produtos até o Rio de Janeiro?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Exatamente, Deputado, o frete chega a ser até irrelevante se considerar que foi pago 3 milhões de imposto, de ST. Mas sim, estou com esse prejuízo, espero que o governo do Rio de Janeiro devolva esse valor aos cofres da OltraMed, afinal de contas, pela legislação, eles teriam que fazê-lo. Mas a nossa legislação, incrivelmente, não dá um prazo pra que isso seja feito. Então, se não tem prazo, significa que eu vou ter que ficar esperando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Muito bem, eu estou satisfeito. Eu acho que está esclarecido.



O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Moacir Sopelsa.

Deputado Felipe Estevão?

(O senhor Deputado Estadual Felipe Estevão gesticula com as mãos que falará após o Deputado Fabiano da Luz.)

Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Só quero aproveitar. O senhor chegou a fazer negociação com outros Estados, direto para Estados?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Só através de vendas pra outras empresas?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, foram muito precisas aqui todas as perguntas. Uma dúvida: a sua empresa teve esse prejuízo dos 3 milhões? O senhor pagou imposto. A Veigamed é o olho do furacão desse escândalo. Você teve essa venda de 11 milhões e você paga o imposto de 3 milhões. Esse ônus ficou com a sua empresa. Eu lamento, uma empresa de Joinville que se meteu num rolo desses e teve esse ônus. É isso? Só pra entender essa...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – É isso, Deputado, são 3 milhões que poderiam estar aí, rodando na economia, ser investido em outras coisas, mas estão lá nos cofres do governo do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, lamentar...

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Porque afinal de contas a ST é um imposto que é pago antecipadamente pro Estado de destino da mercadoria, então, ao Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim, eu lamento muito, desejo boa sorte aí, a gente está aqui lutando em busca da verdade, bom ter a sua participação para que a gente possa estar esclarecido aqui nessa missão de descobrir a verdade sobre esse negócio.

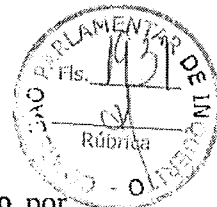
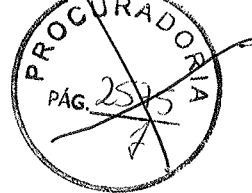
Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Seu Gustavo, quero dizer ao senhor, que também a exemplo do Deputado Kennedy Nunes, muito orgulho que ser joinvilense, muito orgulho dos empresários da minha cidade, que levam de arrasto boa parte do Produto Interno Bruto de Santa Catarina. Então, parabeniza-los pelo comportamento que o empresariado tem - não só o joinvilense, mas de toda Santa Catarina - nesse momento de crise.

Lamentável que tenha colhido esse prejuízo da contribuição dos impostos, no valor de 3 milhões, tenho certeza que a sua defesa vai saber recorrer disso e tentar recuperar esses valores, o que seria justo.

Também quero dizer do seguinte: que não é numa péssima situação que nós estamos nos conhecendo, moro em Joinville mesmo, no bairro Guanabara, eu resido ali, é numa excelente situação que nós estamos nos conhecendo. Nesse momento, Deputado Kennedy Nunes, em que as pessoas estão vendo quem está fazendo alguma coisa por Santa Catarina, quem trabalha de forma honesta, quem tem um compromisso com o Estado em que reside.



Nós, o nosso compromisso de honrar cada voto recebido, voto de confiança recebido por nossos eleitores.

E os nossos empresários, da nossa cidade, têm esse compromisso que eles assumiram tempos atrás, quando deram os primeiros passos na abertura das suas empresas, de empregar catarinenses e de proporcionar uma vida digna às pessoas através do trabalho.

Quero agradecer pela presença do senhor aqui, digo que não foi numa ruim situação, foi numa boa, muitas vezes a gente precisa desses momentos difíceis para que a gente possa ser um pouco mais conhecido. E é no combate que o soldado é forte, nós estamos nos conhecendo durante uma luta. É um grande prazer conhecer o senhor e quero estender, em nome de toda a Comissão Parlamentar e dos demais Deputados, os nossos agradecimentos pela disponibilidade que o senhor nos atendeu e a prontidão que foi feito isso.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH - Muito obrigado, Deputado.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR – Deputado Sargento Lima?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Oi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR – Pela ordem, só fazer um requerimento em nome do senhor Gustavo Steglich.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hum-Hum.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR – É, pela boa ordem dos fatos, e até o que ficou claro no depoimento dele, e pra evitar eventuais, é, equívocos, nosso pleito, ele reside em retificar duas atas da Comissão, é, não sei se a gente faz isso via ofício ou se a gente pode deixar registrado neste momento, mas na reunião, a 6ª ata de reunião diz que o senhor Samuel de Brito Rodovalho, representante da CIMA, do Paraná, que é fornecedora de respiradores, ela está sendo acusada de negociar propina com Rafael e Gustavo Steglich. Eu acredito que tenha sido algum equívoco na ata, então a gente gostaria de fazer esse registro para que seja analisado esse pleito para que seja, ou retificado ou solicitado explicações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor pode fazer através de requerimento mesmo, que seja feita a devida alteração, por escrito, e já dou por acolhido o requerimento do senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Mas só para ficar claro, então, pra quem nos acompanha, é, o senhor Samuel de Brito Rodovalho não fez o pedido de comissão pro Gustavo, é isso?

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Nunca falei com ele. Não conheço o Samuel.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Está O.k., muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Mais uma vez, muito obrigado, senhores advogados e senhor Gustavo.

O SR. GUSTAVO BISSACOTTI STEGLICH – Obrigado, Deputado.

O SR. JOÃO CARLOS HARGER JUNIOR – Obrigado, Deputado.

(O senhor Gustavo Bissacotti Steglich, acompanhado de seus advogados, desconecta-se da videoconferência.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Peço à assessoria, se conseguiu contato com o Rafael, que possa colocá-lo já *online* pra gente fazer os questionamentos.

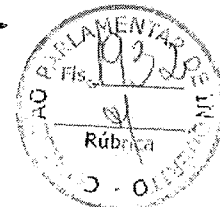
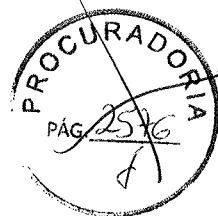
Suspendo a sessão por cinco minutos.

(Estão suspensos os trabalhos. Pausa.)

Estão reabertos os trabalhos.

(O depoente Rafael Ruschka Wekerlin conecta-se à videoconferência.)

Senhor Rafael, o senhor nos escuta bem?



O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – 100%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – 100%, 5/5 (ri)?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – 5/5.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Rafael, o senhor sabe por que foi convidado a comparecer aqui, nesta reunião, na tarde de hoje?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Deixa eu desligar todo o restante da minha Internet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É, se não desligar os demais equipamentos dá um *delay* de tempo, um atraso na chegada do áudio e do vídeo. Aliás, do áudio.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim.

Está me ouvindo melhor agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Certo. Acredito que devo ter sido chamado como testemunha aqui para depor por conta do caso dos respiradores. Correto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor. O senhor foi convidado a estar aqui para esclarecer fatos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da Veigamed Material Médico Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição duzentos respiradores pulmonares ao custo de R\$ 33 milhões.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão, dos fatos que lhe forem perguntados sob pena de concorrer pelo crime de falso testemunho?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quero lembrar ao senhor também que o senhor tem o direito de permanecer calado diante de alguma pergunta, mas é necessário que o senhor expresse essa vontade dizendo: eu prefiro permanecer calado, até porque o silêncio não é indicativo de resposta.

Para que os nossos taquígrafos possam fazer o registro, eu peço ao senhor que fale o seu nome completo, sua data de nascimento, sua profissão e o local onde reside.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Meu nome completo é Rafael Ruschka Wekerlin, é... minha data de nascimento é dia 23 de dezembro de dois mil... 1987, perdão. A... minha profissão é empresário e meu local de residência é Joinville, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está acompanhado de advogados, senhor Rafael?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não.

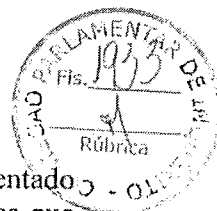
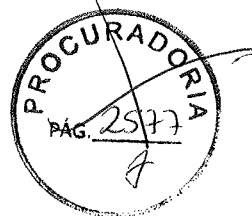
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá.

Passo a palavra ao Relator. Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia, Rafael.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado por colaborar conosco, obrigado também por esperar. Nós estamos enfrentando um grande dilema aqui em Santa Catarina, que é de identificar o que aconteceu, de verdade, com a compra desses respiradores. E tem uma participação, é, em conversas de WhatsApp do senhor com alguns elementos que já foram identificados como fraudadores ou que tentaram fraudar Santa Catarina neste processo dos respiradores, ou que foram induzidos, por algum motivo, a produzir essa fraude. Por isso, o depoimento o senhor pode nos ajudar muito.



O senhor surgiu nessa história toda quando a notícia de que alguém teria tentado extrair R\$ 3 milhões em comissão por ordem da realização desse negócio. Então, por isso que a gente precisa esclarecer algumas coisas com o senhor a respeito disso.

O senhor conhece alguém da Veigamed, o senhor tem relação com alguém da Veigamed?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Assim como já respondemos pro Gaeco e pro Deic, não, não conhecemos ninguém da Veigamed, nunca nem tinha ouvido falar da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O Fábio Guasti, o senhor tinha conhecimento?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não?

Senhor Rafael, o senhor tomou conhecimento que Santa Catarina queria comprar respiradores? Se o senhor tomou esse conhecimento, quem foi que fez esse contato com o senhor?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – O nosso representante comercial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Que é o Samuel de Brito?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não, o senhor Cauê Martins.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, muito bem. Então quem procurou o Cauê Martins, o senhor sabe?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É, segundo relato do Cauê, é, foi um amigo dele, chamado Germano, que eu também nunca ouvi falar, nunca conversei, é, que o procurou falando que tinha essa, essa possibilidade de fornecer os equipamentos pro Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o senhor tem esses equipamentos, o senhor vende esses equipamentos?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É, nós somos uma empresa de importação e exportação, então nós podemos adquirir qualquer tipo de equipamento e revender qualquer tipo de equipamento, então nós trabalhamos, justamente, na área de importação e exportação. Então, hoje nós importamos desde peças automotivas, equipamentos médicos, alimentícios e até agronegócio, fertilizantes, exportação de soja e assim por diante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, só para entender essa aproximação. O Cauê Martins, que é representante do senhor, surgiu com essa conversa de que Santa Catarina queria comprar respiradores.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Exatamente. Não para Santa Catarina, está, foi Santa Catarina e mais outros dois Estados, que não me foram abertos até a gente finalizar essa questão do, dos respiradores, Santa Catarina que iria definir o negócio, eles não me abriram quais eram os outros Estados. Mas eu lembro que eles tinham mais dois Estados, e então nas conversas de WhatsApp também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está. Daí o Cauê, me desculpe, vou ter que perguntar de novo, porque eu acabei não anotando aqui.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sem Problemas.

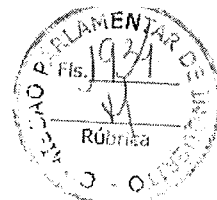
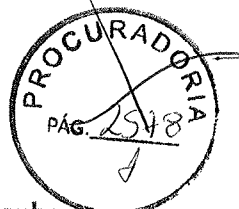
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O Cauê, ele disse quem procurou ele ou ele só tomou...como é que ele tomou conhecimento?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Germano, amigo dele, chegou até ele com, com a, com o negócio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E o Germano falou pra ele de onde que vinha esse contato?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não sei, isso não é do meu conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O Germano é o Germano?



O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Eu não conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não sabe o sobrenome dele?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não sei o sobrenome.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Está. O senhor sabe, depois dessa conversa, eu tenho aqui o WhatsApp do senhor, teve esse contato da proposta, depois teve uma conversa do senhor, em 2º lugar, com a empresa. Vocês criaram um grupo de WhatsApp e, logo depois, o senhor se dissolveu desse negócio.

O senhor poderia explicar esse grupo de WhatsApp, quem participou disso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim, explico sim, sem problemas. Foi o seguinte, a, nós, o Cauê chegou pra mim e falou que tinha essa proposta de compra de respiradores, é, que o fornecedor era diretor, ex-diretor da empresa que vendia os equipamentos na China, que era o senhor Samuel, e que o Samuel não fazia importação no Brasil, mas ele precisava de uma *trading* pra fazer a importação pro Brasil e revender pro governo de Santa Catarina.

A, eu falei que a gente faz isso, um procedimento comum, bem normal, é, quando não existe um importador no Brasil nós fazemos a parte da importação e a revenda no Brasil. A, o Cauê falou: então, tão legal, você aceita fazer? Eu falei: aceito, é um negócio como qualquer outro negócio que nós fazemos na nossa, na nossa empresa. Óbvio que vai passar toda a parte de *compliance*, se for aprovado a gente faz. Recebemos então as informações preliminares, eles pediram uma pré-proposta pra ver se, é, a nossa proposta ia se encaixar com o que eles pediam, é, eu fiz a pré-proposta, encaminhei a pré-proposta, inclusive pro governo do Estado, pra ver se a proposta condizia com o que governo estava procurando.

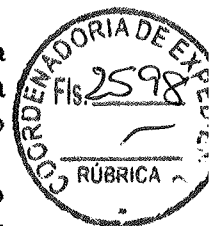
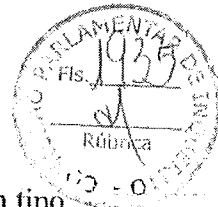
É, a pré-proposta foi aprovada, era aquilo mesmo que eles queriam, é, entretanto, é, conforme o Cauê e o Samuel tinham calculado, eles, eles acreditavam que o valor, é, de trinta e três milhões seria suficiente pra fazer a importação completa. E não era. Por quê? Porque eles achavam que o imposto, todos os impostos de importação, por conta do Covid, estavam, estavam suspensos, é, momentaneamente por conta da pandemia. Porém, não é assim, na importação incidem vários impostos, incide imposto de importação, IPI de importação, incide PIS importação, Cofins importação e ICMS importação, é, e todos esses impostos, de todos esses impostos até aquele momento, apenas o imposto de importação como estava, é, estava suspenso através de ato legal.

E, mais pra frente, até o momento da chegada dos respiradores, eles, eu fiquei sabendo, nem pesquisei mais também, porque a gente não quis se envolver nessa questão, é, mais fiquei sabendo também que o IPI teve um ato legal com dispensa de pagamentos de IPI para esse equipamento. Ah, porém ainda nós tivemos que pagar PIS importação, Cofins importação e ICMS importação e mais todos os impostos de venda para o Estado, incluindo o meu IRPJ e meu CSLL. E eles não tinham calculado isso dentro dessa margem de 33 milhões, porque me foi passado um valor fechado já direcionado para o governo. E o Samuel, que era o representante dos equipamentos, estava negociando direto com o governo.

Vocês estão conseguindo entender bem?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí não deu certo o negócio e a Brazilian Trading Importadora, que é a sua empresa, se retirou do negócio?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não, daí aconteceu o seguinte: eu mostrei pra eles: Oh, a conta que vocês fizeram, de 33 milhões, está errada. Se a gente vai pagar 26 milhões nos equipamentos na China e tem todos os impostos de importação, mais todos os impostos de venda, é, 33 milhões não é suficiente pra que eu, a gente consiga fazer essa venda, é, pro Estado, porque como a gente recebeu essa proposta de venda, eu e o Cauê, pode até procurar nas conversas de WhatsApp, a gente falou que não queria ter lucro nenhum com a operação. A Brazilian iria auxiliar o Estado, é, a fazer a importação dos equipamentos,



e mais, e ia ficar isso mais como um *marketing* para a empresa do que a gente ter algum tipo de lucro na operação, não tinha lucro nenhum na operação.

O Samuel ofereceu, se não me engano, 1,5% da comissão que ele ia ganhar da CIMA, ele ia ganhar 3% de comissão da CIMA, ofereceu 1,5% pra mim e pro Cauê, pra dividir entre os dois, e ele ia ficar com 1,5% de comissão, aqui no Brasil, da venda dele. Então esse, esse seria o negócio, esse seria o negócio dele, certo?

É, porém, essa comissão não, os 3% de 33 milhões ali não, não chega no valor, no valor de 3 milhões. O que aconteceu? É, eu falei pra ele: oh, Samuel, pra gente conseguir fazer essa operação, é, e vender pro governo do Estado, o valor correto dá 40, ponto alguma coisa, milhões, o valor correto para importar e revender para o Estado isso aí. Esse equipamento, acredito que o Estado deveria importar direto. Ele falou: não, o Estado não consegue importar, tá com problema pra importar, não, não sabem importar e não querem importar, eles querem comprar de alguém se importe.

Dai eu falei: tá, então o valor é esse, 40 milhões. E aí começou uma discussão, me ligaram: como assim não vai dar para importar, já, já fez a pré-proposta, esse é o valor certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E quem ligou? Quem ligava para o senhor?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN - Eles fizeram uma ligação em grupo, daí. Estava eu, é, o Samuel, o Cauê e o Germano na ligação, estávamos os 4. E aí começaram a discutir essa questão: mas por que que não vai dar, por que que não vai dar, por que que não vai dar? Tanto que eu já tinha falado isso antes pra eles e eles me pediram pra colocar ali na cotação "sem impostos". Eu não sei se vocês perceberam que depois do valor tá escrito "sem impostos", que é justamente por causa disso. [Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

E... passou-se isso no... fizemos a pré-proposta, nós (*ininteligível*) com "sem impostos", no outro dia é... o Samuel é... eu comecei a solicitar pro Samuel: eu preciso desse edital. É... o *compliance* na empresa exige que a gente veja o edital e que a gente é... leia o edital e entenda exatamente qual é a... a demanda do governo, é... o que que a gente precisa ter é... pra atender a demanda do governo e se tá tudo conforme o protocolo, se não tiver conforme o protocolo, a gente, infelizmente, vai ter que se retirar. E o Samuel falou: não, tá certo, é assim mesmo, a gente vai pegar o edital assim que tiver é... a gente... a gente... a gente vai te passar. Então eu, tranquilo, então, se vão me passar... Segundo eles ainda não tinha aberto a questão, eles só tavam com a questão de pré-negociação, e como é dispensa de licitação, é uma pré-negociação (*ininteligível*) comercial, eu pensei: deve existir com diversas outras empresas. não só a nossa, né?

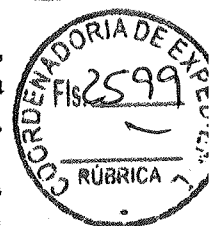
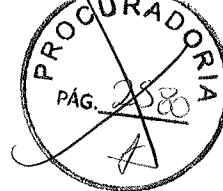
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tinha nessa... O senhor lembra o que tinha nessa pré-proposta? Valor, prazo de entrega, tempo?...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN - É tudo isso, é. Escopo de serviço, valor, responsabilidades, cronograma, é... dados cadastrais, tinha... é, em suma era isso, dados cadastrais, e nós enviamos também todas as CNDs da empresa, todas as Certidões Negativas de Débito da empresa pro Samuel, pra que o Samuel enviasse pro pessoal do governo do Estado, que eles estavam exigindo as CNDs da empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O valor... O senhor tem uma experiência em empresas de exportação...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN - Bastante...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Nessa perspectiva que o senhor tenha, quanto tempo o senhor acreditaria, diante de tudo aquilo que aconteceu, epidemia, tudo isso, na expectativa de senhor quanto tempo levaria pra trazer os equipamentos da China pra cá?



O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Ah, já trouxe carga da China pra cá em menos de dez dias, já trouxe carga da China pra cá em sete dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas esses respiradores, basicamente, esse equipamento médico, porque uma coisa era contratar pra trazer uma caixa de plástico, qualquer outro produto, mas eu tô falando especificamente dos respiradores, diante da crise que tinha, não tinha avião, estava tudo parado...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Na verdade, na verdade não é que não tinha avião, não tinha voo comercial, que é de onde vem a maior parte das cargas. É... mas existem os voos fretados, né, os voos *charters* que eles chamam, que nós conseguiríamos fazer contra... a contratação desse voo *charter* pra fazer a importação dos equipamentos para cá. Isso daí é... é... é bem tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Prazo. Quanto tempo, naquela época?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – De sete a dez dias. É igual, a gente ia contratar uma companhia aérea que ia lá buscar e em sete dias tava aqui.

Segundo o Samuel, os equipamentos estavam prontos, por isso que ele tinha dois, dois prazos de entrega. O Samuel passou pra gente que cem equipamentos já estavam prontos, no estoque da empresa, e cem seriam produzidos e seriam entregues um pouco mais pra frente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Samuel garantiu isso pra vocês?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Isso, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com relação ao pagamento, era antecipado?... Eu tenho aqui que o Samuel disse que o pagamento era de 50% na entrada, 25% no embarque na China e 25% quando chegasse em Guarulhos. Vocês conversaram sobre isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Conversamos sobre isso, é... é... na importação, se você for parar pra analisar outros casos de importação que vocês devem ter tido no Estado, é... as empresas que prestam serviços de importação geralmente, e não só as empresas, os fornecedores exigem isso, pagamento 100% antecipado. É... então essa é uma prática muito comum no ramo de comércio exterior, nenhuma empresa vai fazer a liberação da carga se ela não receber o pagamento, certo? E a empresa que vai fazer a importação pro Estado ela não vai dispor o capital dela, o Estado vai demorar dois anos pra pagar ela, e ela vai ficar com 33 milhões de capital parado e o Estado não vai lhe pagar correção monetária em cima dessa demora do pagamento.

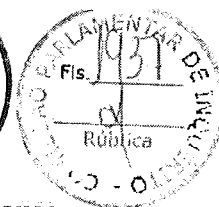
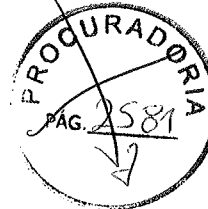
Então, todo processo de importação, quando tem que despender um capital muito alto, é... todos os casos que eu já vi, todos os casos que eu já vi, é... o Estado paga antecipado. É uma prática comum.

Eu tenho um exemplo inclusive na... é... na importação da pista de atletismo da Universidade Federal do Mato Grosso, que nós fizemos a importação, da Fundação Uniselva, que é a Fundação da UFMT, foi todo antecipado o pagamento também. E ocorreu 100%, é... processo bem tranquilo, também era uma dispensa de licitação, mesma coisa, ocorreu tudo 100%. Então se quiserem a gente (*ininteligível*) disponibiliza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nesse processo o senhor deu garantias para o Estado, deixou garantias para poder receber?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem que mandar um ofício lá pro...



O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Só que nesse processo foi um pouco diferente, eu fiz a parte logística do processo, eu não fiz a compra do material. Eles que fizeram a compra por eles mesmos, eles compraram direto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então eles podem ter tido a garantia lá, né? Com o outro? Cobrado a garantia...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...de outro e não do senhor.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Isso. Eles fizeram a compra diretamente do fornecedor na Itália, o fornecedor produziu a, a, as mercadorias requisitadas e nós fizemos todo o processo logístico, trazer de lá pra cá via marítima. Demorou um pouco mais, obviamente, porque o marítimo leva mais tempo, mas chegou a mercadoria aqui em Santa Catarina, fizemos a liberação e entregamos na UFMT sem problema nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para encerrar a minha parte, quero saber o seguinte: quando o senhor efetivamente saiu do negócio?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Legal. O que aconteceu? No próximo dia, depois que eu enviei a primeira proposta, a pré-proposta, no caso, ã... o Samuel veio de novo com aquela ideia: só teremos 33 milhões, é... a diferença vai ser de 26,5 milhões de compra e a gente vai cobrar 33 milhões do Estado, o custo logístico tem que tá tudo dentro disso e aí os impostos a gente cobra separado, não tem problema. Só que, quanto que vai dar de custo logístico, daí entrou mais uma questão, né, que é... o Samuel entrou com aquela ideia: pessoal, se eu baixar o valor da máquina, que é o que tá escrito na conversa de WhatsApp ali, se eu baixar o valor da máquina lá na origem, se eu conseguir um desconto com o fornecedor, é... a gente consegue pagar comissão de 3 milhões “delas”, depois ele corrigiu, “dela”? Daí eu falei assim: como assim, comissão de 3 milhões? Ninguém tinha me falado disso, comissão de quem, que história é essa?

Só que isso tudo por telefone, em ligação, e... a ligação tava ruim, é... não funcionou direito aqui, eu falei: Samuel, preciso que você escreva, porque eu não tô entendendo. Aí ele foi lá e escreveu no WhatsApp aquilo que a gente tem ali, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ali o senhor saiu do negócio?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – E aí eu falei: não, a gente não trabalha dessa forma, é... eu já não tô ganhando, não vou ganhar nada nesse processo e vou ter que pagar comissão de 3 milhões pra quem? E aí não quis nem saber quem que era, ali já... o *compliance* ali já tinha sido quebrado, não precisava passar por mais ninguém, pra mais diretoria da empresa, pra nada, porque já sabia que o *compliance* já estava quebrado ali.

Então, naquele momento (*ininteligível*) isso daí é furado, não atende o nosso *compliance* e saí do grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o governo, depois que o senhor apresentou a pré-proposta e tal, saiu do negócio, o governo não voltou a conversar com o senhor?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Em nenhum momento.

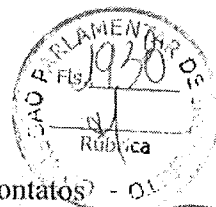
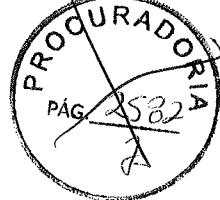
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não respondeu *e-mail*, nada, absolutamente nada?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nada, nada, absolutamente nada. Até achei estranho, mas... Nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Os seus contatos com o Samuel... o senhor também fazia contato direto com a Secretaria da Saúde do Estado, com a Márcia? Nunca conversou com a Márcia?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nunca conversei com a Márcia. Só me pediram pra enviar o *e-mail*... tanto que eu enviei a pré-proposta pros *e-mails* que o Cauê me pediu pra enviar. Ó, o *e-mail* é do Fábio Gualsti (sic), SGA da Secretaria do Estado, ali, acredito que era a Saúde, do Fundo Estadual de Saúde, a... o Cauê tava em... acredito que o Cauê tava em cópia e tinha mais alguém em cópia... era o Samuel que tava em cópia. O Samuel tava em cópia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A proposta que o senhor encaminhou para o Samuel, ele reencaminhou para a Secretaria da Saúde aqui do Estado. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Mas é porque no *e-mail* que eu enviei à Secretaria da Saúde tava, tava copiado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Na verdade, os questionamentos que eu havia preparado, o nosso Relator já fez.

É muito estranho, né, que a Veigamed tenha se utilizado, tenha copiado a sua proposta, usou de má-fé, usou o nome da sua empresa, e aí depois essa proposta, pra que fique bem claro, ela foi desentranhada do processo, foi retirada do processo e entrou a proposta da Veigamed, exatamente com os mesmos valores da sua proposta.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Tenho algumas considerações, posso fazer rapidinho?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Pois não, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor, ao final... Vai ter mais um Deputado que vai perguntar ao senhor e, ao final, vai ser estendido um tempo para que o senhor faça todas as considerações.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É só uma consideração sobre o cronograma. Mas é só uma consideração sobre a proposta, bem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah, certo. Pode continuar.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Acredito que esteja bem (ininteligível) pro momento.

Se você pegar a proposta que eles copiaram, eles utilizam inclusive é... eles utilizam toda a formatação, é toda igual a nossa, e se você for pra, pra parte dos valores, você vai ter no cabeçalho um número da aprovação, e esse número é um número sequencial do nosso sistema, B... se não me engano era BT00162/2020, ou seja, a proposta 169 de 2020 nós estávamos fazendo. Isso é um número sequencial do nosso RP, o nosso sistema interno de controle. E... eles não foram capazes nem de tirar o meu número de proposta do que ele copiaram. Mas a gente já tá tomando as providências legais com relação a isso, isso é... obviamente que a gente vai, vai buscar os nossos direitos, mas eles, eles foram descarados na cópia da proposta, completamente descarados.

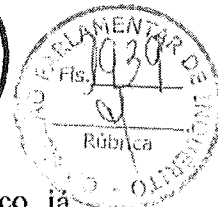
Até eu acho que eles copiaram porque o padrão da proposta é bom, a formatação da proposta é boa. Então como... na Secretaria, não, o padrão dele foi aprovado, usa esse mesmo padrão aqui que eu acho que ser aprovado também. Acredito que tenha sido isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Tá o.k., obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Valdir Cobalchini, muito obrigado.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom dia, Rafael.



O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Bom dia, Kennedy. Te conheço, já (ri). Eu ia na Assembleia de Deus da (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – De Joinville, aí.

Rafa, deixa eu te perguntar uma coisa: ficou bem claro, com relação à seriedade da tua empresa, que entrou, e que entrou e com essa cópia que a Veigamed fez. Também você... eu só fiquei meio em dúvida quando você falou do *e-mail* que você encaminhou para a Secretaria, né, com cópia pro Samuel, pro Fábio, pro Cauê, e você mandou para a SGA e para o Fundo.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Na verdade, não, só foi pra SGA que eu enviei, acredito que a SGA seja o Fundo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, o.k. A SGA... é que eu estou tentando... Porque na última reunião nós falamos aqui com a Débora Brum, que disse que houve uma troca de senha desse *e-mail* da SGA e que algumas... uma pasta que tinha todas essas propostas foi apagada.

A minha pergunta é a seguinte: o *e-mail* que você encaminhou pra SGA com essas cópias é o mesmo que a Veigamed copiou e mandou depois?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – A proposta é a mesma, igualzinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, então...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Eles tiraram a minha logomarca, tiraram uma imagem de fundo que eu tinha, tiraram o meu nome de alguns lugares, trocaram os dados cadastrais, mas esqueceram de tirar meu nome de algumas partes da proposta, e é por isso que eu tô conversando com vocês aqui hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, mas aí eu quero saber o seguinte: a SGA, a Secretaria lá, a Superintendência, deve ter o teu *e-mail*...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...e deve ter esse outro *e-mail* da Veigamed, que é possível fazer um *checklist*. Então na verdade, sequer isso, quem tinha a responsabilidade, Deputado Felipe Estevão, de ficar verificando, não percebeu, né? Porque...

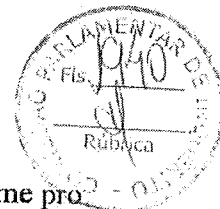
O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Eu acredito que não, Kennedy, eu acredito que não. Eu acredito que aconteceu foi o seguinte: como eu acabei de falar, como a minha proposta ela tinha sido apro... é... ela tinha sido, o modelo dela tinha sido pré-aprovado já...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – O que aconteceu? Ó, a gente tem uma proposta pré-aprovada, o modelo deles tá correto, o que a gente precisa pra... é... demonstrar e pra fechar essa DL, tá aqui nessa proposta. Então pra você não ter o trabalho todo de ter que fazer uma proposta diferente, pegue essa proposta, porque é muito urgente... eles tinham muita urgência, lembra que eles queriam pagar no dia 26 já isso, e... como é muito urgente, falou: ó, pega essa proposta, só troca os dados, coloca os teus dados e... tira o nome do cara daí e mande pro governo que a gente vai passar. Acredito... eu acredito que deva ter sido isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá. Quem é que falou isso que você disse agora: eles queriam pagar dia 26 já. Quem falou isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – O Cauê falou, o Samuel falou, todos os dois que tinham... eu tinha contato ali, principal em cima disso, me falaram: não, é muito urgente, o Estado quer hoje esse negócio, quer pagar o mais rápido possível. Inclusive tem outra versão que tá nas conversas que eu investiguei (*ininteligível*) pros investigadores, é... uma das versões da proposta é que eles queriam que eu colocasse a conta, a nossa conta pra recebimento, só que essa proposta eu nunca enviei pra ninguém, porque quando a gente coloca a conta para recebimento e tal, eu assino, daí significa que há uma intenção de



proposta mesmo, que a proposta tá firme, e como a gente não fez nenhuma proposta firme pro Estado, porque a gente queria o edital primeiro, a gente não assinou e não enviou pro Estado nenhuma proposta firme com número de conta nem nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu perguntar uma outra coisa, Rafael. Você falou dia 26, que o pessoal dizia que o governo queria pagar dia 26.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Esse dia... Qual é o dia? Só por um temporal de tempo, quais foram esses dias... esse dia foi antes do dia 26, óbvio, né, mas foi o quê? Foi dia 13, 12, 15, 10? Qual o dia de março foi essa conversa?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Legal. É muito bom você ter perguntado isso, Kennedy, por quê? Porque tudo começou pra mim, para Brazilian e pra Rafael, no dia 25 de março; eu fiquei sabendo da compra dos respiradores no dia 25 de março, se não me engano sete horas da noite, eu tava trabalhando ainda e o Cauê me ligou e falou: ó, Rafael, preciso de uma proposta urgente, assim, assim, assado, com esse valor, pra esse tipo de coisa, é... são respiradores, é... são duzentos equipamento, já estamos falando com o importador, o exportador, perdão, exportadora representante da empresa na China, eles têm os equipamentos, tá tudo certo. Só me faz uma pré-proposta pra gente garantir que a gente vai participar do processo e me, me manda, e manda pra esses *e-mails*, na verdade, manda pra esse *e-mail*, é... SGA, Fábio, (*ininteligível*) pro Samuel e... pra garantir que a gente consegue entrar nesse, nesse processo.

Então eu fiz a pré-proposta, enviamos, é por isso que vocês têm a pré-proposta, mas a gente não fez uma proposta assinada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 25?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Dia 25 de março. Eu enviei a proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E eles já falavam que o pagamento ia ser dia 26, ou seja, amanhã?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Exatamente. Já falaram tudo no dia 25, sete horas da noite. Eu peguei a pré-proposta que eu tinha, tenho alguns modelos, peguei um modelo, peguei as informações que eles me deram, né, cronograma, tudo que eles me passaram e às nove e meia eu terminei essa proposta e enviei por *e-mail*. Demorei duas horas pra fazer a proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, vamos lá.

Dia 25 começou. Quando é que alguém te pediu a comissão?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Dia 26, às duas horas da tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 26, que foi quando pediu a comissão, e ali tu cortaste?

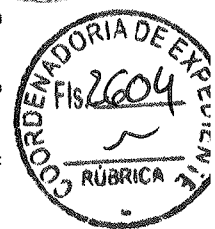
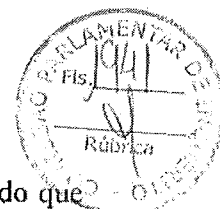
O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Ali eu falei: não, isso daí não tem nada a ver com o que a gente faz, é completamente contra as nossas convicções, e... contra o *compliance* da empresa, a gente não trabalha dessa forma, infelizmente a gente vai declinar. Infelizmente, não, felizmente, né? Graças a Deus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe por que eu faço esse temporal, Rafael, Deputados e quem está nos acompanhando, porque eu... a gente tem que ficar bem ligado nas datas.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bem ligado nas datas.

Ele fala que dia 25, no final da tarde, ele foi contactado e falavam que no dia 26 haveria o pagamento. E nos dias 25 e 26 de março foram os dias que o Governador e o ex-Secretário Helton falaram na *live* dessa movimentação, que a Márcia falou aqui, inclusive com a minutagem da decupagem.



Então é importante a gente ter isso, porque reforça que a reverberação do ruído que estava tendo, desse conluio que estava tendo e que atingiu pessoas com o Rafael, como o Gustavo, que foram usados no processo, esse ruído aqui reverberou no ouvido do Governador. *(O senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Lima, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)*

Por isso que ele não pode dizer que não sabia de nada. Porque se ele não soubesse de nada, ele não teria falado na *live* desse ruído todo que o Rafael tá colocando aqui, que ligaram pra ele no final da tarde, três, duas horas depois ele estava com a proposta... E foi nesse mesmo dia 25 que você enviou a proposta?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Exatamente, nove horas da noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E no dia 26 volta a ligação, pede a comissão. Cobra lá, e quando... Relator, me refresca a memória, quando chegou a proposta da Veigamed para a Márcia, que ela falou?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 22 ou 23 ela já sabia que ia comprar da Veigamed.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ai, meu Deus, cada vez fica mais complicado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Só aproveitando, Kennedy.

Rafael, se você tivesse aceitado a propina, você acredita que seria o vencedor?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não sei. Não tenho nem ideia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu acho que não, eu acho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele foi usado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ele foi usado. É assim, pega empresa séria pra certificar o rolo. É por isso que eu pedi aquele dia que veio aqui... é por isso que eu pedi aquele dia da compra de dólar, pra saber sobre essa questão, porque à vezes pega também uma empresa que não tem. Então... Sabe, é complicado.

Eu...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Olha que interessante...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hã?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Olha que interessante, Kennedy, o que me surge à mente: se ela já sabia no dia 22 e 23 que iam comprar da Veigamed, a Veigamed já tinha enviado uma pré-proposta anterior. Concorde comigo?

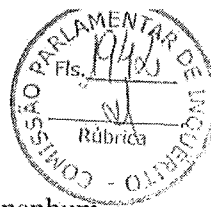
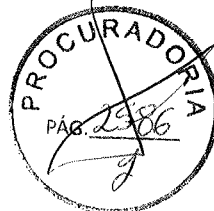
O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mandaram no WhatsApp dela, o Douglas mandou um prospecto, um *folder* da Veigamed. Dia 22.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não falou valores, não falou nada, nesse *folder*?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, não falou.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – É, o que... o que aconteceu? A proposta deles deveria ser muito pior que a minha em questão de formatação. Porque eu falo de responsabilidade do cliente, eu falo de responsabilidade da *trading*, eu falo do escopo do projeto, e... Nós somos sérios, como vocês já devem ter percebido, nós somos sérios para fazer os nossos negócios, então eu, eu, eu, eu esmiúço muito bem a proposta.

É... e como eu tinha todas as informações necessárias pra esmiúçar, o que acontece é o seguinte: a Veigamed não deveria ter uma proposta muito boa, a Márcia já tava com uma proposta boa na mão, que era no caso a nossa, e falou: cara, você tem que fazer uma proposta pelo menos igual a essa. E como eles não tinham muito tempo, eles simplesmente copiaram a minha proposta.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Em momento nenhum eles falaram com você ou citaram Veigamed?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nenhum momento. Não tinha a mínima noção que eles existiam.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado, senhor Presidente. Eu me dou por satisfeito.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom dia, senhor Rafael. Obrigado pelas suas considerações e ajuda à CPI.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Seguindo esse ritmo, até aproveitando a intervenção do Deputado Kennedy, eu vi que no seu depoimento houve uma avaliação de quando seria o momento ideal ou o momento para procurar o Ministério Público para fazer a denúncia, mas que você preferiu esperar – inclusive faz uma menção a um contato via Instagram ao Presidente Bolsonaro. O senhor poderia nos explicar mais ou menos essa sua iniciativa?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Então, é... eu imaginei o seguinte: se eu denuncio agora essa questão, é... eu vou ter um problema de que eles podem parar tudo e não existir nada e eu vou tá denunciando uma coisa que não vai ter como ser investigado. Certo?

É... porém, poderia prevenir de não ter pago os 33 milhões. Concorde, isso daí é... Mas o que eu fiz? Eu es... fiz a postagem no Instagram do... postagem, não, mandei uma mensagem via *direct* do Instagram pro... pro Instagram do Bolsonaro, sabia que eles não iam ler, é... porém é... a gente esperou é... até começar a acontecer o burburinho que começou a acontecer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas o senhor já tinha desistido nesse momento?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Já tinha desistido, completamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor teve algum tipo de contato... A Márcia o senhor já falou que não conhecia, não teve contato, né?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Hum, hum. *[Transcrição e revisão: taquigrafa Siomara G. Videira]*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor teve contato com o Douglas Borba?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Com o Helton?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não conheço ninguém.

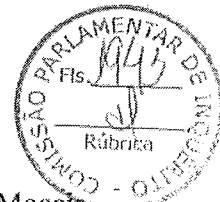
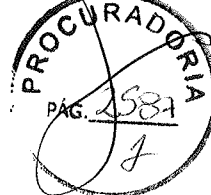
O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O Helton, o ex-Secretário de Saúde.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não conheço ninguém, nenhum deles. *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O André Motta, o Adjunto... o Leandro Barros chegou a lhe procurar?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN – Não. As únicas pessoas que conversaram comigo a respeito do processo foram o Samuel e o Cauê. Eu não conv... conversei nem com o Germano, só com o Samuel e com o Cauê.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Seria isso, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência tem um questionamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sim, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Vossa excelência com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Boa tarde, Rafael.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Você mencionou no início... vou chamar de você porque tu és bem mais jovem que eu, tá?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Sem problema algum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É, na fala... (ri) no início da tua fala você mencionou que, quando você fez todos os cálculos, o valor de 33 milhões não era suficiente naquele momento para comprar os duzentos respiradores. Foi isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas na (ininteligível) eu não consegui entender, mas se continuou fazendo a proposta dentro dos 33 milhões?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — A proposta de 33 milhões, quando o senhor for observar nós enviamos a pré-proposta, tá escrito 33 milhões e do lado sem impostos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ah, tá. Você entregaria, mas sem os impostos. Se os impostos dessem mais 1 milhão ou 2 milhões, seria acrescido do valor dos 33 milhões?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Isso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tá. E o pedido dos 3 milhões de comissão veio direto pra ti?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — O Samuel especificou pra gente no, na ligação em grupo e no grupo do WhatsApp diretamente pra, pra, pra mim e pro Cauê.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu não tenho conhecimento se o Samuel já depôs ou não depôs, mas o Samuel tem de quem foi esse pedido? Você sabe disso?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Eu não sei, não sei, essa informação não passou por mim. Gostaria de saber, porque eu gostaria di, di, di, dispor dessa informação e passar essa informação pra vocês, mas infelizmente isso eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Deputado Saretta (sic), me permite só uma intervenção nesse sentido da sua frase anterior, Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sim, sim. Pode perguntar, Deputado João.

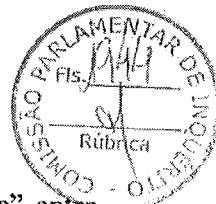
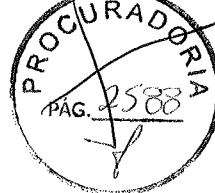
O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Desculpa, o Saretta é de Concórdia também, mas aqui é Sopelsa. Eu falei Saretta sem querer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não tem problema. É um bom Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nosso amigo também. Nosso amigo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É um bom Deputado também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nosso amigo.



Senhor Rafael, o senhor fala em comissão “dela”, né, o senhor usou “dela” entre aspas, ou eu não sei se entendi errado. Poderia explicar melhor isso, esse “dela”?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — É, é, é o que tá escrito na conversa do What... do WhatsApp. O Samuel escreveu, é...: (*ininteligível*) se eu diminuir o valor da máquina, vai dar para pagar a comissão delas? Aí ele corrigiu o “delas” pra “dela”. É o que tá na conversa do WhatsApp ali.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E não... aí não esmiuçou mais? Não aprofundou mais o tema?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não, é porque eu também já... já...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Descartou.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Descartei completamente na hora a possibilidade, não quis saber quem que era também.

Deveria ter perguntado, mas... é... como se trata de dispensa de licitação de... negociação de Estado, eu vi que aquele negócio ali era muito sério, eu vi que ali tinha chuncho. Eu não, nem quis me envolver mais (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Obrigado, Deputado Sopelsa. Obrigado, Rafael.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado João, eu tenho aqui a conversa do WhatsApp a respeito disso. Se o senhor quiser que eu faça a leitura para ajudar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, solicito a pergunta para o senhor, continua?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não, muito obrigado. Eu estou satisfeito. Agradeço aí o Rafael.

Agora, precisa deixar registrado que nós teríamos que ouvir o Samuel para ver se o Samuel tem... eu não sei se o Samuel está sendo ouvido no Ministério Público. Mas seria importante, porque o Samuel é a pessoa que pode nos ajudar de onde veio esse pedido. É quase de obrigação que ele sabia, né? Era isso.

Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Sopelsa.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom dia, Rafael.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Todas as minhas perguntas sempre o nosso Relator e os Deputados, muito precisos, acabam formulando aqui, mas só uma dúvida que me resta. O senhor disse que esse valor apresentado de 33 milhões era livre de impostos, era isso?

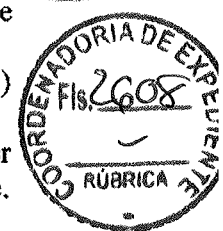
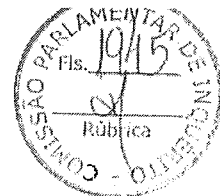
O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente. Era valor só da compra das máquinas e toda a tributação incidente seria cobrada posteriormente, conforme a minha proposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Alguém comentou de que forma o governo pretendia pagar esses impostos?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não, mas isso era uma coisa que iríamos negociar daí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

Senhor Presidente, eu acredito como o senhor Samuel, né, nós solicitamos que ele esteja presencialmente, que acredito que foi o certo, então nós o ouviremos. Mas até verbalmente aqui eu solicito que a gente faça a intimação do Germano e do Cauê, depois eu oficializo esse documento e entrego em mãos à Presidência, mas deixo verbalizada aqui essa



solicitação para que a gente faça essa intimação até para entender melhor da parte do Cauê e do Germano.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Que bom. Tenho um voto aqui do meu colega João.

Era isso. Obrigado, Rafael. Também sou "assembleiano", fiquei feliz ali te ver falando sobre o *(ininteligível)*. Que Deus te abençoe aí, meu irmão, segue firme e forte. Obrigado pelo esclarecimento prestado aí para nós nessa missão aqui em busca da verdade.

Senhor Presidente, me dou aqui por satisfeito, lhe volto a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto o Relator se ele ainda tem mais algum questionamento a ser feito acerca ali do depoimento do senhor Rafael.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu só queria... para quem está acompanhando a gente, eu sei que você tem o teor dessa informação, só queria... pra quem está... só acompanhando pela TV pra ter uma... para que as pessoas possam compreender: é o registro de WhatsApp da quinta-feira, dia 26 de março, desse grupo que vocês criaram, que diz o seguinte, o Samuel fala assim: Se eu baixar a máquina vai dar pra pagar a comissão delas, dela, de 3 m, milhões, pessoal? Me responda. Aí o senhor responde: Como assim? 3 milhões pra quem? Furada da minha parte esse negócio. 3 milhões, o senhor ri. Tô fora! Abraço.

Então esse é o registro que nós temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Peço à excelência que mantenha a página aberta, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem como?

Então é só pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só prova mais uma vez que os empresários de Joinville são sérios, viu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para registro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Só colocar aí que tem muita gente séria em Santa Catarina, têm empresários em todas as partes do Estado muito sérios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, mas o que nós ouvimos hoje, né, o que nós ouvimos hoje (r?).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Relator, mais uma pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Rafael...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Glórias a Deus por isso, é Ele que faz a gente ser fiel.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor, Rafael...

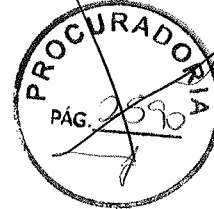
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pois não. Pela ordem o Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Só pra nós... de repente o Rafael consegue nos orientar e nos ajudar, como é que a gente faz para localizar... eu acredito que o Germano não tem contato, mas o Cauê, como faria pra localizar ele?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Querem o ce... querem que eu passe pra vocês agora o celular dele? Já passo agora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Depois eu acho que a assessoria então faz contato.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A assessoria vai fazer contato com o senhor, o senhor repassa ali o número do Cauê.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Apesar de que ele também está no registro ali, né, no depoimento do Ministério Público.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Está inclusa aí a chamada do senhor Samuel?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Na verdade, Samuel é aquele cidadão lá cuja esposa está grávida, estava em casa, e depois tentou comunicar com a gente de dentro do gabinete dos seus advogados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — É aquele que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Aí ele *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...nós íamos ouvir hoje?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ah, tá. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Rafael, a gente estava ciente já dos compromissos que o senhor já tinha se empenhado para o dia de hoje, mas eu acredito que o senhor tenha visto agora a importância, né, de ter esperado mais esses minutos aí para poder conversar com a gente, e eu vou passar para os meus questionamentos.

Contando ali com PIS, ICMS, Cofins, IPI, etc., ia ter um acréscimo mais ou menos de R\$ 7 milhões, seria mais ou menos isso, né?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então de 33 nós iríamos pra 40 milhões?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seria mais ou menos isso.

Então o senhor disse ali que no valor de 33 milhões não haveria lucro e, sim, uma forma de ajudar o Estado de Santa Catarina.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor estaria trabalhando praticamente de graça, seria isso ou não?

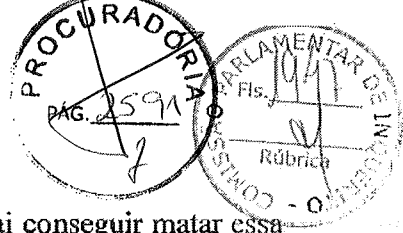
O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá.

Mesmo sabedor... e de... óbvio, né, eu acredito que muito dificilmente nós vamos descobrir, mas uma hora será descoberto quem fez essa ligação do senhor ali, não é cobrando uma comissão e, sim, cobrando uma propina no valor de R\$ 3 milhões.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — A ligação quem fez foi o Samuel, mas quem pediu para ele a gente tem que descobrir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A gente tem que realmente descobrir quem foi essa pessoa, porque ele realmente não identificou ela. Mas eu



acredito que mais cedo ou tarde a Justiça, através de perícia, enfim, vai conseguir matar essa charada para gente aí.

Mas como alguém que é sabedor de que a empresa não teria o lucro pretendido... até porque no dia 22 – o que nós conversamos aqui quando foi discutida a compra e já foi dada certeza, o Deputado Kennedy Nunes trouxe ali, refrescou nossa memória – foi o dia da *live* em que já foi ventilada a possibilidade da compra dos respiradores. Lá, no Congresso, ainda não tinha sido votada a isenção em cima da importação para produtos para o combate ao Covid-19. O senhor entendeu o que eu quis dizer? Não tinha sido votada ainda.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então não existia nem mesmo essa isenção que hoje nós temos. Foi votada... aliás, estava tramitando, mas não tinha sido votada ainda a isenção.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Eu acredito que a isenção do imposto de importação para os produtos do Covid ela foi anterior a isso, acho que foi anterior ao dia 22. Eu não tenho certeza agora, eu teria que pesquisar, mas acredito que ela tenha, tinha sido anterior. Acredito que no começo de março saiu essa isenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Saiu essa isenção aí.

Voltando, né?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Uma vez que o senhor não teria lucro, uma vez que a negociação feita com o Samuel também estava sendo tratada em torno do valor de 33 milhões. Não é verdade?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E mesmo em cima... essa pessoa que ligou pro Samuel, enfim, e que o Samuel posteriormente ligou para o senhor, aí o senhor paralisou a conversa via telefone e continuaram via WhatsApp?

Primeiro estava numa ligação, aí foi parado?...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — *(Falha na transmissão da videoconferência)* ligação era eu, o Samuel, o Germano e o Cauê. O Samuel explicando que a gente teria que pagar, é, os 3 milhões, não entendi muito bem, tava ruim a ligação, até o Cauê fala isso numa das nossas conversas, é... eu pedi pra ele escrever e ele escreveu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Bom, uma vez que o senhor falou: Ah, não quero e tudo... o senhor não parou para pensar assim: mesmo sabedor, mesmo sabedor de que nós não teríamos lucro, né... eu acredito assim, mesmo não tendo lucro, mesmo fazendo um favor ao Estado de Santa Catarina, ao cidadão catarinense, de ajudar nesse processo da compra de forma muito voluntariosa e bondosa, enfim, quem ligou tinha absoluta certeza de que vocês não estavam auferindo lucro algum.

Por que essa pessoa cobraria 3 milhões de uma propina, que agora estão chamando de comissão, de alguém que não vai auferir lucro?

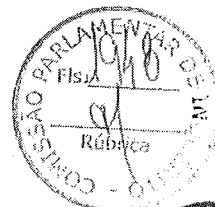
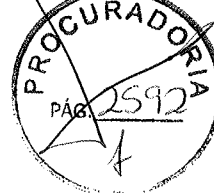
O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não sei. É, justamente por isso que nada mais fez sentido pra gente, né? Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Também não faz sentido para a gente.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — É, esse tipo de negócio não... não, não prospera na nossa empresa, é completamente contra as nossas convicções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Rafael, a gente vai disponibilizar para o senhor agora alguns minutos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, só, só...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Antes de ele fazer, posso?...

Como é bom ter hoje em dia as gravações, né? A *live* do dia 26. Rafael foi procurado no dia 25, no final da tarde; ele mandou, no início da noite, a proposta para a SGA, falavam em pagamento dia 26.

Live do dia 26, pelo menos o áudio.

(Reproduz-se em áudio um trecho da live acontecida no dia 26 de março de 2020 com o senhor Governador, Carlos Moisés da Silva; o então Secretário de Estado da Saúde, Helton de Souza Zeferino; o então Chefe da Casa Civil, Douglas Borba; o Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli; e a tradutora, conforme transcrito abaixo.)

“(...) Pergunta da NSC: o Ministério da Saúde vai centralizar a distribuição de respiradores e pode, inclusive, requisitar de um Estado para outro. Além disso, as empresas que fabricam equipamentos só podem vender para o Ministério. Quantos respiradores Santa Catarina tem e se isso acontecer, o Estado pode entrar na Justiça para ficar com os respiradores que já tem?”

Helton responde: “Bom, o Ministério da Saúde ele fez, na verdade, uma reserva de, de alguns equipamentos, alguns dos equipamentos não foram nem sequer entregues ainda. Então nós temos aí, como eu já disse, uma sinalização inicialmente de 540 leitos por parte do Ministério, aonde ele nos sinaliza que pode chegar a 2.400 leitos locados, que não estão disponíveis nesse momento ainda por conta justamente da demanda de mercado. É... o Ministério da Saúde também o fez, no que diz respeito a bloqueio de algumas produções. A justificativa é que... existia, é, um consumo exacerbado de Estados, inclusive, com fechamento de contratos de algumas Unidades da Federação, onde outras, é, requisitavam equipamentos, inclusive pagando, né, multas de rescisão contratual e ainda pagando a maior, justamente para garantir a questão dos ventiladores, especialmente. Isso faz com que nós tenhamos aí um mercado meio conturbado, especialmente o brasileiro.

O que nós estamos buscando enquanto Estado é, obviamente, buscar fornecedores que não são fornecedores nacionais...”

Ó...

“...o que tinha dentro do território nacional já foi praticamente consumido. Aquilo que está sendo produzido dentro do território nacional hoje está direcionado pro Ministério, e nós estamos buscando na China...”

Ó...

“...ou através de fornecedores que já fizeram a compra e têm disponibilizado, através de outros países...”

Ó...

“...pra que as nossas ofertas de respiradores elas possam ser alcançadas.

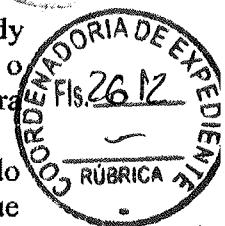
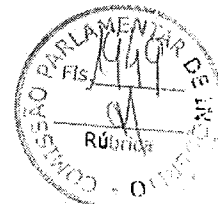
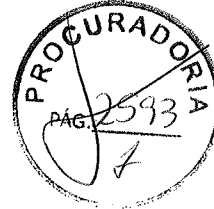
No momento nós estamos, então, como eu já disse, com 192 leitos ofertados pra Covid-19, desses 192, 89 deles são novos leitos...”

A pergunta era sobre respiradores.

“ou seja, com novos ventiladores, com novos monitores. Os outros cento... é... 113 são de leitos que foram bloqueados ou que nós fizemos aí a compra... compra, não, autorização de limite extrateto, e aí que (...)”.

Ou seja, fica bem claro, senhor Presidente, que no dia 26 eles sabiam do que estava acontecendo, e ele fala o seguinte, olha só: Nós estamos em contato com empresas da China e também com empresas que estão acostumadas a fazer esse procedimento de importação.

Isso mostra que o governo, e está aqui Helton ao lado do Governador, que está aqui, mostra que o governo estava sabendo e que o ruído todo que aconteceu com tudo isso, chegou, sim, ao governo.



Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, peço a vossa excelência que posteriormente encaminhe esse material de vídeo que o senhor possui ali, uma vez que ele foi utilizado aqui na CPI. Isso, encaminhar para o Leo para que ele possa ser anexado ao processo.

Só retornando, Rafael, para a conclusão mesmo aqui, na conversa do Samuel e do Cauê foi discutido: Olha, nós não teremos lucro. Nós não teremos lucro. Foi discutido que teria um acréscimo de 7 milhões de IPI, ICMS, Cofins, que chegaram a ir ali em torno de 15% o valor do IPI e que... porque está muito parecido, sabe, o prejuízo do Samuel com o valor pedido da comissão, da dita comissão. Não sei se o senhor entende o que eu quero dizer. Porque ele não é porcentagem de nada, ele não é 10% de 33, ele... uma comissão, geralmente, é o percentual de alguma coisa e, mesmo assim, sabedores, os três, foi discutido entre o trio ali, entre o Samuel, o Rafael e o senhor: Olha, nós não teremos lucro nenhum com isso. Foi discutido dessa forma assim? O senhor chegou a comentar com o Samuel:...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Samuel, nós não vamos ter lucro. Ó, Rafael, também não...

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — É, o que me parece é o seguinte: o que me parece é que eles iam vender por 30 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mais barato ainda.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — ...porque o *(falha na gravação da transmissão)* o valor era 26 milhões e meio, acredito que eles queriam vender por 30 milhões, e... adicionaram 3 milhões. Pode ser... é, é uma, uma suposição, pode ser que seja isso, mas... mas não tenho mínima ideia. A comissão de 30 milhões, 10% dá 3 milhões que alguém pediu. Então é uma suposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É um número cabalístico esse aí, esses 33 milhões *(ri)*.

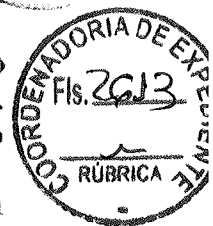
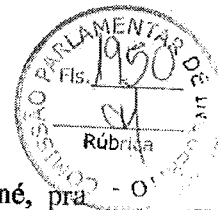
Bom, enfim, senhor Rafael, o senhor tem cinco minutos se o senhor quiser dizer algo que possa colaborar com a CPI na compra dos respiradores. O senhor tem o tempo que achar necessário aí para poder falar assim: olha, eu tenho esse dado que eu acho importantíssimo, relevante, que seja dito. O senhor pode ficar à vontade.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — A, eu só... algumas considerações com relação à metodologia de compra aí do governo do Estado. É... esse tipo de compra ele deve ser feito diretamente, é, com os representantes de compras do Estado com os fornecedores, isso não pode passar por intermediários, esse é o primeiro ponto eu tenho que considerar.

É... dizem que o Estado não tinha condições, não conseguia fechar câmbio, não tinha Radar, que é a autorização da Receita Federal para importar, isso aí o Estado em poucos dias se consegue se resolver e consegue se fazer. Então o procedimento de compra já tava errado.

É... se eu fosse, se eu tivesse na posição do Estado, eu mandaria uma comitiva minha pra China, pra essa empresa que ia vender o equipamento, pra ver o equipamento, vistoriar, ia gastar aí 10, 15 mil reais, perto de uma compra de R\$ 33 milhões, certo? Vê os equipamentos, os equipamentos estão autorizados, aprovados, aí, sim, eu faço o pagamento direto do Estado, contrato um despachante aduaneiro e faço a liberação de mercadoria aqui no Brasil, simples assim. Então essa é, na minha opinião, era como deveria ter sido feita a compra do equipamento e como deveria ser feito o procedimento de compras de importação do Estado, tá?

Outro ponto que eu acho importante a ser considerado é que... é, o pagamento antecipado é, é uma prática comum, só que... é... ele tem que haver garantias, né? Tem que haver algum tipo de garantia. Quando se vai pagar esse tipo de... de contrato, tem que ter



algum tipo de garantia, um contrato, um seguro-fiança, qualquer coisa que seja, né, pra garantir que o dinheiro ele não vai ser extraviado, não vai ser mal utilizado, né?

É... então esses são os dois pontos principais que eu tenho a considerar. É, todo o resto já é repetição do que eu já dei de depoimento no Gaeco, na DIC, aqui em Joinville. É... então acredito que é isso, é... foi um infortúnio aí, uma... uma falta de preparação do Estado pra realizar um procedimento de compra, principalmente, nessa época aí de pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Rafael, eu não considero um infortúnio, tá? Isso aí, ainda bem que tem pessoas honestas aí, que tem uma equipe toda trabalhando pra... talvez essa... essa pandemia ela tenha vindo justamente pra isso, né?

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Melhorar esse *(falha na transmissão da videoconferência)*, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para revelar onde estão os erros, né, e o que está sendo feito de errado.

Agradeço muito o senhor, muito obrigado, e peço à assessoria que já pode desconectar a transmissão.

O SR. RAFAEL RUSCHKA WEKERLIN — Obrigado.

(O senhor Rafael Ruschka Wekerlin desconecta-se da videoconferência.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto os senhores Deputados se têm algo mais a acrescentar na reunião de hoje. Deputado-Relator? Demais Deputados?

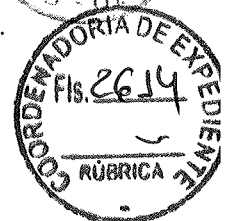
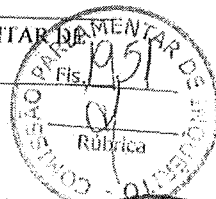
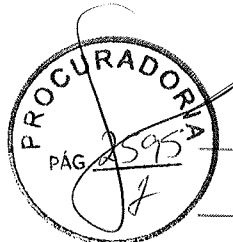
O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, só sobre a próxima reunião, de quinta-feira, não teremos depoentes, vai ser uma reunião interna e vamos começar às 9 da manhã, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Justamente isso, reunião na próxima quinta.

Quero comunicar a vossa excelência também que já está sendo comunicado ao seu Samuel [a oitiva] presencial, na terça-feira.

Antes de encerrar esta reunião, convoco a próxima para terça-feira, às 17 horas. Forte abraço. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI



Ofício nº 070/2020/CPI

Florianópolis, 22 de junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
CARLOS MOISES DA SILVA
Governador do Estado de Santa Catarina
Centro Administrativo do Estado de Santa Catarina - Rod. SC 401, Saco Grande
Florianópolis/SC

Senhor Governador,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da empresa VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), dirijome a Vossa Excelência para informar e solicitar o seguinte:

Esta Comissão, por requerimento do relator, deliberou em 9 de junho pela oitiva de Vossa Excelência, na qualidade de convidado, para prestar esclarecimentos e auxiliar os trabalhos da CPI.

A Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa expediu parecer reconhecendo-lhe todas as garantias constitucionais estabelecidas.

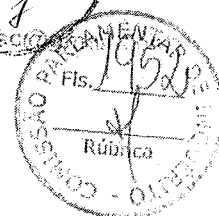
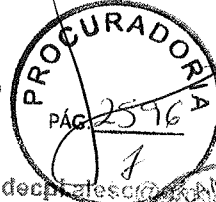
Ante o exposto, solicitamos a Vossa Excelência que informe a esta Comissão, de que forma gostaria de atender aos questionamentos relativos aos fatos sob apuração.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

30/06/2020

Gmail - Convocação Sr. Frederico Tadeu da Silva - 30/06/2020



Gerencia de CPI Aleesc <gerenciadecpi.aleesc@gmail.com>

Convocação Sr. Frederico Tadeu da Silva - 30/06/2020

2 mensagens

Gerencia de CPI Aleesc <gerenciadecpi.aleesc@gmail.com>
Para: ouvidoria@saude.sc.gov.br, controladoria@saude.sc.gov.br

24 de junho de 2020 18:19

Senhor Controlador,

Encaminhamos anexo Ofício nº 092/2020/CPI que trata da sua convocação para prestar depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito no próximo dia 30/06/2020 às 17 horas.
Solicitamos acusar recebimento.



Atenciosamente,

Luciana Garcia Winck

Gerente de Comissão Parlamentar de Inquérito
Coordenadoria das Comissões
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - Centro
88020-900 - Florianópolis - SC
Fone: 48 3221-2610

092 2020 - Convocação de testemunha_ Frederico Tadeu da Silva.pdf
707K

Controladoria Interna <controladoria@saude.sc.gov.br>
Para: Gerencia de CPI Aleesc <gerenciadecpi.aleesc@gmail.com>

24 de junho de 2020 19:16

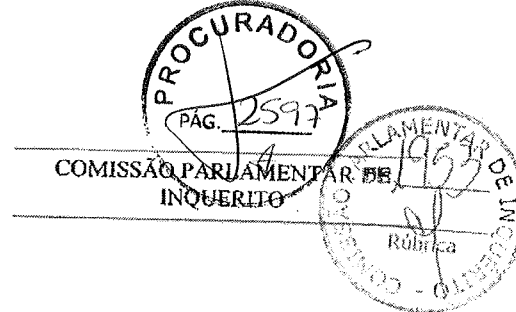
Senhora Luciana,

Acuso recebimento da convocação.

Atenciosamente,

Frederico Tadeu da Silva
Coordenador de Controle Interno e Ouvidoria
Secretaria de Estado da Saúde
[texto das mensagens anteriores oculto]

Coordenadoria de Controle Interno e Ouvidoria
Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina
(48) 3664-8784 / 3664-8997



Ofício nº 092/2020/CPI

Florianópolis, 25 de junho de 2020.

Senhor
FREDERICO TADEU DA SILVA
Controlador de Controle Interno e Ouvidoria
Secretaria de Estado da Saúde
Rua Esteves Júnior, 160 - Centro
Florianópolis/SC



Prezada Senhor,

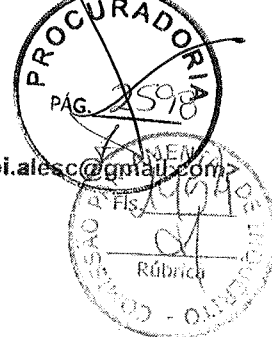
Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (centro e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), com fulcro no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **CONVOCO** Vossa Senhoria, na qualidade de testemunha, para prestar informações quanto ao assunto acima citado.

Informamos que sua oitiva será no dia **30 de junho de 2020, às 17 horas**, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, Palácio Barriga Verde, sede da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis - Santa Catarina.

Informamos que Vossa Senhoria poderá, por ocasião do seu depoimento, entregar quaisquer documentos, informações, demonstrativos ou relatórios escritos relacionados ao objeto de que tenha conhecimento e queira fazer chegar à Comissão investigadora.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito



Gerencia de CPI Alesc <gerenciadecpi.alesec@gmail.com>

Convocação Sr. Frederico Tadeu da Silva - 30/06/2020

1 mensagem

Gerencia de CPI Alesc <gerenciadecpi.alesec@gmail.com>

24 de junho de 2020 18:19

Para: ouvidoria@saude.sc.gov.br, controladoria@saude.sc.gov.br

Senhor Controlador,

Encaminhamos anexo Ofício nº 092/2020/CPI que trata da sua convocação para prestar depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito no próximo dia 30/06/2020 às 17 horas.
Solicitamos acusar recebimento.



Atenciosamente,

Luciana Garcia Winck

Gerente de Comissão Parlamentar de Inquérito

Coordenadoria das Comissões

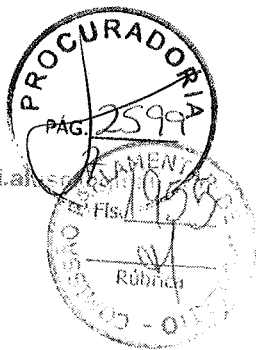
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - Centro

88020-900 - Florianópolis - SC

Fone: 48 3221-2610

**092 2020 - Convocação de testemunha_ Frederico Tadeu da Silva.pdf**
707K



Gerencia de CPI Aleesc <gerenciadecpi.aleesc@gmail.com>

Re: Fwd: Convocação Sr. Frederico Tadeu da Silva - 30/06/2020

1 mensagem

Thyago Martins <smthyago@gmail.com>
Para: gerenciadecpi.aleesc@gmail.com

24 de junho de 2020 19:25



Boa tarde,

Ok. Recebido.

Resp.;

Thyago da Silva Martins
Contato: (48) 99174-8865

Em qua., 24 de jun. de 2020 às 19:08, thyago <thyago@cbm.sc.gov.br> escreveu.

----- Mensagem encaminhada -----

Assunto: Convocação Sr. Frederico Tadeu da Silva - 30/06/2020**Data:** Wed, 24 Jun 2020 18:21:27 -0300**De:** Gerencia de CPI Aleesc <gerenciadecpi.aleesc@gmail.com>**Para:** geazir@saude.sc.gov.br

Senhor Gerente,

Encaminhamos anexo Ofício nº 093/2020/CPI que trata da sua convocação para prestar depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito no próximo dia 30/06/2020 às 17 horas.
Solicitamos acusar recebimento.

Atenciosamente,

Luciana Garcia Winck

Gerente de Comissão Parlamentar de Inquérito

Coordenadoria das Comissões

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - Centro

88020-900 - Florianópolis - SC

Fone: 48 3221-2610



Ofício nº 093/2020/CPI

Florianópolis, 25 de junho de 2020.

Senhor
THYAGO DA SILVA MARTINS
Gerente de Execução Financeira
Secretaria de Estado da Saúde
Endereço eletrônico: geafi@saude.sc.gov.br
Rua Esteves Júnior, 160 - Centro
Florianópolis/SC



Prezada Senhor,

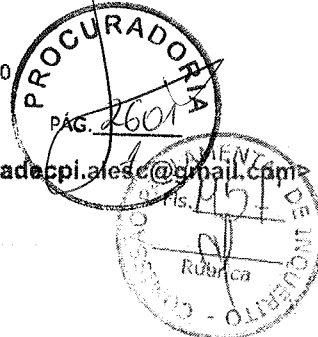
Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (centro e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), com fulcro no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **CONVOCO** Vossa Senhoria, na qualidade de testemunha, para prestar informações quanto ao assunto acima citado.

Informamos que sua oitiva será no dia **30 de junho de 2020**, às **17 horas**, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, Palácio Barriga Verde, sede da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis - Santa Catarina.

Informamos que Vossa Senhoria poderá, por ocasião do seu depoimento, entregar quaisquer documentos, informações, demonstrativos ou relatórios escritos relacionados ao objeto de que tenha conhecimento e queira fazer chegar à Comissão investigadora.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito



Gerencia de CPI Alesc <gerenciadecpi.alese@gmail.com>

Convocação Sr. Frederico Tadeu da Silva - 30/06/2020

1 mensagem

Gerencia de CPI Alesc <gerenciadecpi.alese@gmail.com>

Para: geafi@saude.sc.gov.br

24 de junho de 2020 18:21

Senhor Gerente,

Encaminhamos anexo Ofício nº 093/2020/CPI que trata da sua convocação para prestar depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito no próximo dia 30/06/2020 às 17 horas.
Solicitamos acusar recebimento.

Atenciosamente,

**Luciana Garcia Winck**

Gerente de Comissão Parlamentar de Inquérito

Coordenadoria das Comissões

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - Centro

88020-900 - Florianópolis - SC

Fone: 48 3221-2610

📎 093 2020 - Convocação de testemunha_ Thyago da Silva Martins.pdf
718K



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO



Ofício nº 094/2020/CPI

Florianópolis, 19 de maio de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

AMANDIO JOÃO DA SILVA JUNIOR

Secretário da Casa Civil

Centro Administrativo do Governo - Rod. SC 401, n. 4600, Km 5 - Saco Grande
Florianópolis/SC



Senhor Secretário,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), com fulcro no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **CONVOCO** Vossa Senhoria, na qualidade de testemunha, para prestar informações quanto ao assunto acima citado.

Informamos que sua oitiva será no dia **30 de junho de 2020**, às **17 horas**, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, Palácio Barriga Verde, sede da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis - Santa Catarina.

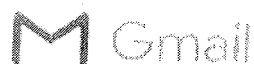
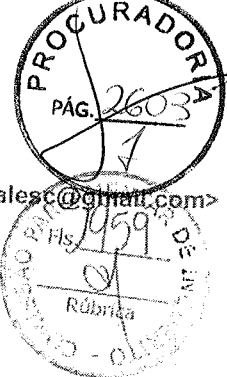
Informamos que Vossa Senhoria poderá, por ocasião do seu depoimento, entregar quaisquer documentos, informações, demonstrativos ou relatórios escritos relacionados ao objeto de que tenha conhecimento e queira fazer chegar à Comissão investigadora.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

24/06/2020

Gmail - Convocação Sr. Amandio João da Silva Junior - 30/06/2020



Gerencia de CPI Alesc <gerenciadecpi.alese@gmail.com>

Convocação Sr. Amandio João da Silva Junior - 30/06/2020

1 mensagem

Gerencia de CPI Alesc <gerenciadecpi.alese@gmail.com>
Para: sccgab@casacivil.sc.gov.br

24 de junho de 2020 18:14

Senhor Secretário,

Encaminhamos anexo Ofício nº 094/2020/CPI que trata da sua convocação para prestar depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito no próximo dia 30/06/2020 às 17 horas.
Solicitamos acusar recebimento.

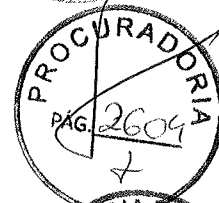
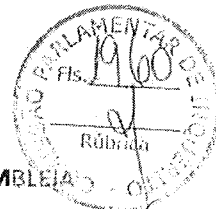
Atenciosamente,

Luciana Garcia Winck

Gerente de Comissão Parlamentar de Inquérito
Coordenadoria das Comissões
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - Centro
88020-900 - Florianópolis - SC
Fone: 48 3221-2610

 094 2020 - Convocação de testemunha_Amandio João da Silva Junior.doc
108K

EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA.



Ref.: CPI dos Respiradores

COM URGÊNCIA!

AMANDIO JOÃO DA SILVA JUNIOR, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 817.977.619-00, residente na Rua Bulcão Viana, nº 75, apto. 701, bairro Jardim América, Rio do Sul, CEP 89.160-126, vem, atenciosamente, dizer e requerer o que segue.

O Requerente foi comunicado formalmente da convocação realizada pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para a oitiva do Requerente na data de hoje (30/6/2020), às 17 horas, no prédio sede da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).

Entretanto, desde a exoneração das funções de Secretário da Casa Civil, o Requerente encontra-se em Rio do Sul, junto a sua residência e família, inclusive para contribuir no cuidado de sua mãe, que se encontra em tratamento de câncer.

Dessa forma, o Requerente solicita que seu depoimento seja prestado de forma telepresencial na data de hoje, evitando o deslocamento de Rio do Sul a Florianópolis e maiores transtornos que não se mostram necessários diante da possibilidade de elucidar todos os fatos de forma remota (como já ocorreu ao longo da CPI, inclusive com a participação remota de Deputados e testemunhas), contribuindo, inclusive, para as medidas de distanciamento social relacionadas ao COVID-19.

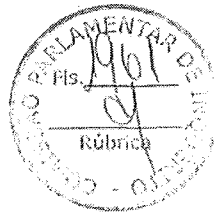
Disponibilizam-se os seguintes contatos, para pronta resposta ao requerimento ora realizado: 047 99186 6120 e 47 3525 4062, ou junior@dbempresas.com.br.

Nestes termos, requer deferimento.

Rio do Sul, 30 de junho de 2020.

AMANDIO JOÃO DA SILVA JUNIOR

Sergento Lima
Deputado Estadual



Ofício nº 095/2020/CPI

Florianópolis, 24 de junho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor

RICARDO LIÃO

Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)
SAUN Qd 5, Lote C, Torre D, Centro Empresarial CNC
Brasília/DF

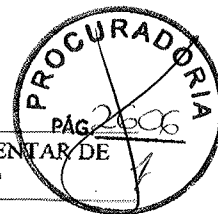
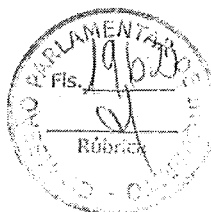
Assunto: Complemento ao Ofício nº 052/2020/CPI

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito através do Ato da Presidência Nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da empresa **VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI**, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), em complemento ao Ofício nº 052/2020/CPI, encaminho ata da reunião desta Comissão em que foi aprovada a solicitação do relatório de inteligência financeira da empresa Veigamed.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito



Ofício nº 096/2020/CPI

Florianópolis, 24 de junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça
ALEXANDRE REYNALDO DE OLIVEIRA GRAZIOTIN
Coordenador-Geral do GAECO
Rua Bocaiúva, 1750 - Centro.
Florianópolis - SC



Assunto: Compartilhamento de documentos

Senhor Promotor,

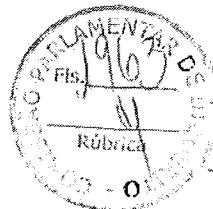
Cumprimentando-o, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito através do Ato da Presidência Nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da empresa VEIGAMED Material Médico e Hospitalar EIRELI, tendo por objeto a aquisição de 200 (duzentos) respiradores pulmonares, ao custo total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), atendendo à deliberação deste Colegiado, na 10ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, requiro a Vossa Excelência, o encaminhamento da transcrição integral e os respectivos anexos, de todo os diálogos constantes no grupo de *Whatsapp* denominado "força tarefa", criado com foco na troca de informações relativas ao combate ao COVID-19 e composto por membros da SEA, SES, MP, TCE, CGE, e Casa Civil, citado por várias testemunhas e investigados no respectivo processo.

Respeitosamente,

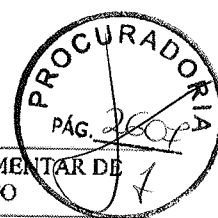
Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO



Ofício nº 097/2020/CPI

Florianópolis, 24 de junho de 2020.

Ao Senhor

LUIZ FELIPE FERREIRA

Controladoria Geral do Estado de Santa Catarina

Rodovia José Carlos Daux, 5500, SC 401 Square Corporate - Torre Campeche B, 3º andar, SALA 323 – Saco Grande
Florianópolis – SC



Prezado Controlador,

Em resposta a solicitação de agendamento de reunião presencial com os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser realizada no dia 25/06/2020, às 16 horas, para entrega do RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR, referente a apuração de supostos atos lesivos à Administração Pública estadual na aquisição de ventiladores pulmonares pela Secretaria de Estado da Saúde, informo que não será possível, em função de reunião de trabalho agendada para a mesma data, às 9 horas, e o expediente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina encerra-se às 13 horas.

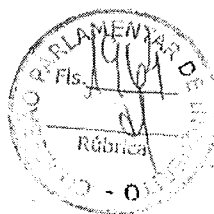
Dessa forma, solicito que o relatório seja entregue através do Protocolo da Casa para que seja encaminhado à Coordenadoria das Comissões/Gerência de Comissão Parlamentar de Inquérito.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

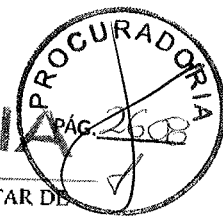


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



COPIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO



Ofício nº 100/2020/CPI

Florianópolis, 25 de junho de 2020.



Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO JÚLIO GARCIA

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis/SC

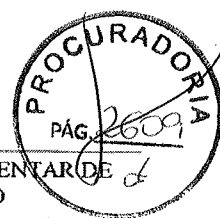
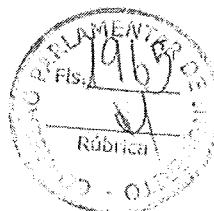
Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência Nº 011-DL, de 2020, requiro a Vossa Excelência, com fundamento no artigo 156, inciso III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a designação de um servidor da Consultoria Legislativa da Casa, para assessorar a CPI na execução de seus trabalhos.

Sem mais para o momento, apresento os meus sinceros agradecimentos.

Respeitosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito



Ofício Circular nº 004/2020/CPI

Florianópolis, 29 de junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Ivan Naatz
Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito

CÓPIA

Assunto: Documentos recebidos

Prezado Deputado,

Encaminho cópia dos seguintes documentos recebidos na data de
25/06/2020:

- Ofício CGE nº 0314/2020 da Controladoria Geral do Estado, acompanhado de relatório de Investigação Preliminar nº 004/2020;
- Mensagens do Grupo de WhatsApp COVID19 - COMPRAS, COVID19 SEACGE COMPRAS, CONSULTORIA RISCOS SES e ABUSIVIDADE EM PREÇOS fornecidas pela Sra. Simone de Souza Becker.

Saliento que os documentos possuem informações sigilosas e, portanto, não deverão ser compartilhadas.

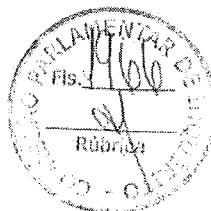
Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

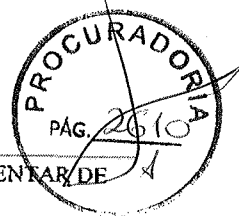
29/06/2020
16.15h



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO



Ofício Circular nº 004/2020/CPI

Florianópolis, 29 de junho de 2020.



Excelentíssimo Senhor
Deputado Felipe Estevão
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

CÓPIA

Assunto: Documentos recebidos

Prezado Deputado,

Encaminho cópia dos seguintes documentos recebidos na data de
25/06/2020:

- Ofício CGE nº 0314/2020 da Controladoria Geral do Estado, acompanhado de relatório de Investigação Preliminar nº 004/2020;
- Mensagens do Grupo de WhatsApp COVID19 - COMPRAS, COVID19 SEA/CGE COMPRAS, CONSULTORIA RISCOS SES e ABUSIVIDADE EM PREÇOS fornecidas pela Sra. Simone de Souza Becker.

Saliento que os documentos possuem informações sigilosas e, portanto, não deverão ser compartilhadas.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

RECEBIDO

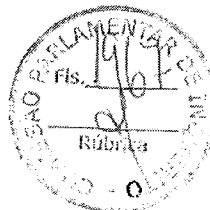
Gab. Dep. Felipe Estevão

Data: 29.06.2020

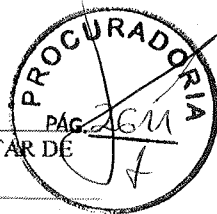
Mayero



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO



Ofício Circular nº 004/2020/CPI

Florianópolis, 29 de junho de 2020

Excelentíssimo Senhor
Deputado Fabiano da Luz
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

CÓPIA

Assunto: Documentos recebidos

Prezado Deputado,

Encaminho cópia dos seguintes documentos recebidos na data de
25/06/2020:

- Ofício CGE nº 0314/2020 da Controladoria Geral do Estado, acompanhado de relatório de Investigação Preliminar nº 004/2020;
- Mensagens do Grupo de WhatsApp COVID19 - COMPRAS, COVID19 SEA/CGE COMPRAS, CONSULTORIA RISCOS SES e ABUSIVIDADE EM PREÇOS fornecidas pela Sra. Simone de Souza Becker.

Saliento que os documentos possuem informações sigilosas e, portanto, não deverão ser compartilhadas.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310
Centro - Florianópolis - SC - 88020-900
Fone: (48) 3221 2610
E-mail: coordenadoriadascomissoes@alesc.sc.gov.br
Site: www.alesc.sc.gov.br

Recebido 3/6/20



Ofício Circular nº 004/2020/CPI

Florianópolis, 29 de junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado João Amin
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

CÓPIA

Assunto: Documentos recebidos

Prezado Deputado,

Encaminho cópia dos seguintes documentos recebidos na data de
25/06/2020:

- Ofício CGE nº 0314/2020 da Controladoria Geral do Estado, acompanhado de relatório de Investigação Preliminar nº 004/2020;
- Mensagens do Grupo de WhatsApp COVID19 - COMPRAS, COVID19 SEACGE COMPRAS, CONSULTORIA RISCOS SES e ABUSIVIDADE EM PREÇOS fornecidas pela Sra. Simone de Souza Becker.

Saliento que os documentos possuem informações sigilosas e, portanto, não deverão ser compartilhadas.

Atenciosamente,

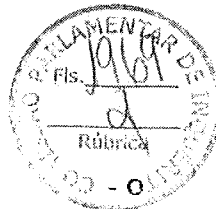
Gabinete Dep. JOÃO AMIN
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde
Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 - Gab. 109
Centro - CEP 88020-900 - Florianópolis - SC
Fone: (48) 32212745 - deputadojoaoamin@alesc.sc.gov.br

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Sra. Simone de Souza
29/06/2020



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO



Ofício Circular nº 004/2020/CPI

Florianópolis, 29 de junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Kennedy Nunes
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

CÓPIA

Assunto: Documentos recebidos

Prezado Deputado,

Encaminho cópia dos seguintes documentos recebidos na data de
25/06/2020:

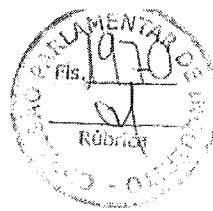
- Ofício CGE nº 0314/2020 da Controladoria Geral do Estado, acompanhado de relatório de Investigação Preliminar nº 004/2020;
- Mensagens do Grupo de WhatsApp COVID19 - COMPRAS, COVID19 SEA/CGE COMPRAS, CONSULTORIA RISCOS SES e ABUSIVIDADE EM PREÇOS fornecidas pela Sra. Simone de Souza Becker.

Saliento que os documentos possuem informações sigilosas e, portanto, não deverão ser compartilhadas.

Atenciosamente,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SANTA CATARINA
GABINETE DEPUTADO KENNEDY NUNES
RECEBIDO EM 30/06/20
Eliane
Secretário(a) Parlamentar

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito



Ofício Circular nº 004/2020/CPI

Florianópolis, 29 de junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Milton Hobus
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

CÓPIA

Assunto: Documentos recebidos

Prezado Deputado,

Encaminho cópia dos seguintes documentos recebidos na data de
25/06/2020:

- Ofício CGE nº 0314/2020 da Controladoria Geral do Estado, acompanhado de relatório de Investigação Preliminar nº 004/2020;
- Mensagens do Grupo de WhatsApp COVID19 - COMPRAS, COVID19 SEA/CGE COMPRAS, CONSULTORIA RISCOS SES e ABUSIVIDADE EM PREÇOS fornecidas pela Sra. Simone de Souza Becker.

Saliento que os documentos possuem informações sigilosas e, portanto, não deverão ser compartilhadas.

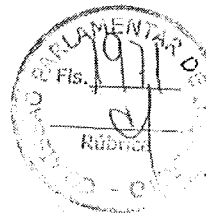
Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Recebido
29/06/2020
Maurício



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA



COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO



Ofício Circular nº 004/2020/CPI

Florianópolis, 29 de junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Moacir Sopelsa
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

CÓPIA

Assunto: Documentos recebidos

Prezado Deputado,

Encaminho cópia dos seguintes documentos recebidos na data de
25/06/2020:

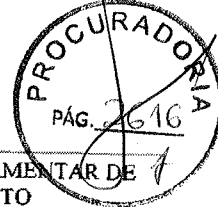
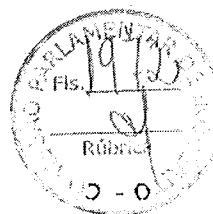
- Ofício CGE nº 0314/2020 da Controladoria Geral do Estado, acompanhado de relatório de Investigação Preliminar nº 004/2020;
- Mensagens do Grupo de WhatsApp COVID19 - COMPRAS, COVID19 SEA/CGE COMPRAS, CONSULTORIA RISCOS SES e ABUSIVIDADE EM PREÇOS fornecidas pela Sra. Simone de Souza Becker.

Saliento que os documentos possuem informações sigilosas e, portanto, não deverão ser compartilhadas.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Handwritten notes:
Jorge Luz
14.06.2020
29/06/2020



Ofício Circular nº 004/2020/CPI

Florianópolis, 29 de junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Valdir Cobalchini
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

CÓPIA

Assunto: Documentos recebidos

Prezado Deputado,

Encaminho cópia dos seguintes documentos recebidos na data de
25/06/2020:

- Ofício CGE nº 0314/2020 da Controladoria Geral do Estado, acompanhado de relatório de Investigação Preliminar nº 004/2020;
- Mensagens do Grupo de WhatsApp COVID19 - COMPRAS, COVID19 SEA/CGE COMPRAS, CONSULTORIA RISCOS SES e ABUSIVIDADE EM PREÇOS fornecidas pela Sra. Simone de Souza Becker.

Saliento que os documentos possuem informações sigilosas e, portanto, não deverão ser compartilhadas.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

RECIBO
29/06



A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA ÀS 17 HORAS DO DIA 30 DE JUNHO DE 2020, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS E POR MEIO VIRTUAL, COM A SEGUINTE PAUTA:

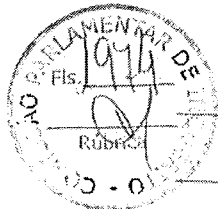
I. Discussão e votação das atas das 10ª e 11ª Reuniões Ordinárias.

II. Expediente:

- a) Sinopse da correspondência e outros documentos recebidos:
- Ofício CGE nº0314/2020, da Controladoria-Geral do Estado, encaminhando cópia do Relatório de Investigação Preliminar nº004/2020, contendo informações protegidas pelo sigilo fiscal;
 - Documentos enviados pela Sra. Simone de Souza Becker, contendo os nomes dos integrantes e prints de todas as mensagens do grupo de Whatsapp, "COVID19-COMPRAS";
 - Petição enviada pelos procuradores do Sr. Douglas Borba, informando que a Secretaria de Estado da Casa Civil não participou do grupo de WhatsApp "COMPRAS – COVID-19", onde estariam presentes integrantes de alguns órgãos (MPSC, CGE, PGE, etc.);

III. Ordem do dia:

- a) requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, solicitando o diligenciamento ao Presidente do tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a fim de efetivar a requisição de um servidor para auxiliar nos trabalhos desta comissão;
- b) requerimento de autoria do Deputado Kennedy Nunes, solicitando a convocação do senhor Cícero Alessandro T. Barbosa, Corregedor Geral do Estado de Santa Catarina.
- c) Oitiva dos senhores Amandio João da Silva Júnior, Frederico Tadeu da Silva e Thyago da Silva Martins.



LISTA DE PRESENÇA

12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 5 DE MAIO DE 2020, PARA APURAR FATO DETERMINADO CONSISTENTE NA INVESTIGAÇÃO DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADOS À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2020, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS E POR VÍDEOCONFERÊNCIA.

DEPUTADO SARGENTO LIMA

Presidente

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

Vice-Presidente

DEPUTADO IVAN NAATZ

Relator

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO

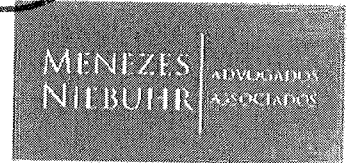
DEPUTADO JOÃO AMIN

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MILTON HOBUS

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

Vídeoconferência



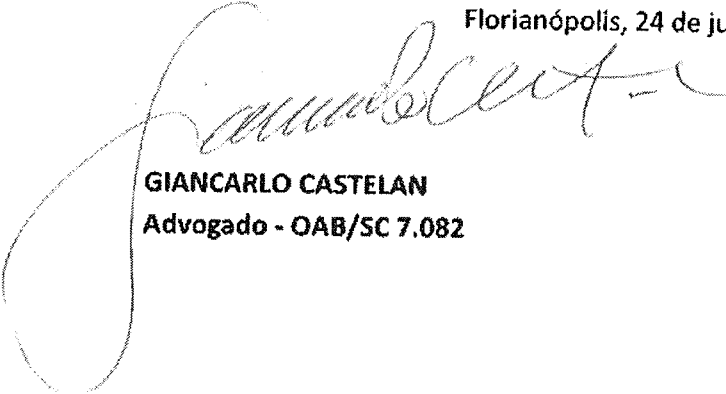
EXMO. SENHOR DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ
DD. RELATOR DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - RESPIRADORES
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.



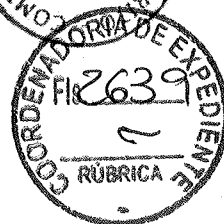
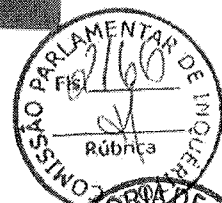
DOUGLAS BORBA, por seus procuradores adiante assinados, em atenção aos questionamentos realizados pelo Deputado Milton Hobus durante a oitiva do Controlador Geral do Estado de Santa Catarina, Dr. Luís Felipe Ferreira, em 23.06.2020, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre o grupo de WhatsApp "COMPRAS – COVID-19, onde estariam presentes integrantes de alguns órgãos (MPSC, CGE, PGE, etc.), comparece perante Vossa Excelência para informar que a Secretaria de Estado da Casa Civil não participou de referido grupo.

Pede deferimento.

Florianópolis, 24 de junho de 2020.


GIANCARLO CASTELAN
Advogado - OAB/SC 7.082


PAULO CESAR SCHMITT
Advogado – OAB/SC 25.638



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DEPUTADO ESTADUAL IVAN NAATZ
RELATOR DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - RESPIRADORES
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.**

DOUGLAS BORBA, brasileiro, casado, advogado, por seus procuradores e por ocasião das suas oitivas realizadas em 27.05.2020 e 09.06.2020, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito – Ato da Presidência nº. 011-DL, de 2020 -, comparece perante Vossas Excelências para expor e por fim requerer o que segue.

1. Trata-se de Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada por Ato da Presidência nº. 011-DL, a fim de apurar responsabilidade acerca da aquisição de 200 (duzentos) respiradores pela Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, com pagamento antecipado.
2. Segundo o depoimento da Superintendente de Gestão Administrativa da Secretaria de Estado da Saúde, investigada Márcia Pauli, foi o ora requerente que indicou o Investigado Fabio Guasti a ela para fornecimento do material comprado, com pagamento antecipado, pela Secretaria de Estado da Saúde.
3. Entretanto Excelências, conforme esclarecido em seus depoimentos, o requerente não teve nenhuma participação na aquisição dos respiradores pulmonares adquiridos pela Secretaria de Estado da Saúde para o combate a pandemia, muito menos na indicação de Fábio Guasti àquela servidora.
4. Pelo contrário, conforme será levado a diante à Vossas Excelências, a atuação do requerente sempre foi no sentido de zelar pelos interesses do Estado, inclusive não concordando com pagamentos de forma antecipada.



5. Logo após a devolução do seu aparelho celular pela autoridade policial, que o recebeu por entrega espontânea do requerente, Douglas Borba teve acesso a todos os diálogos mantidos na ocasião dos fatos e em relação a eles realizou prints (fotos) do seu aparelho onde constam as conversas, documentos e fez, também, transcrições leigas de diálogos de chamadas, para estruturar sua defesa, subsidiando o trabalho dos seus advogados, material este que foi utilizado em Juízo e, agora, também é utilizado na presente peça, e que por certo está registrado na perícia realizada no seu telefone pelo Instituto Geral de Perícias - IGP.

II. DA PANDEMIA E CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS

* 12 de março de 2020

6. Neste dia o Governo do Estado de Santa Catarina edita o Decreto nº. 506/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Ainda, nesta data, temos a Portaria nº. 179, que dispõe sobre a criação do Centro de Operações Emergenciais da Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde.

* 16 de março de 2020

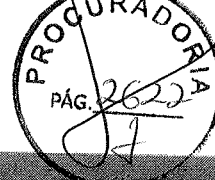
7. Em 16 de março o ex-Secretário da Saúde, Sr. Helton Zeferino, busca recursos para o enfrentamento a COVID-19, solicitando à Secretaria da Fazenda algo em torno de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sendo liberada de início determinada quantia.

* 17 de março de 2020

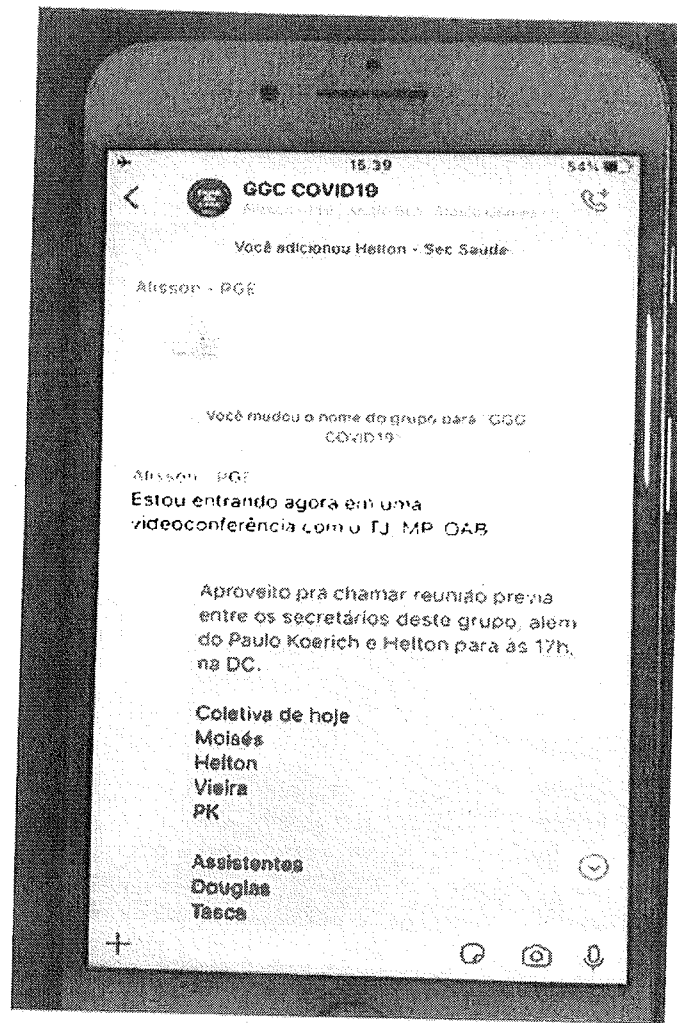
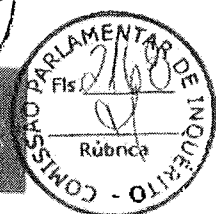
8. Já em 17 de março de 2020, o Estado de Santa Catarina declara situação de emergência impondo medidas restritivas a seus cidadãos, conforme Decreto nº. 515/2020.

* 18 de março de 2020

9. Nesta data, é criado o grupo de WhatsApp de Gestão da Crise (GGC), com a presença dos seguintes integrantes: Carlos Moisés, Daniela Reihner, Douglas Borba, Ricardo Dias, Alisson, Helton, Araújo, João Batista, Dep. Paulinha, Maria Elisa, Giovanni, Leandro Lima, Lucas Esmeraldino, Thiago Vieira, Márcio Ferreira, Natalino, Paulo Eli, Paulo Koerich, Ricardo Gouveia, Jorge Tasca, Charles Vieira.

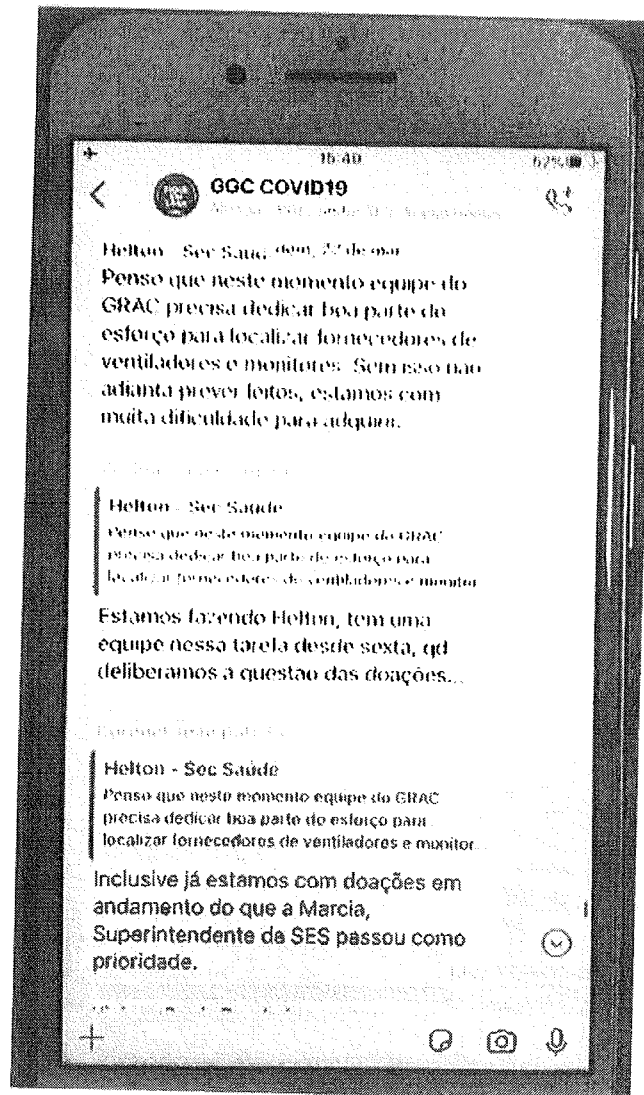
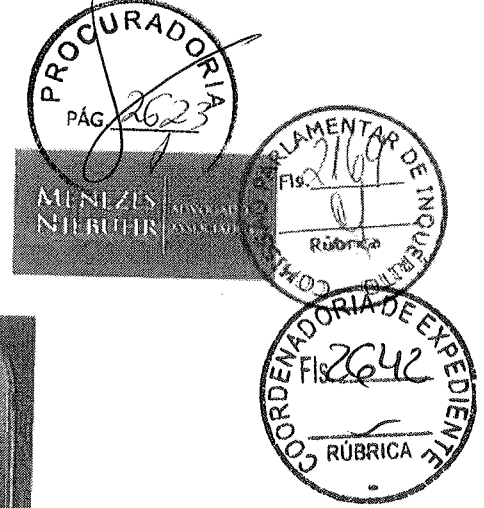


MENEZES
NIEBUHR



* 22 de março de 2020

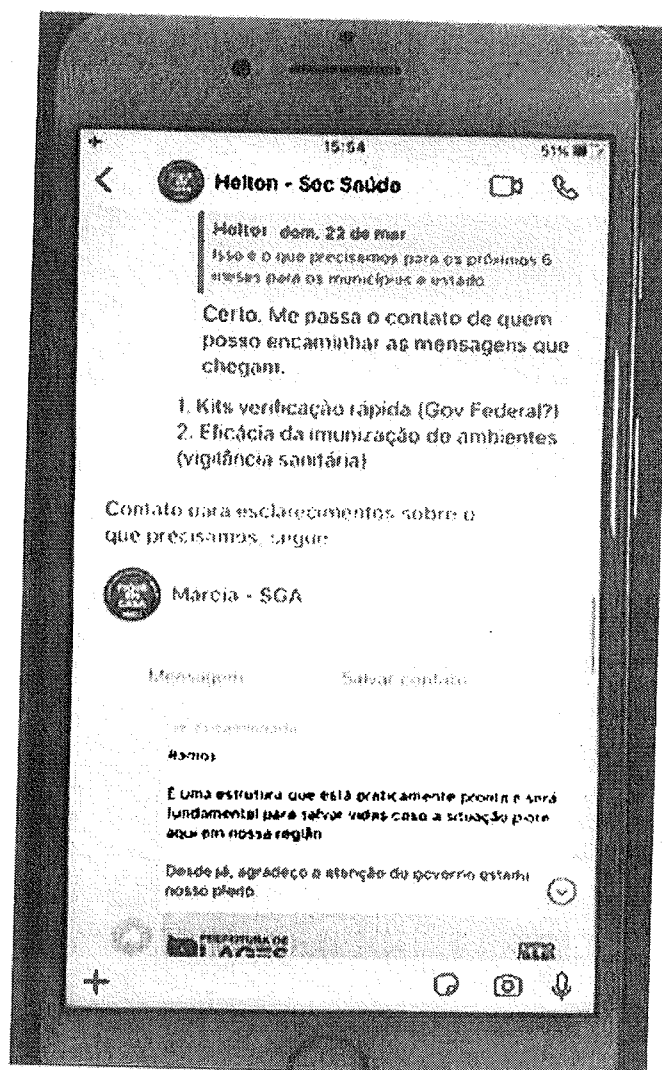
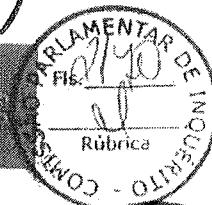
10. Neste dia, o ex-Secretário da Saúde Helton Zeferino solicita auxílio no grupo de WhatsApp de Gestão da Crise (GGC), para localizar fornecedores de ventiladores, monitores entre outros insumos. Informa, também, que a SES está com muita dificuldade de adquirir esses equipamentos, vejamos a conversa:



11. Em diálogo via aplicativo de WhatsApp com o requerente, o investigado Helton Zeferino compartilha o contato telefônico da funcionária Márcia Regina Pauli, Superintendente de Gestão Administrativa da Secretaria da Saúde, informado que esta é a funcionária encarregada em receber prospectos, folders e orientar sobre as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde:



MENEZES
NIEBUHR

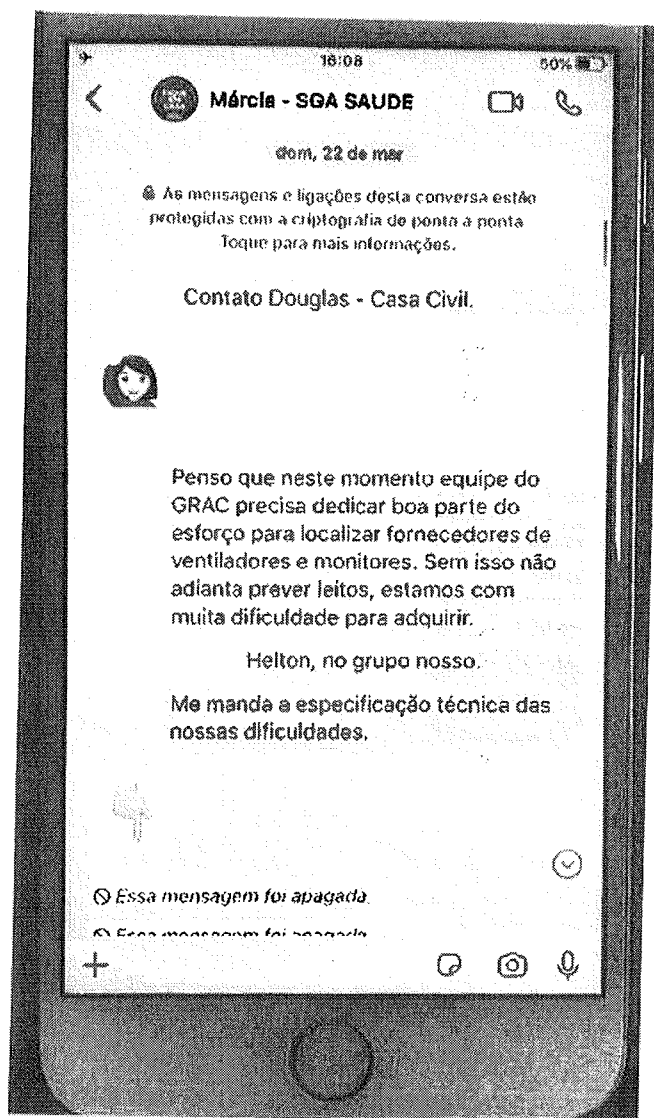


12. Portanto, foi o próprio Helton Zeferino que indicou ao ora requerente que mantivesse contato com referida servidora para esclarecimentos e encaminhamento das mensagens que chegavam sobre as necessidades da Secretaria da Saúde.

13. Somente a partir desta data (22.03.2020), é o que requerente inicia conversas com a servidora. Antes sequer se conheciam ou mantiveram contato. Da mesma forma o encaminhamento de prospectos, folders etc. ocorreu com outros Secretários, citados em depoimento já prestado pela servidora, indicando os nomes de Jorge Tasca, Leandro Lima, entre outros titulares de pasta.



14. Após solicitação do investigado Helton, o requerente mantém conversa por aplicativo com a investigada Márcia Pauli, informando a ela que o ex-Secretário da Saúde havia solicitado ajuda para localizar fornecedores de ventiladores e monitores, etc. O requerente solicita a servidora as especificações técnicas:





15. Na sequência, há ligação telefônica entre ambos via WhatsApp onde ela relata ao requerente a necessidade de apoio para efetuar as compras com segurança diante do cenário apresentado na Secretaria de Estado da Saúde - SES, face a oferta versus demanda mundial para combate à pandemia.

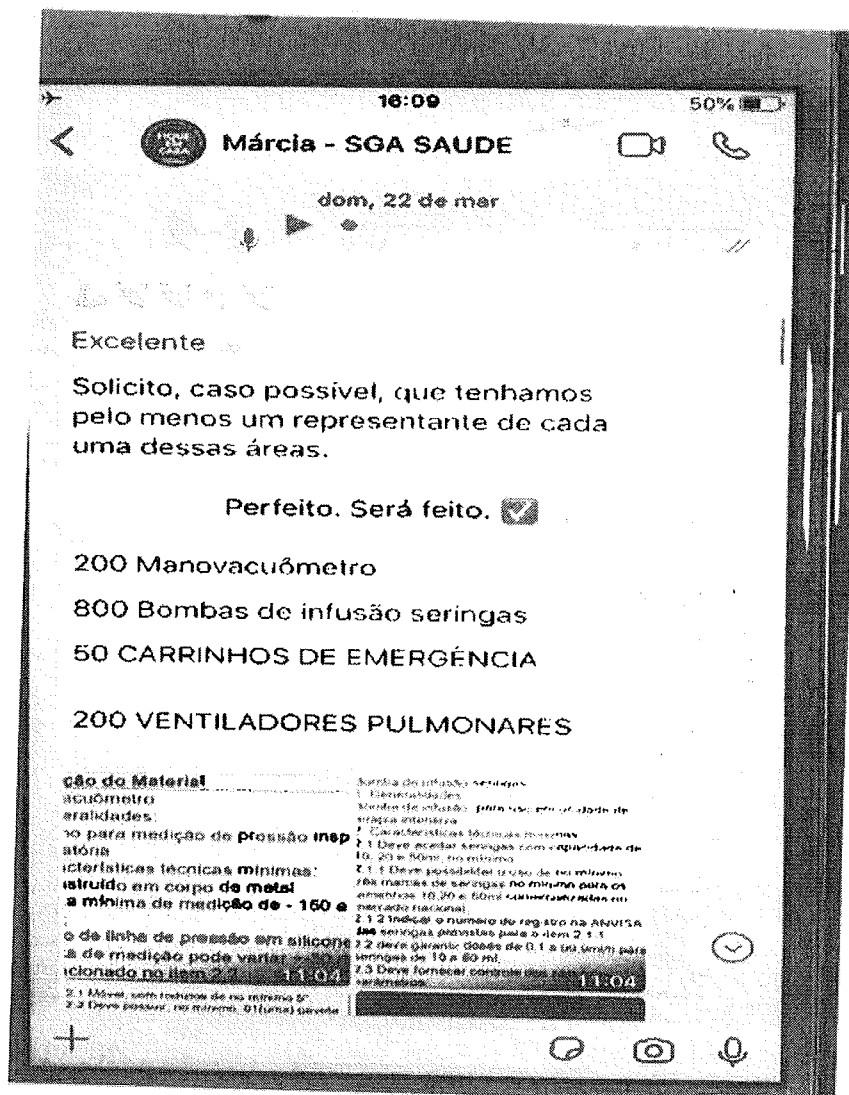
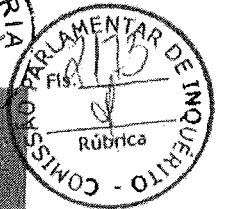
16. Demonstrado a veracidade do conteúdo da ligação, na sequência, às 10h56min. do mesmo dia, o requerente manda uma mensagem de áudio de WhatsApp para servidora Márcia Informado:

"Márcia, falei com o Moisés agora, ele está fazendo contato com o Adircélio e também o Dr. Fernando Comin, TCE e MPSC, além deles também o PROCON, a gente vai solicitar uma pessoa de cada órgão destes aí como medida preventiva nestes processos de compra, e também que nos auxiliem não só na questão mercadológica de preço e tudo mais, mas também na questão de preço de empresas que estejam praticando abuso." (transcrição leiga do requerente - sublinhamos).

17. Após (10h57min), a servidora comenta, "Excelente" e solicita (11h) se possível a necessidade de ter um representante de cada área.

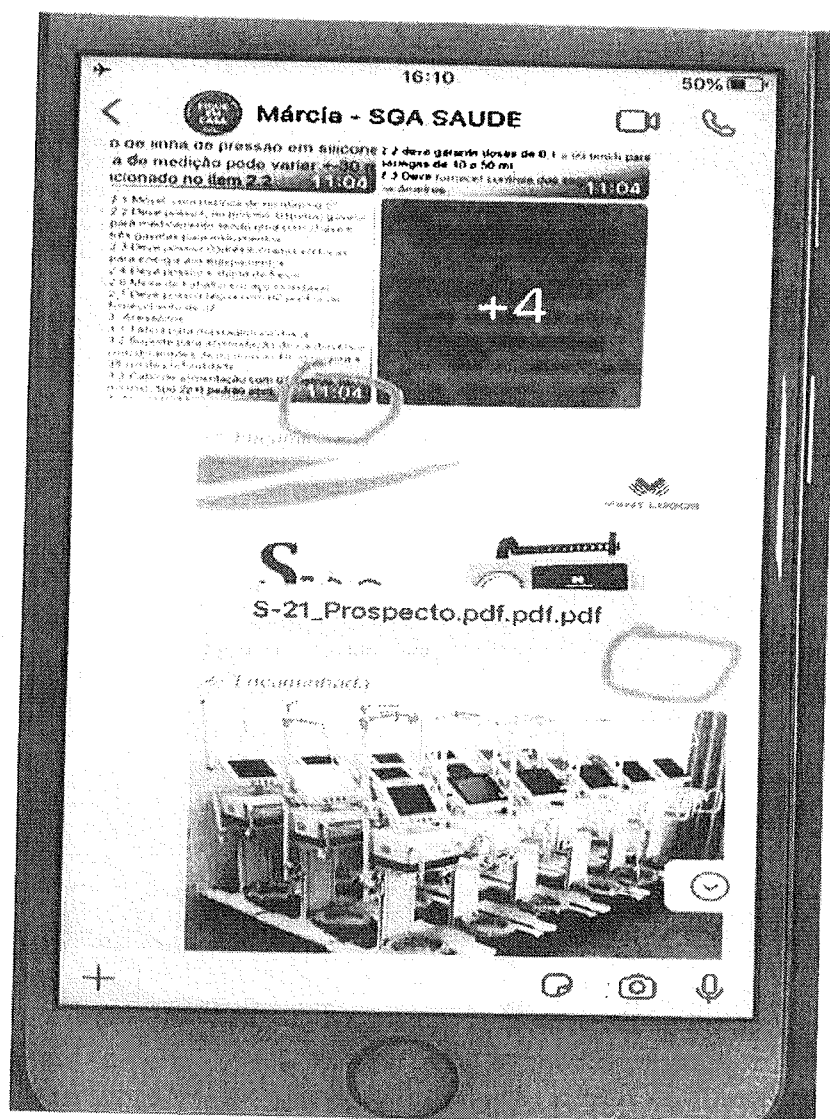
18. Às 11h04min., a servidora Márcia encaminha as necessidades de aquisições da Secretaria de Estado da Saúde para o ora requerente, dentre elas, manovacuômetro, bombas de infusão, carrinhos de emergência e ventiladores pulmonares.

19. Nota-se que não se trata apenas de ventiladores pulmonares, mas diversas necessidades.



20. Às 11h09min, o requerente encaminha a servidora Márcia PROSPECTO de equipamento referente ao ventilador da marca VENT-LOGOS S 21:

8



21. Observando no celular do requerente, temos que o prospecto encaminhado à servidora Márcia no dia 22.03.2020 é da marca/registro VENT-LOGOS S-21 (fotos do celular com as imagens abertas do prospecto - duas páginas):

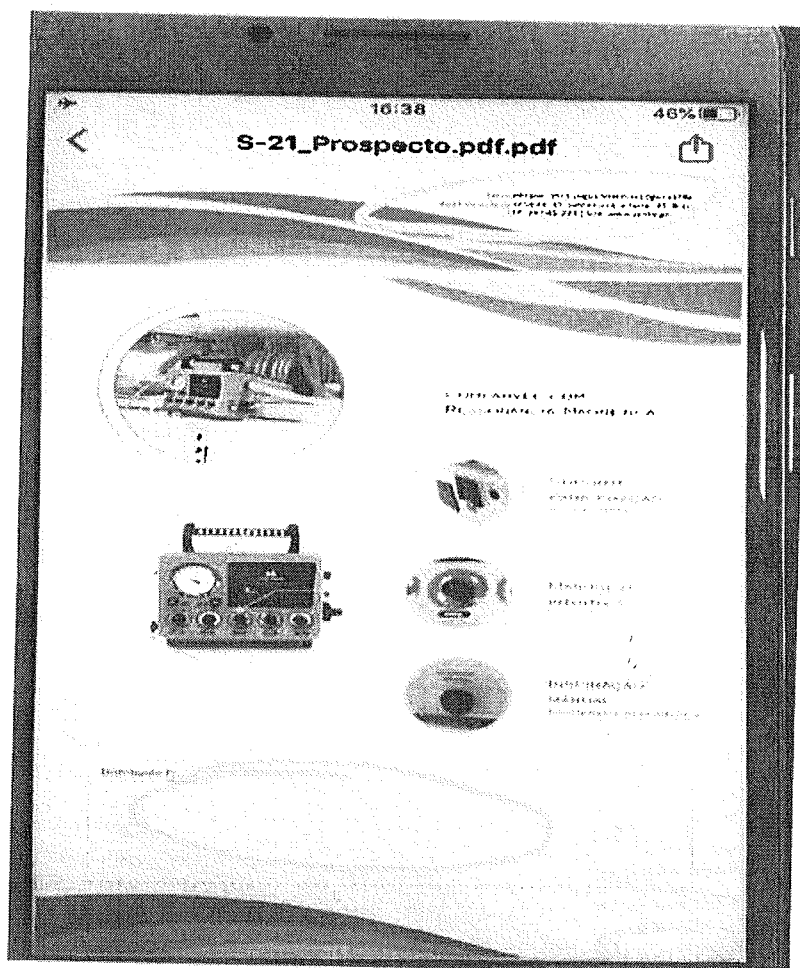
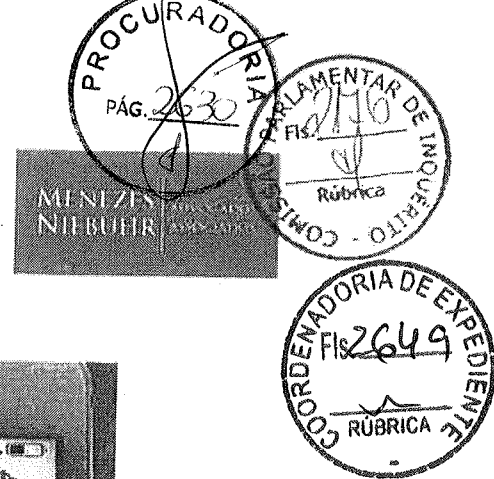
PROCURADORIA
PÁG 2629
7

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
Fis 2115
Rúbrica

MENEZES
NTEBUER

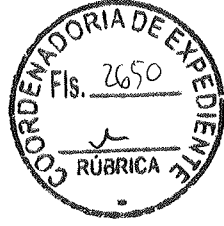
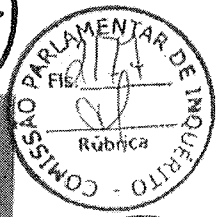
COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
Fis 2648
RÚBRICA





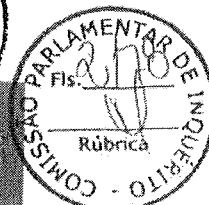
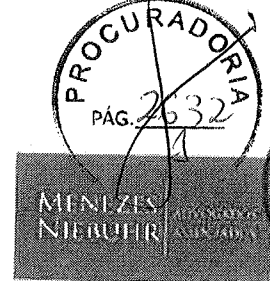
22. Na sequência, conforme extraído do telefone da servidora Márcia (foto retirada do pedido de prisão preventiva), o requerente informa que o sr. Leandro fará contato com ela, ÚNICA mensagem apagada com a servidora pelo requerente em razão dela, servidora, informar que já estava em contato com ele.

11

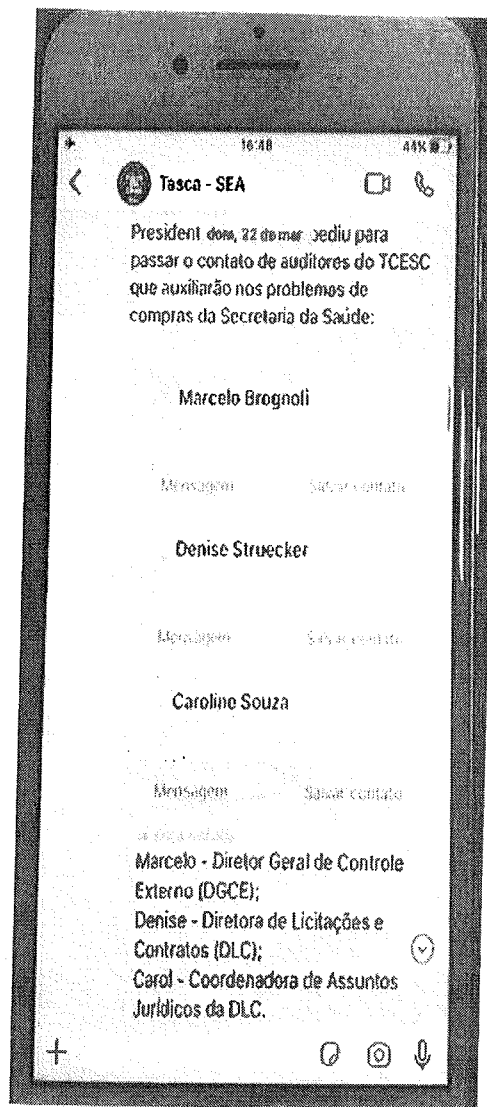
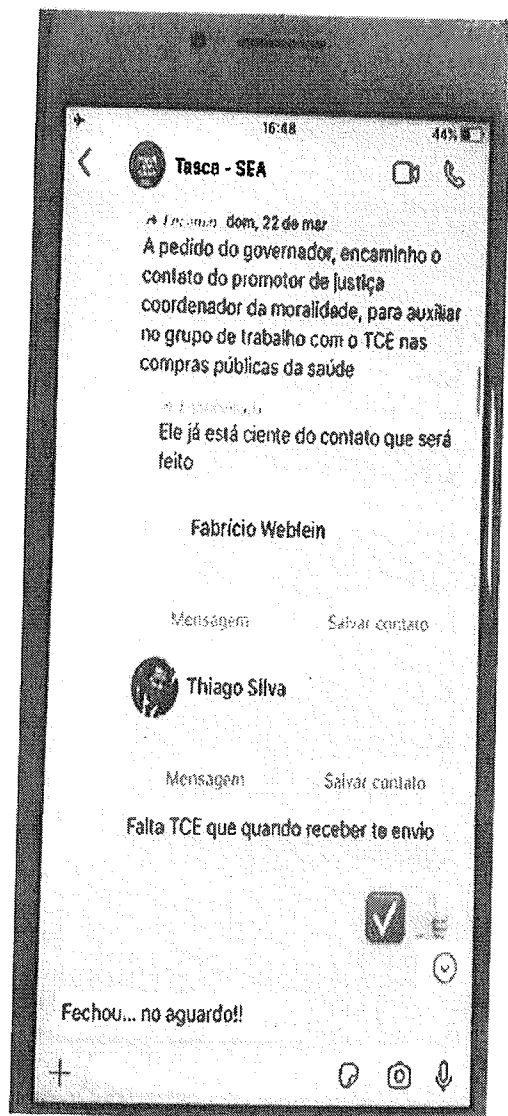


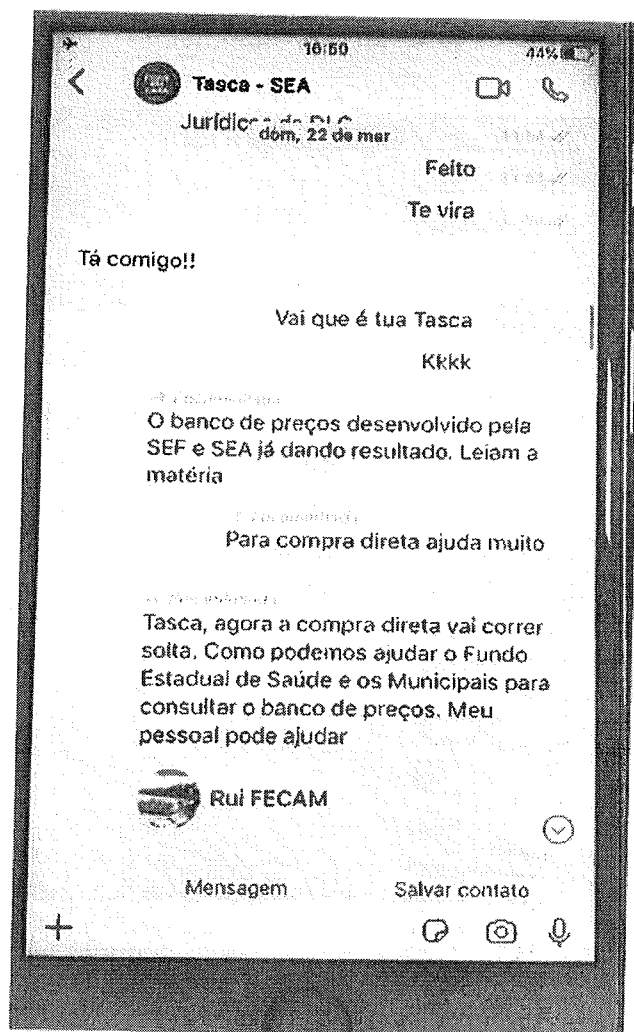
23. Analisando a imagem acima do celular da investigada Márcia, se observa, data vênua, que a funcionária já estava em contato com Leandro Barros. Inclusive, não se vê em momento algum o compartilhamento, por Douglas, do contato de Leandro Barros para Márcia naquele dia (22/03/2020).

24. Com devido respeito, mas carece de solidez o argumento de que Leandro Barros é pessoa indicada pelo requerente quando o próprio Leandro já está com contato com a servidora independentemente de Douglas.



25. Ainda em 22 de março, o requerente mantém contato com o Secretário da Administração, Dr. Jorge Tasca informando nomes de pessoas de diversos órgãos de controle e fiscalização para que fosse criado um grupo para auxiliar a funcionária Márcia Pauli nas aquisições pela Secretaria de Estado da Saúde, vejamos:

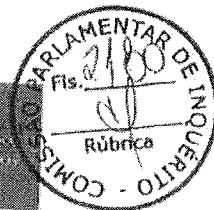
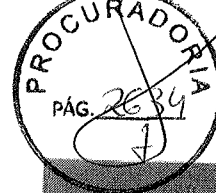




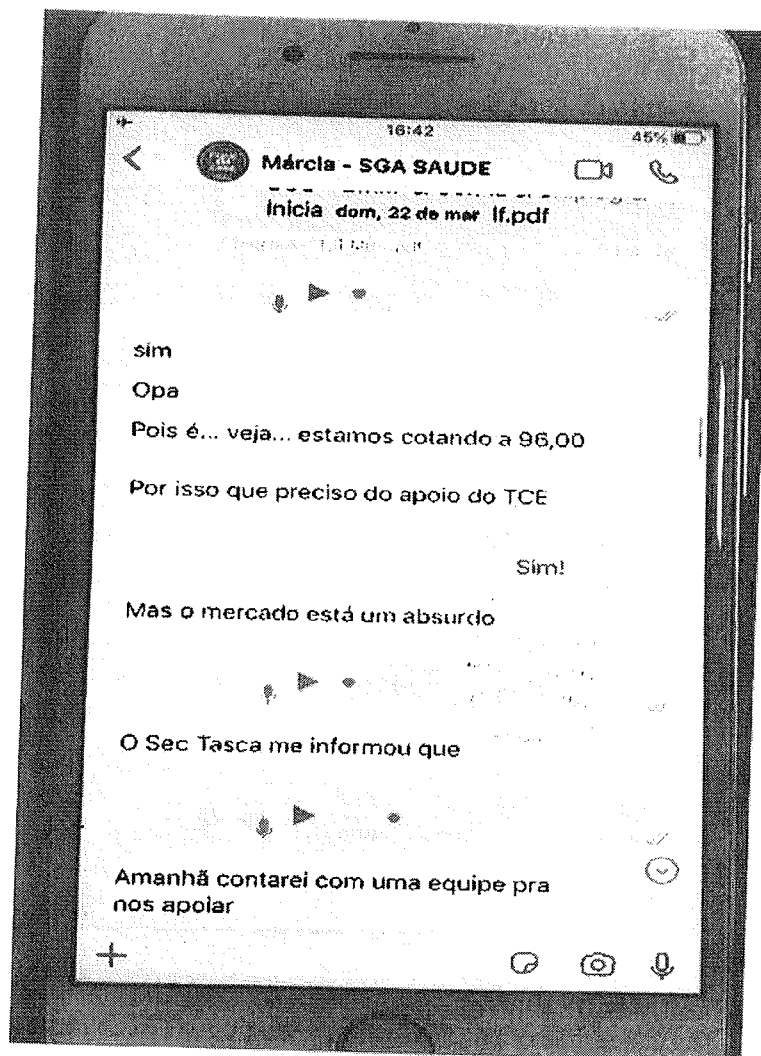
26. Ao final, o Secretário de Administração Jorge Tasca aponta que a função agora está com ele, "Tá comigo!!".

27. Logo após falar com Secretário de Administração, o requerente encaminha áudio para servidora Márcia, às 13h37min., informando que já fez contato com ele para organizar a comunicação entre as áreas técnicas (TCE; MPSC; PROCON) e interagir com ela, assim como auxiliá-la nas aquisições:

"Márcia, já está ok, passei os nomes para o Tasca, porque dividimos aqui, o Tasca ficou responsável de fazer os contatos agora com as áreas técnicas, são três nomes do TCE, um do Ministério Público e um do PROCON que vão



estar à disposição de vocês. O secretário da administração está interagindo com eles e deverão integrar nossa equipe de orçamento e compras." (transcrição leiga do requerente).



28. A própria servidora informa ao requerente que o Secretário Tasca já informou a ela que no dia seguinte contará com uma equipe para lhe apoiar (mensagens às 11h37min. e 11h:38min).

15



29. As imagens extraídas do celular do requerente, deixam claro que sua participação junto ao enfrentamento da pandemia sempre foi de que órgãos de controle e fiscalização participassem nas atividades envolvendo as aquisições referente ao COVID-19.

* 23 de março de 2020

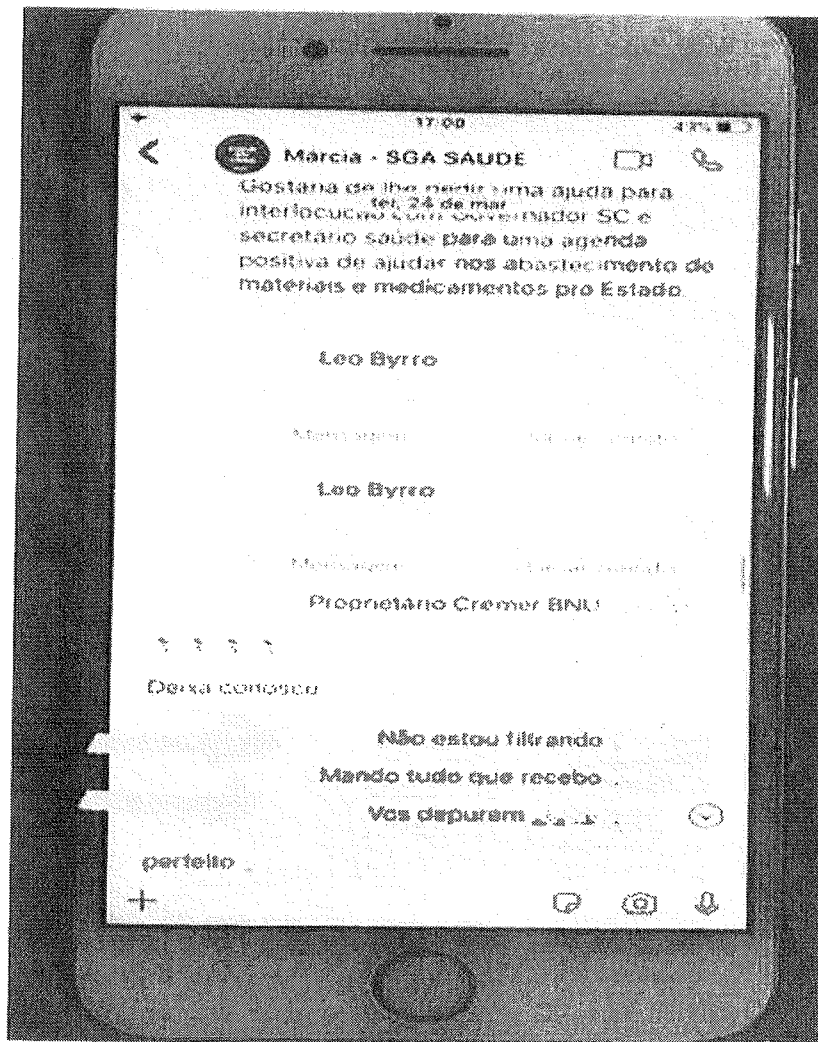
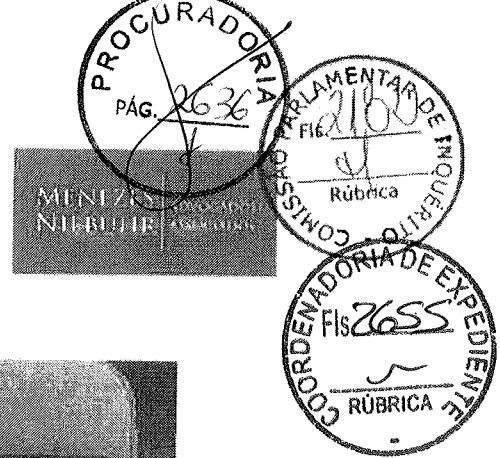
30. Em 23 de março, o requerente faz contato, via aplicativo de WhatsApp com a servidora apenas para saber acerca da aquisição de testes COVID-19, pois existia a necessidade de testar as pessoas que adentravam no prédio II da Defesa Civil, onde o Governador e demais funcionários realizavam as coletivas de imprensa.

* 24 de março de 2020

31. Nesta data, houve novo contato com a investigada Márcia Pauli, também por WhatsApp, encaminhando mensagem da empresa CREMER que se colocou à disposição para ajudar no abastecimento de materiais e medicamentos no Estado.

32. O mais importante, é que neste dia 24 de março, o requerente informa a referida servidora sobre a necessidade deles (leia-se Secretaria ou pessoas responsáveis) filtrarem, depurarem o material que estava sendo encaminhado por ele, vejamos:

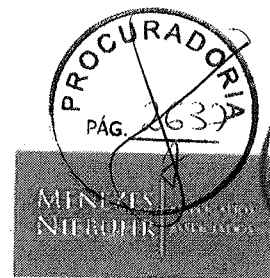
[Handwritten signature]



33. A mensagem de que o requerente não estava filtrando, significa dizer que tudo que recebia de prospectos, folders, protótipos, encaminhava para servidora, pois como ela mesmo disse em um depoimento prestado perante o GAECO, “recebia proposta até de marte”. Além disso, em razão de ser um procedimento de aquisição única e exclusiva de responsabilidade da SES, caberia a esta Secretaria avaliar e verificar se o material atendia as especificações técnicas.

34. Diga-se mais, em depoimento prestado na CPI no dia 09 de junho de 2020, Márcia Pauli afirmou que seu número de telefone celular foi repassado para várias pessoas, muita gente.

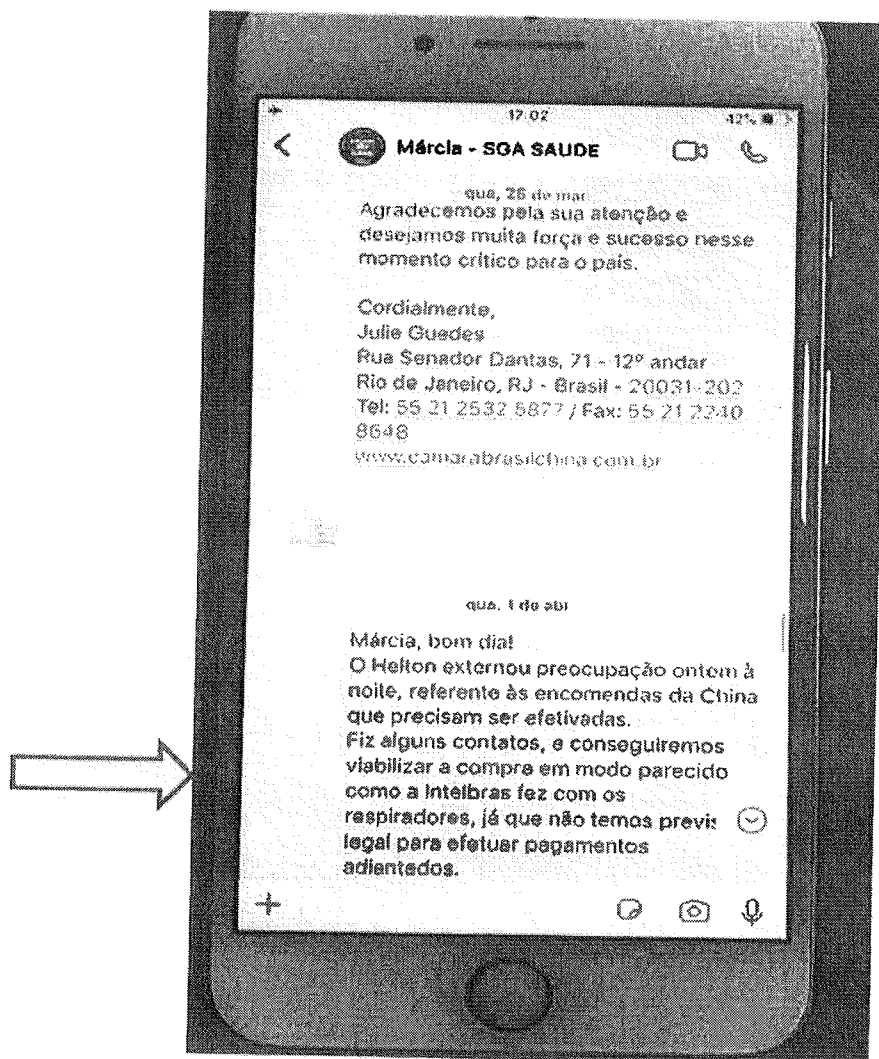
17

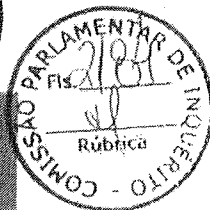
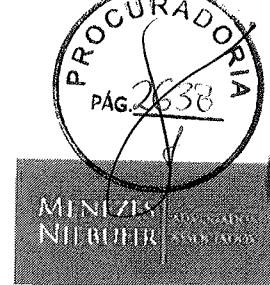


35. Este dia (24.03.2020), foi o último contato entre o requerente e referida funcionária.

36. Somente em 01 de abril as partes voltaram a manter contato. Ou seja, durante todo o período de tramitação referente a aquisição dos respiradores pulmonares (ao que se tem conhecimento: dispensa de licitação – 26/03/20 até a aquisição/pagamento – 01/04/2020) NÃO HOUVE CONVERSA ENTRE ELES.

37. Inclusive neste dia 01/04/2020, no período da manhã, o requerente enfatiza para servidora que NAO HÁ PREVISÃO PARA PAGAMENTOS ADIANTADOS:

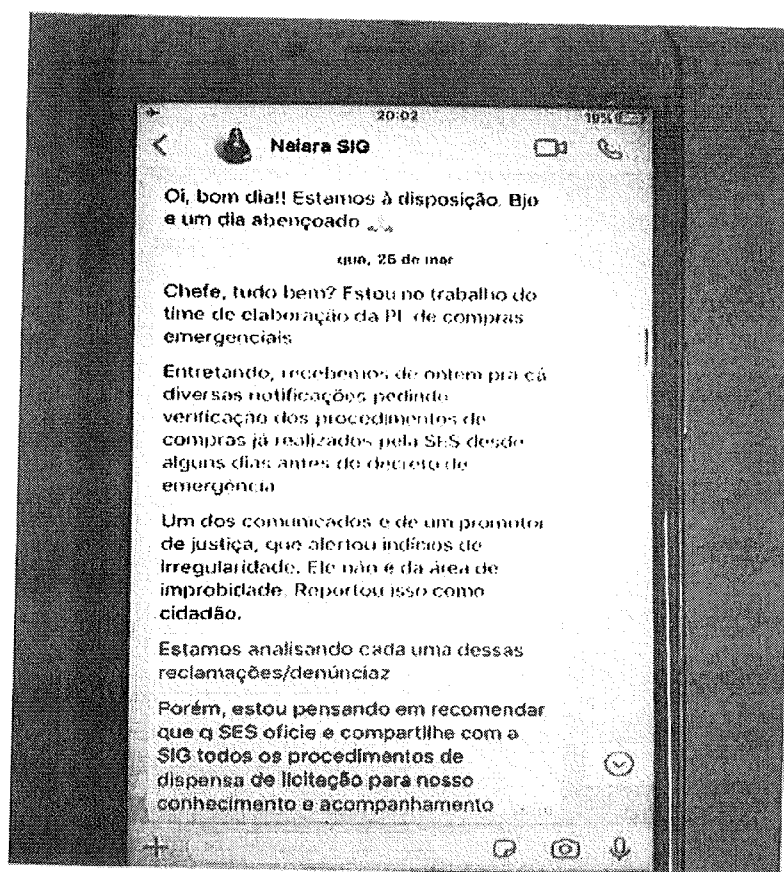


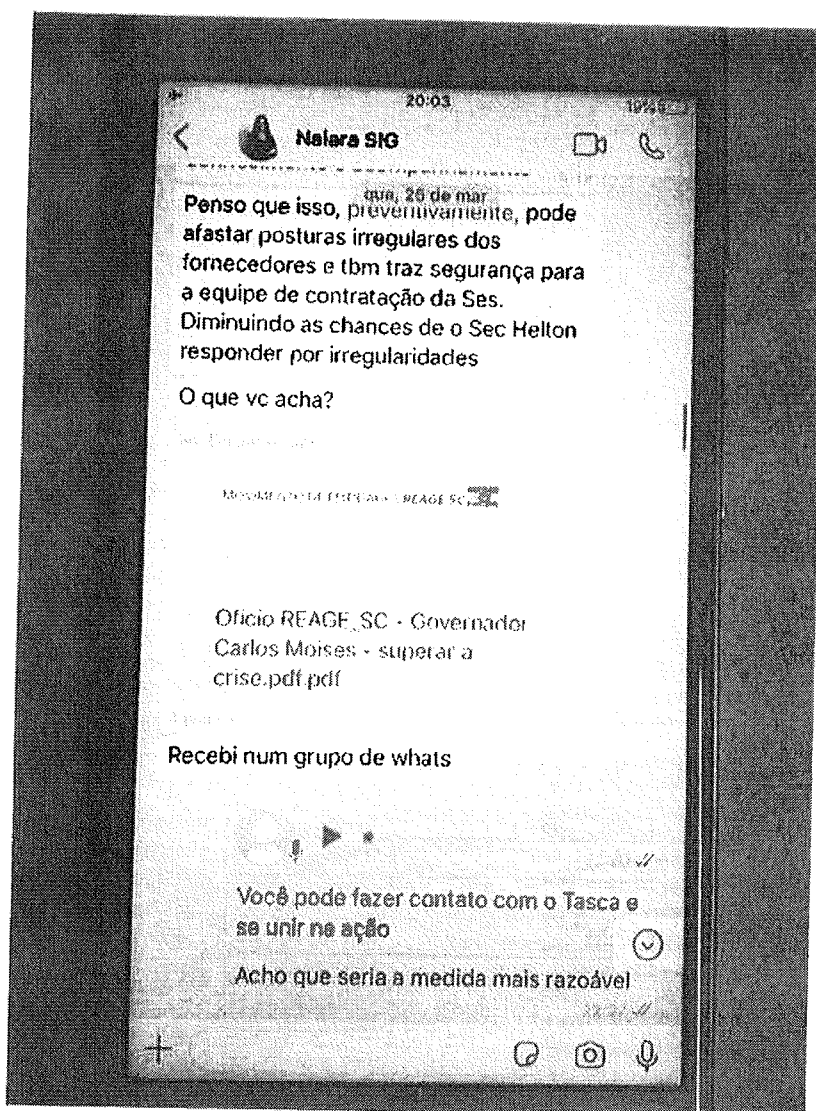
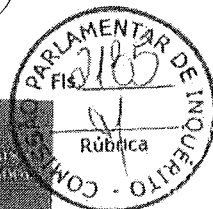


38. Como se observa das mensagens acima colacionadas, existem fatos relevantes a serem levados a conhecimento dessa r. Comissão, os quais, na visão do requerente, lhe afastam do procedimento de compra dos aparelhos respiradores e, diga-se mais, que demonstram que o requerente informou a servidora Márcia que **NÃO HAVIA** previsão para pagamentos antecipados.

* 25 de março de 2020

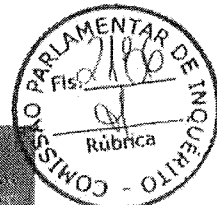
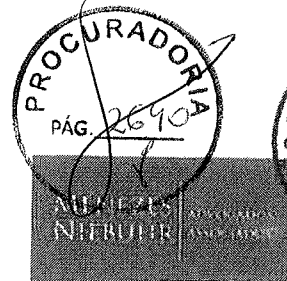
39. Em 25 de março, o requerente recebe via aplicativo de WhatsApp, solicitação de Naiara C. Augusto, atualmente a frente da Secretaria de Integridade e Governança – SIG, vinculada à Casa Civil, acerca da necessidade de acompanhar os procedimentos licitatórios já realizados na Secretaria de Estado de Saúde - SES em datas anteriores. Na ocasião, inclusive, questionou sobre possível notificação àquela pasta:





40. Às 22hs20min. o requerente responde a Naiara Augusto:

"Oi querida, tudo bem? Boa noite. A gente montou, o Tasca ta liderando, se você quiser falar com ele, uma equipe dos órgãos de controle que está lá dentro do setor de compras da saúde. O Moisés disse isso inclusive em coletiva, agradeceu e tal. Então tem um promotor de justiça lá dentro da SES, tem três auditores do TCE também no setor de compras da SES, então antes de mandar qualquer



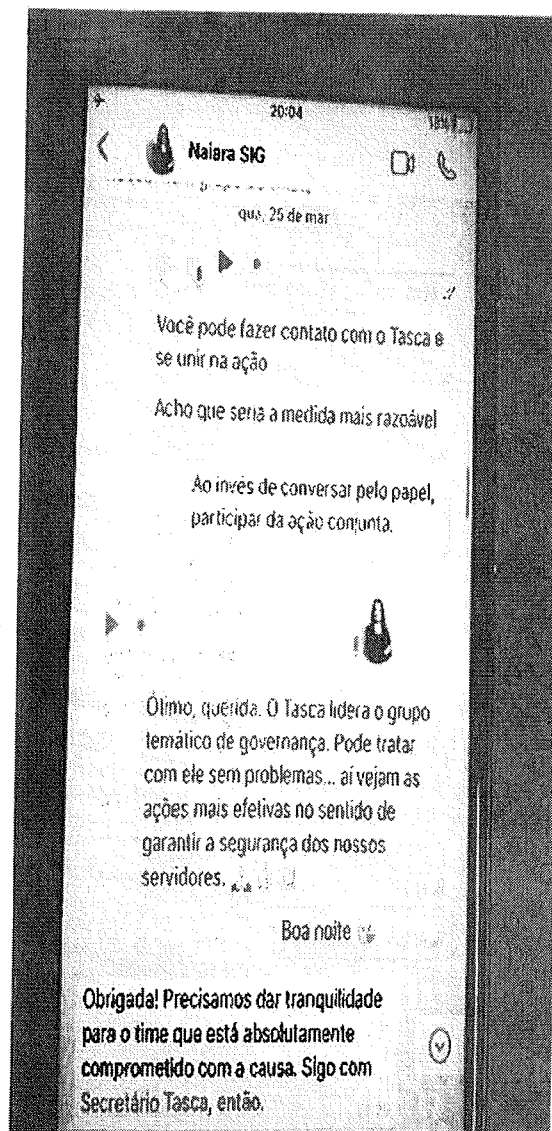
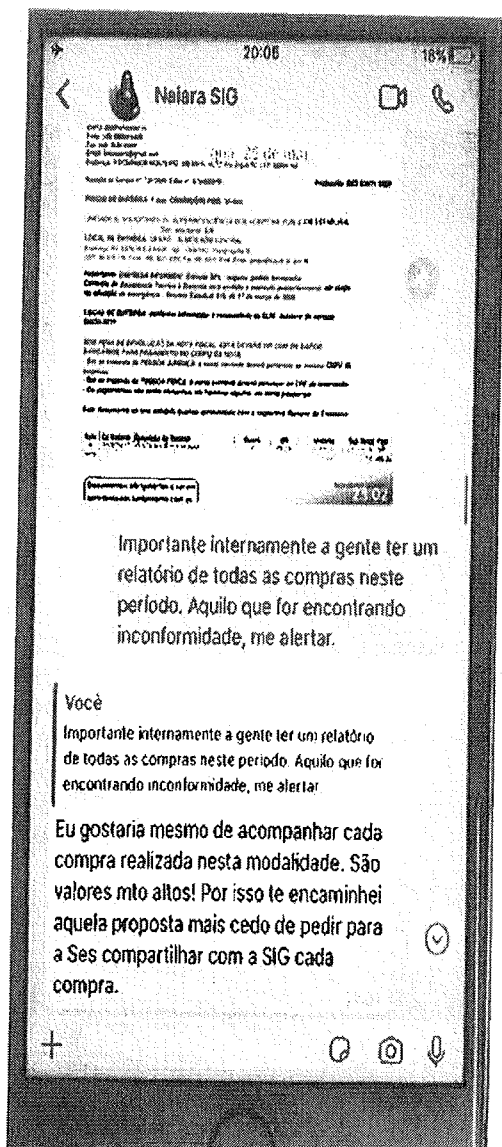
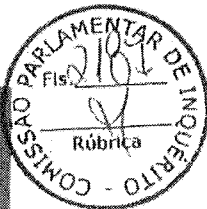
expediente para a SES eu peço que você entre em contato com o Tasca, que como eu disse está liderando este grupo - ah, o procon também está lá, enfim, o Helton abriu a secretária porque a preocupação dele também daqui a pouco vai ter questionamento porque ele tá comprando um monte de coisa com preço superior por conta do mercado, o mercado está dessa maneira, né. Então foi essa a nossa preocupação de antever isto e trazer os órgãos de controle para participar disso. Essa parceria entre os Poderes foi encabeçada pelo Governador. Então esse movimento está acontecendo e eu preciso te falar." (transcrição leiga do requerente).

41. Já às 22h:28min., o requerente reafirma que pode tratar eventuais questões com Secretário Jorge Tasca, a fim de verificarem "ações mais efetivas no sentido de garantir a segurança dos nossos servidores".

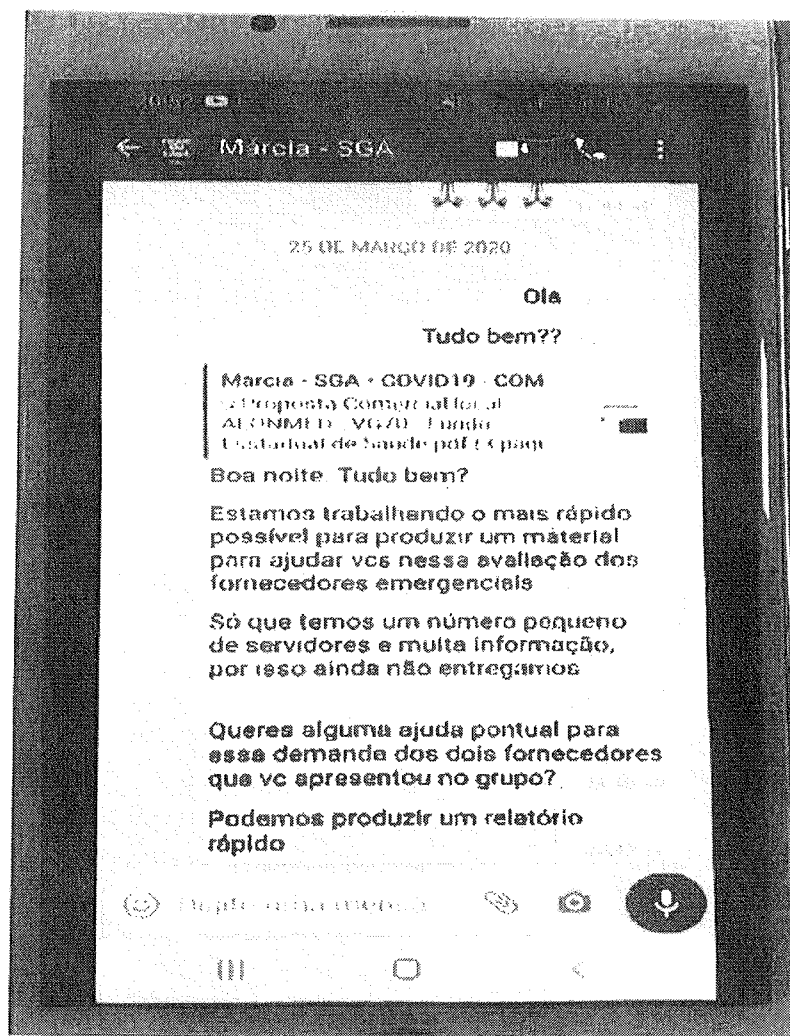
42. Na sequência, às 23h:02min., Naiara encaminha documento referente a aquisição de respiradores pulmonares pela Secretaria de Estado da Saúde da empresa EDERA, com pagamento antecipado.

43. Neste momento, o requerente toma conhecimento de que houve aquisição de produto com pagamento antecipado e responde a Naiara Augusto que seria importante fazer um relatório das compras ocorridos naquela Secretaria. Em resposta, Naiara afirma a necessidade da SES compartilhar com a SIG a(s) compra(s) realizada(s):

 21 



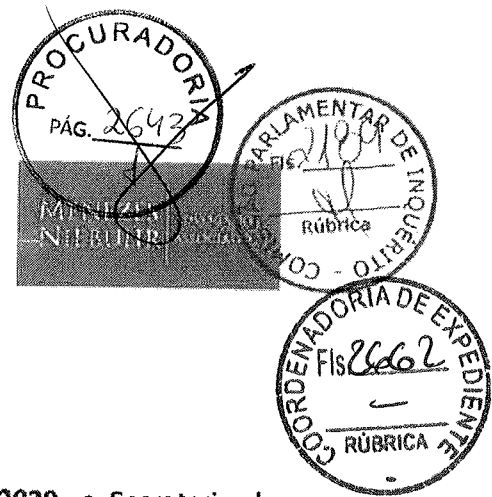
44. Em print realizado no telefone celular de Naiara Augusto e compartilhado com o ora requerente pela mesma, na data de 25.03.2020, Naiara mantém contato com a servidora Márcia Pauli se colocando à disposição para auxiliar na legalidade e transparência da compra referente AEONMED, modelo VG70:



45. Ao que se sabe, Naiara Augusto, da Secretária de Integridade e Governança, tomou conhecimento de referida proposta quando a servidora Márcia compartilhou a mensagem no Grupo de Compras de WhatsApp, os quais integravam os órgãos da SIG; CGE; MPSC; TCE; SEA, e possivelmente outros.

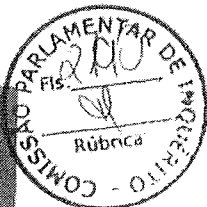
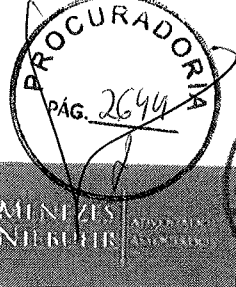
46. Ainda, reforça-se o fato de que nesta data do contato com a servidora Márcia, ainda não havia sido iniciada a compra e pagamento dos respiradores da empresa Velgamed.

23



* 27 de março de 2020

47. Ao que se sabe, em 27 de março de 2020, a Secretaria de Integridade e Governança notificou a Secretaria de Estado da Saúde - SES, na pessoa do seu Secretário, para que esclareça sobre a compra dos respiradores pulmonares, ao que consta da empresa EDERA, com pagamento antecipado (print do documento encaminhado pela Secretária Nalara Augusto ao ora requerente).



20:09 17%

Relatório de Gestão de Riscos 32 20...

 **ESTADO DE SANTA CATARINA**
SECRETARIA EXECUTIVA DE INTEGRIDADE E DE GOVERNANÇA - SIG
Gabinete da Secretaria Executiva

Ofício n. 0019/2020/SIG-GABE Florianópolis/SC, 27 de março de 2020.

Assunto: Compra emergenciais
Referência: Relatório de Gestão de Riscos de Integridade e Governança n. 32/2020

Senhor Secretário,

Complementando o anteriormente, considerando a responsabilidade desta Secretaria Executiva de Integridade e Governança na implementação da gestão de riscos do Programa de Integridade e Compliance previsto na Lei n. 12.716/2012, o mesmo que em prontidão avaliação dos riscos decorrentes das contratações das Ordens de Fomento em 304 e 305, emitidas pela Secretaria de Estado de Saúde em 19 de março de 2020, sob o regime emergencial decorrente do Decreto n. 519/2020.

O Relatório n. 32/2020 segue incluído no presente procedimento, acompanhando os objetos dos documentos anexos que subsidiaram o estudo.

Para mitigação dos riscos identificados foram propostas algumas medidas de mitigação, as quais não tem a condição de inflexível e para discretização da Vossa Senhoria, inclusive, sob o ponto de vista da possibilidade de aquisição de produtos adequados, em razão de constatada divergência de preços nas respectivas ordens para se promover nova avaliação dos riscos remanescentes.

A iniciativa visa garantir a manutenção da integridade e conformidade no contexto de atuação da administração pública catarinense, apesar das medidas emergenciais que precisam ser adotadas para o enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Entendendo a inviável a situação atual de saúde neste momento, permanecemos à disposição para promover o apoio necessário para garantir segurança aos gestores encarregados desta situação emergencial, com a adequada administração dos recursos das funções da saúde.

Atenciosamente,

Naiara Czernobski Augusto
Secretária Executiva de Integridade e Governança

Centro Administrativo do Governo do Estado de Santa Catarina
Rod. SC 401 Km 2 nº 4600 - Bairro Grande II - 88023-000 - Florianópolis - SC
Fone: (48) 3685-1711 - atendimento ao cidadão

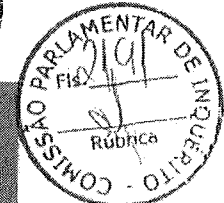
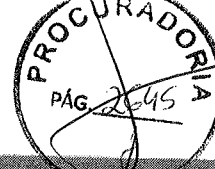
 **ESTADO DE SANTA CATARINA**
SECRETARIA EXECUTIVA DE INTEGRIDADE E DE GOVERNANÇA - SIG
Gabinete da Secretaria Executiva

Ao Senhor
Helson de Souza Zeferino
Secretário de Estado
Secretaria de Estado de Saúde

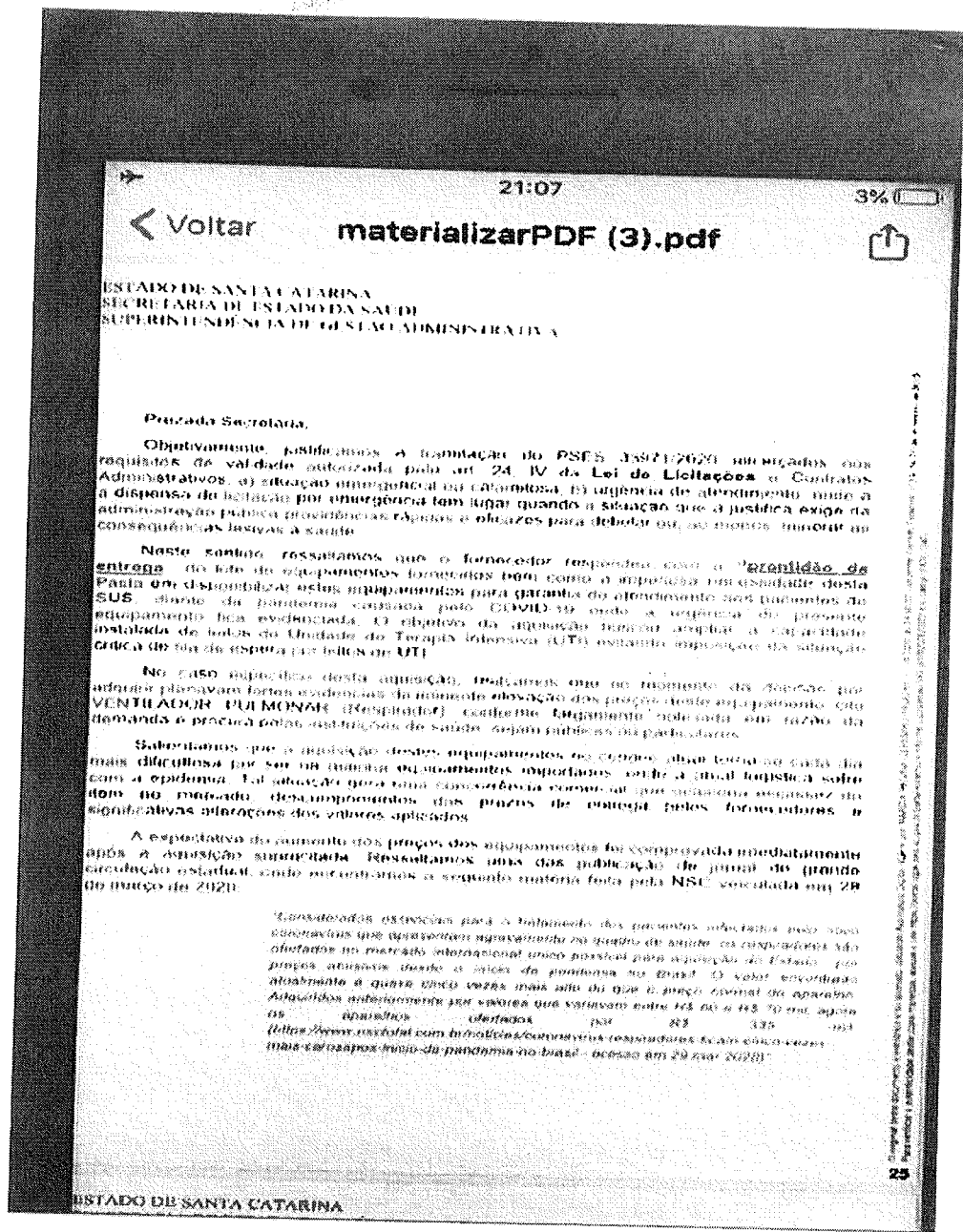
21

48. Ao que se tem conhecimento, referido ofício somete foi respondido pela servidora Marcia Regina Geremias Pauli, em 22 de abril de 2020, ou

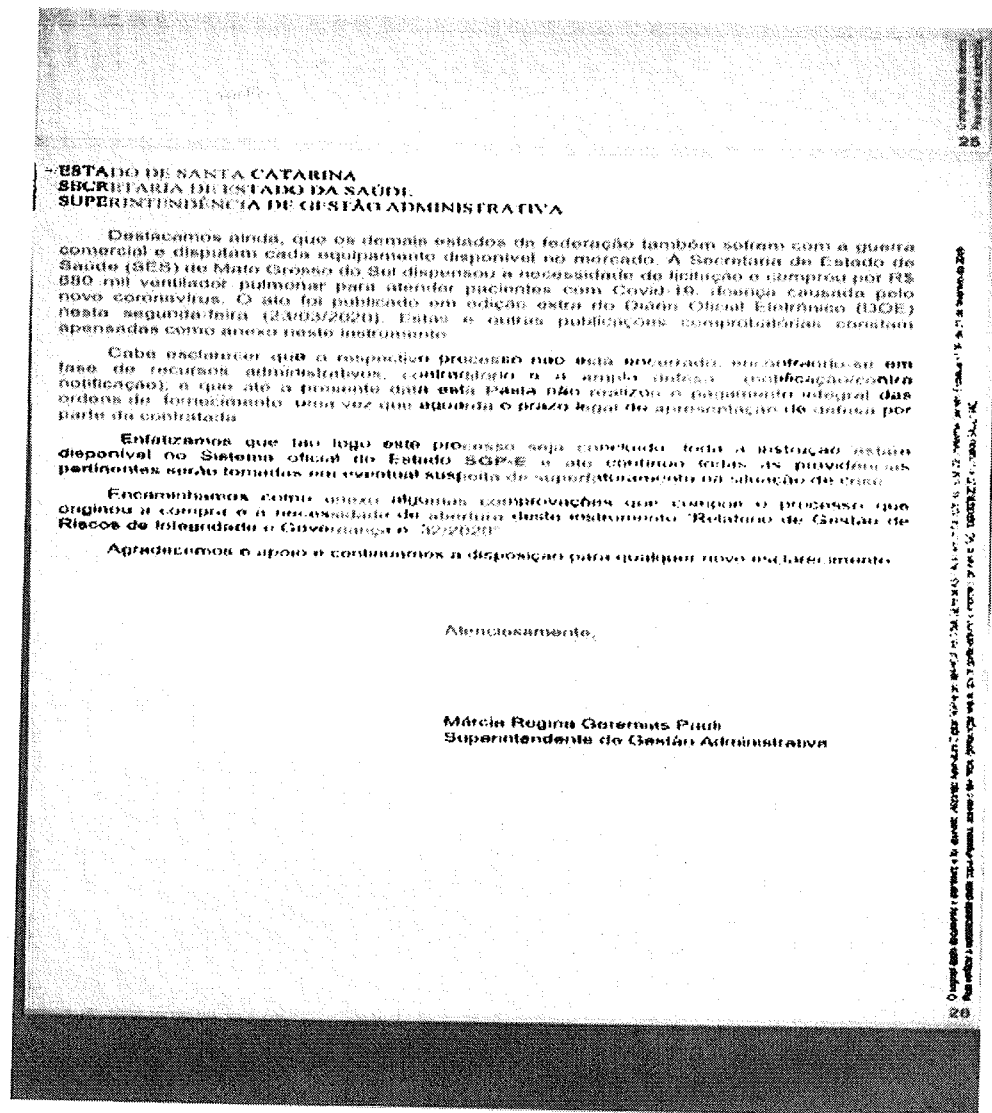
29



seja, completamente extemporâneo (print do documento encaminhado pela Secretária Naiara Augusto ao ora requerente)

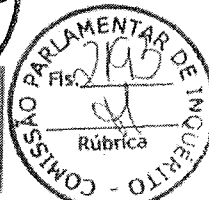
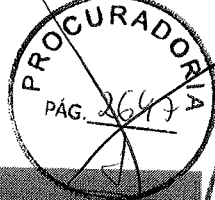


26



* 22 de abril de 2020

49. Somente neste dia, o requerente tomou conhecimento de que a Secretaria de Estado da Saúde havia realizado a compra dos respiradores pulmonares da empresa Veigamed, com pagamento antecipado, em reunião solicitada pelo ex-Secretário Helton Zeferino com a presença do Governador e do seu Chefe de Gabinete.

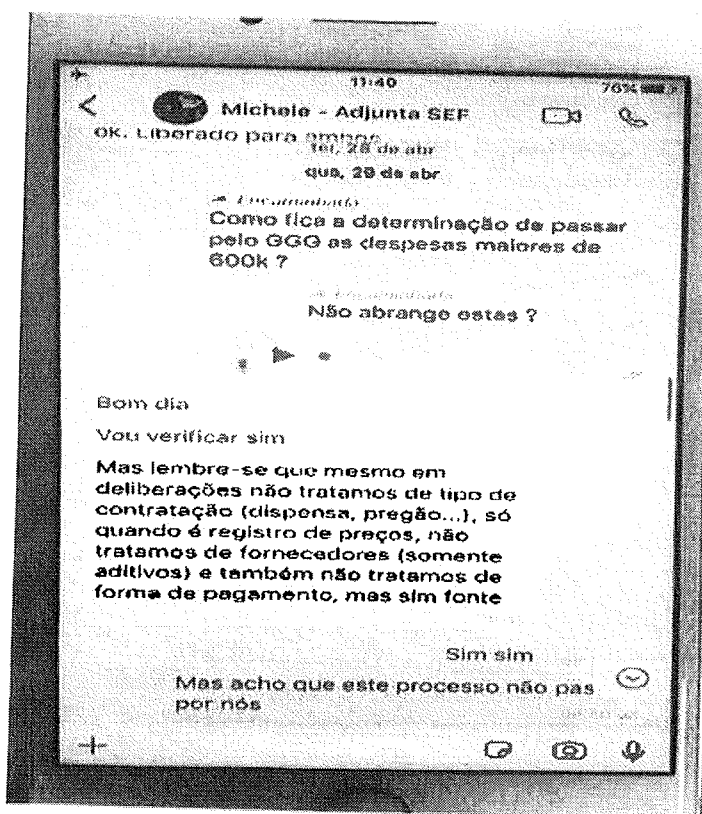


* 29 de abril de 2020

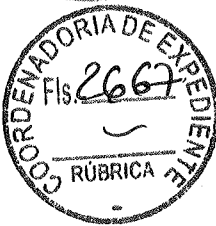
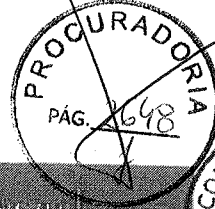
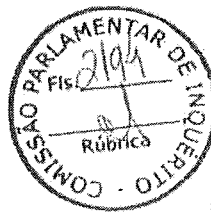
50. Nesta data o requerente solicitou a Sr^a. Michele Roncalio, Secretaria Adjunta da Secretaria da Fazenda, informações pelos quais a dispensa de licitação não passou pelo Grupo de Gestão da Crise.

51. O áudio às 7h37min. o requerente fala que:

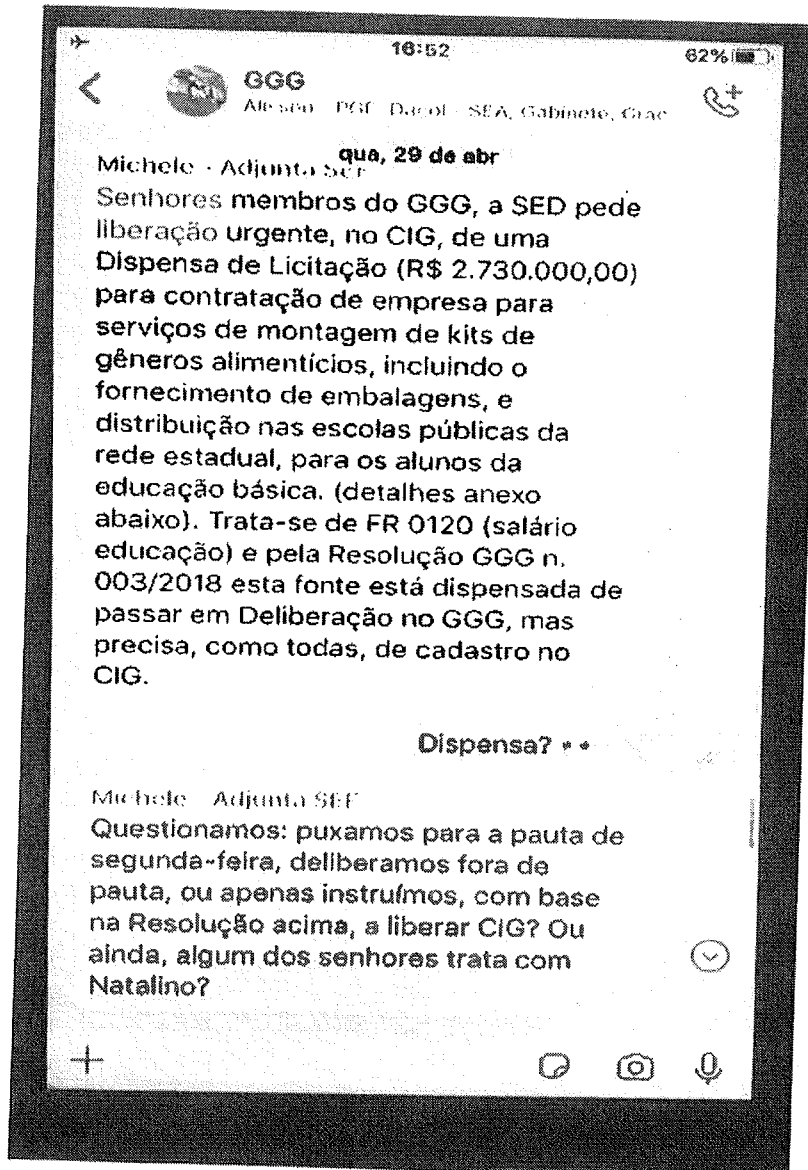
"Oi, Michele, tudo bem? Bom dia! Deves estar acompanhando aí a nossa agonia em relação ao problema que aconteceu na saúde, né. O pagamento antecipado dos ventiladores. Te mandei acima um questionamento que conversei com o Moisés, pra saber porque que essas despesas não passam pelo GGG, eu imagino que seja pelo estado de calamidade, para diminuir a burocracia a gente libera as compras da saúde - elas se excetuam né. Me confirma isso, por favor?" (transcrição leiga do requerente).



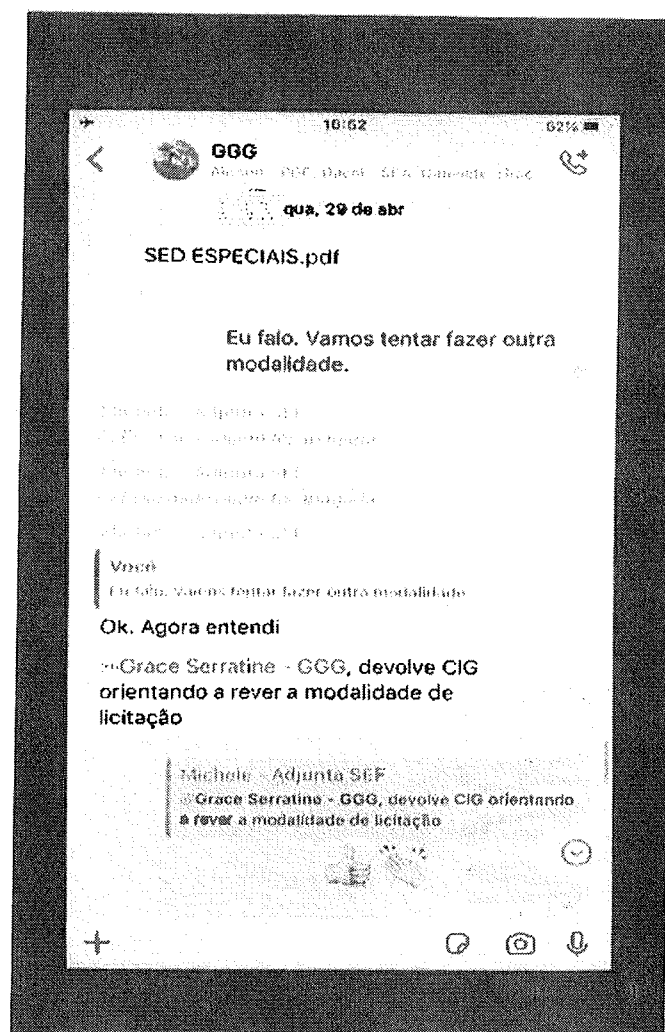
28



52. Em razão das informações da Secretária Adjunta, o requerente faz alerta ao Grupo Gestor de Governo para que não realizem mais processos licitatórios na modalidade de dispensa de licitação:



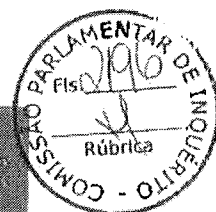
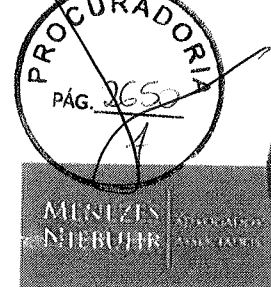
29



53. Portanto, ao que se observa pelas conversas de aplicativo de WhatsApp durante a crise/pandemia o requerente a todo momento zela pelo Estado, não concordando com pagamentos de forma antecipada em qualquer hipótese.

54. Chama a atenção, pelas oitivas prestadas no GAECO e Polícia Civil, que vários funcionários (em torno de dezesseis) participaram do procedimento de dispensa de licitação na Secretaria de Estado de Saúde - SES para aquisição dos 200 (duzentos) respiradores e **nenhum conhecia ou teve contato com o requerente**, o que afasta ainda mais sua participação na aquisição dos respiradores, bem como exime de responsabilidade quanto ao pagamento.

[Handwritten signature] 30



55. Não existe qualquer elo de ligação entre a pessoa de Fábio Guasti e o requerente. Nunca se viram, se falaram ou se conhecem. Sequer em redes sociais ou aplicativos de mensagens.

56. É equivocada é a narrativa da investigada Márcia de que o requerente tenha compartilhado o seu contato com o investigado Fábio Guasti, até porque não o conhece e vice-versa. Como compartilhar o contato de alguém que você não tem o número telefônico? Não há nada nos autos que ligue o requerente com Sr. Fábio, absolutamente nada! Inclusive, Fábio Guasti, ao ser ouvido perante o GAECO, declarou que não conhece o ex-Secretário da Casa Civil, sr. Douglas Borba, bem como que nunca manteve contato com ele.

57. Importante esclarecer ainda, que se Fábio Guasti era a pessoa indicada por Douglas, porque no primeiro contato com a investigada Márcia Pauli ele não se apresentou como sendo "o contato" do ex-Secretário da Casa Civil em vez de Fábio "da Meu Vale"? Em um primeiro momento não seria importante esse "cartão de visita"?

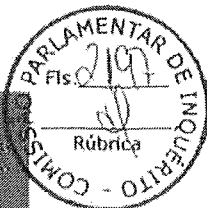
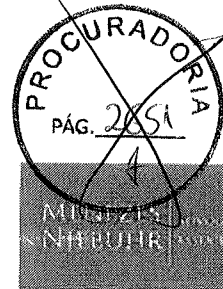
58. E mais, segundo a investigada Márcia Pauli, se o ex-Secretário da Casa Civil passou seu contato telefônico para um empresário, porque quando Fábio encaminhou uma mensagem de aplicativo WhatsApp para ela, referida servidora não questionou ao requerente se Fábio era a pessoa por ele supostamente indicada?

59. Ponto importante também, trazido pelo investigado Helton Zeferino em seu depoimento no dia 09.06.2020, é que a empresa Veigamed somente adentrou na participação da aquisição dos respiradores na data de 26 ou 27 de março. Ora, como poderia o requerente indicar o investigado Fabio Guasti, da Veigamed, em 22.03.2020, se a empresa até o dia 26 ou 27 sequer participava da aquisição objeto da presente Comissão Parlamentar de Inquérito?

60. Por outro lado, importante frisar que o requerente nunca escondeu que conhecia Leandro Barros do município de Biguaçu/SC. Douglas Borba atuou no Legislativo municipal como vereador enquanto Leandro Barros foi Secretário municipal. A informação de que ambos são do mesmo partido, não reflete a realidade.

61. No que tange a agenda do requerente, apresentada por Vossa Excelência no telão, por ocasião da acareação, em todo o período em que o requerente foi Secretário de Estado, aproximadamente 1 (um) ano e 3 (três) meses, se

31



observa uma única ocasião (10.10.2019) em que o investigado Leandro Barros teve agenda com o então Secretário da Casa Civil.

62. Outra situação indicada (22.10.2019), estava acompanhado do investigado Helton Zeferino, ex-Secretário de Estado da Saúde, conforme o próprio asseverou perante Vossas Excelências. Analisando a agenda da Casa Civil, poderá se observar que o requerente deve ter tido mais de um mil compromissos em todo esse período. Data vênla, dois encontros em um período de aproximadamente 450 (quatrocentos e cinquenta dias, não se pode deduzir que exista "laços de amizade íntima" entre Douglas e Leandro.

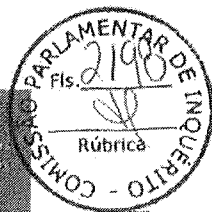
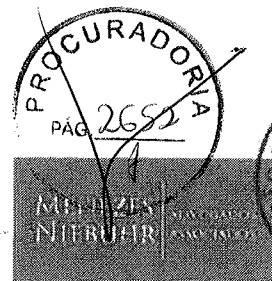
63. Quanto a ficha funcional da Sr^a. Ina Adriano de Barros, também questionado por Vossas Excelências ao requerente, informa-se que a servidora é funcionária efetiva do Estado há quase 40 (quarenta anos), exercendo seu cargo na antiga Secretaria de Estado da Comunicação. Em razão da Lei Complementar nº. 741/2019 - Dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências, referida Secretaria passou a integrar a estrutura organizacional da Casa Civil conforme artigo 5º, inciso I, alínea "d" item 3.

64. No que diz respeito a referida servidora, esta ocupou diferentes funções de confiança ao longo do período na antiga Secretaria de Estado da Comunicação e quando da sua incorporação à Secretaria da Casa Civil, manteve a ocupar igualmente uma função gratificada. Todos os servidores efetivos remanescentes do antigo Governo ao permanecerem no atual, em razão da reforma administrativa (LC 741/19), ficaram como indicação do Chefe da Casa Civil.

65. De outra banda, quanto ao prospecto encaminhado pelo requerente e, posteriormente pelo investigado Fabio Guasti, o primeiro fato a ser reforçado é que o requerente não tem qualquer relação, conhecimento ou contato com o investigado Fábio Guasti. Absolutamente nada. Segundo, analisando os prospectos encaminhados, temos que não tratam daqueles respiradores adquiridos pelo Estado, tampouco estas máquinas do prospecto atendiam as exigências e especificações da Secretaria de Estado da Saúde.

66. Importante rememorar, que no depoimento prestado pela investigada Márcia Pauli perante o GAECO, em 29.04.2020, ela esclarece que o suposto fornecedor indicado pelo requerente:

32



"[...] Já de cara apresenta modelo estacionário do mesmo modelo que a intelbras conseguiu a produção, que era o VG70, C35, esse VG70 reforço estacionário. (20min22seg.)

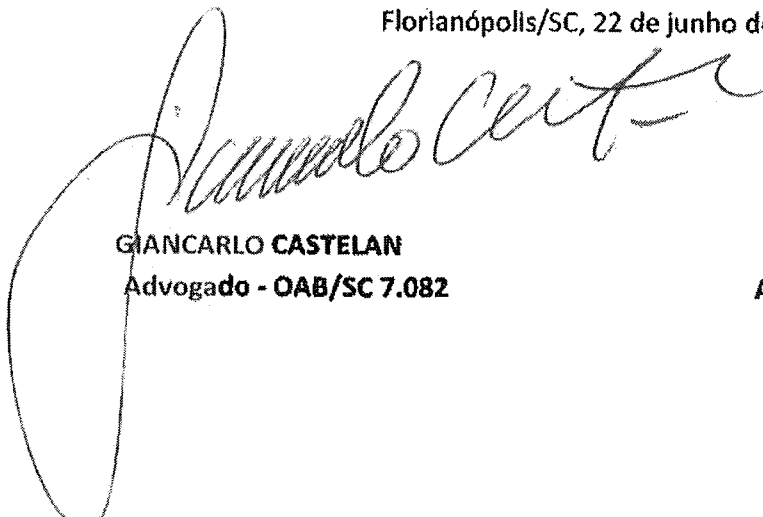
67. Ao que parece não estamos falando da mesma pessoa (empresário), pois a proposta encaminhada por Fábio Guasti, em 22 de março, não diz respeito aos equipamentos VG70 ou C35. O prospecto encaminhado por Fábio Guasti no celular da servidora em 22.03.2020, não retrata o mesmo aparelho pulmonar informado por ela em seu depoimento. Conforme explicitado acima, o modelo encaminhado era da VENT-LOGOS S 21 e não o VG 70 ou C35.

68. Por fim, o requerente deixou claro perante essa r. Comissão que é responsável pelas licitações da sua antiga pasta, não podendo ser responsabilizado por outra Secretaria de Estado. Data máxima vênha, cada Secretário de Estado é responsável pela sua pasta, além de não existir hierarquia entre eles. Não há que se falar em ascendência de um Secretário com os demais.

69. Desse modo, pelas mensagens de celular anexadas a presente petição, leva-se a conhecimento de Vossas Excelências, agora de forma detalhada e documental, a comprovação de que o requerente não teve qualquer participação na aquisição dos respiradores adquiridos pela Secretaria de Estado da Saúde, muito menos no que tange ao pagamento antecipado.

Pede deferimento.

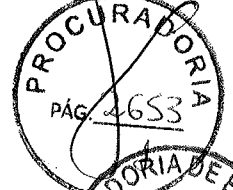
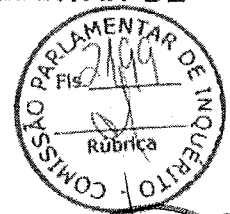
Florianópolis/SC, 22 de junho de 2020.


GIANCARLO CASTELAN
Advogado - OAB/SC 7.082


PAULO CÉSAR SCHMITT
Advogado - OAB/SC 25.638



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DOS RESPIRADORES.**

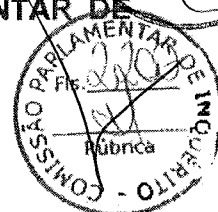
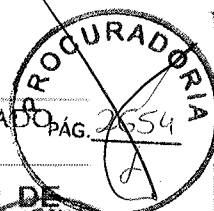


REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, na condição de Relator e com amparo regimental, **REQUER** diligenciamento ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, a fim de efetivar a requisição de um servidor daquele órgão, para auxiliar nos trabalhos desta Comissão.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2020.

Deputado Ivan Naatz
Relator



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DOS RESPIRADORES.

REQUERIMENTO

O Deputado que este subscreve, na condição de Relator e com amparo no art. 157, IV do Regimento Interno, **REQUER** a convocação do Sr. Jorge Eduardo Tasca, Secretário de Estado da Administração, na qualidade de testemunha, para prestar esclarecimentos na reunião do dia 07/07/2020 a partir das 17h.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2020.

Deputado Ivan Naatz

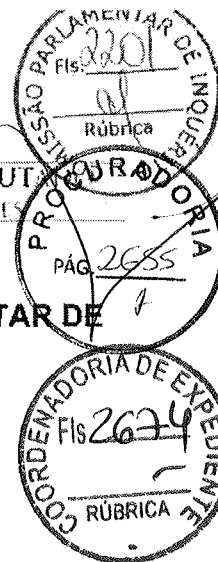
Relator

30/06/2020 14:16 INQ/18 (JES) CDR. MS. CENISES



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO DEPUTADO
KENNEDY NUNES



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

REQUERIMENTO

Os Deputados que subscrevem, com amparo no Regimento Interno requerem que:

Requeiro a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que faça a Convocação do Senhor Cícero Alessandro T. Barbosa, Corregedor Geral do Estado de Santa Catarina, para esclarecer sobre a atuação da Controladoria Geral do Estado no processo da compra dos Respiradores.

Sala das reuniões,

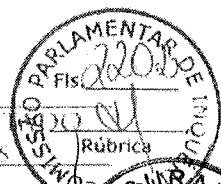
Deputado Kennedy Nunes

24/06/2020 16:12 (00017) DEPT. GERAL DE COMISS. P.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO DEPUTADO
KENNEDY NUNES



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

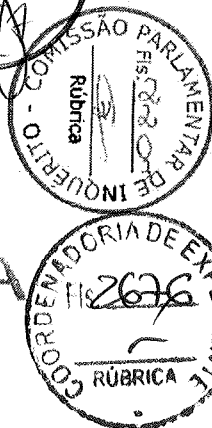
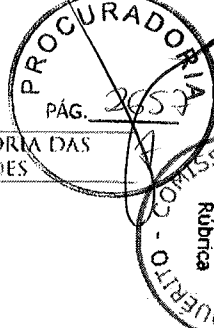
REQUERIMENTO

Os Deputados que subscrevem, com amparo no Regimento Interno requerem que:

Requeiro a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que faça a Convocação do Senhor **Clovis Renato Squio**, Auditor responsável pelo Relatório que apura a atuação da Controladoria Geral do Estado de Santa Catarina, durante o processo de aquisição dos respiradores.

Sala das reuniões,

Deputado Kennedy Nunes



CÓPIA

Florianópolis, 01 de julho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Felipe Estevão
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

CONVOCAÇÃO

Nos termos do art. 156 do Regimento Interno convoco Vossa Excelência para reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser realizada no dia 02 de julho de 2020, às 10 horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros e por videoconferência, para tratar da seguinte pauta:

I. Expediente:

- a) Sinopse da correspondência e outros documentos recebidos:
 - Ofício SEA nº2114/2020, da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando cópia do histórico de logs, em resposta ao Ofício 080/2020/CPI;
 - Ofício 610/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando, os esclarecimentos apresentados por meio da CI n. 360-2020, da Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica (GETIN) e também os logs de acesso na íntegra;(As cópias dos ofícios supramencionados serão enviadas por email e whatsapp)

II. Ordem do dia:

- a) Oitiva da senhora Simone de Souza Becker.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Deputado
01/07



Florianópolis, 01 de julho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Valdir Cobalchini
Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito



CONVOCAÇÃO

Nos termos do art. 156 do Regimento Interno convoco Vossa Excelência para reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser realizada no dia 02 de julho de 2020, às 10 horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros e por videoconferência, para tratar da seguinte pauta:

I. Expediente:

- a) Sinopse da correspondência e outros documentos recebidos:
- Ofício SEA nº2114/2020, da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando cópia do histórico de logins, em resposta ao Ofício 080/2020/CPI;
 - Ofício 610/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando, os esclarecimentos apresentados por meio da CI n. 360-2020, da Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica (GETIN) e também os logs de acesso na íntegra;

Informamos que cópias dos ofícios supramencionados serão enviadas por email.

II. Ordem do dia:

- a) Oitiva da senhora Simone de Souza Becker.

Atenciosamente,

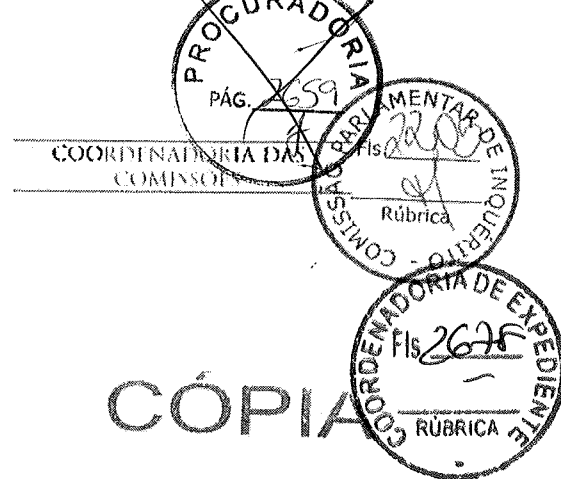
Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Recebido em
01/07



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 01 de julho de 2020.



Excelentíssimo Senhor
Deputado João Amin
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

CONVOCAÇÃO

Nos termos do art. 156 do Regimento Interno convoco Vossa Excelência para reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser realizada no dia 02 de julho de 2020, às 10 horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros e por videoconferência, para tratar da seguinte pauta:

I. Expediente:

- a) Sinopse da correspondência e outros documentos recebidos:
 - Ofício SEA nº2114/2020, da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando cópia do histórico de logins, em resposta ao Ofício 080/2020/CPI;
 - Ofício 610/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando, os esclarecimentos apresentados por meio da CI n. 360-2020, da Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica (GETIN) e também os logs de acesso na íntegra;(As cópias dos ofícios supramencionados serão enviadas por email e whatsapp)

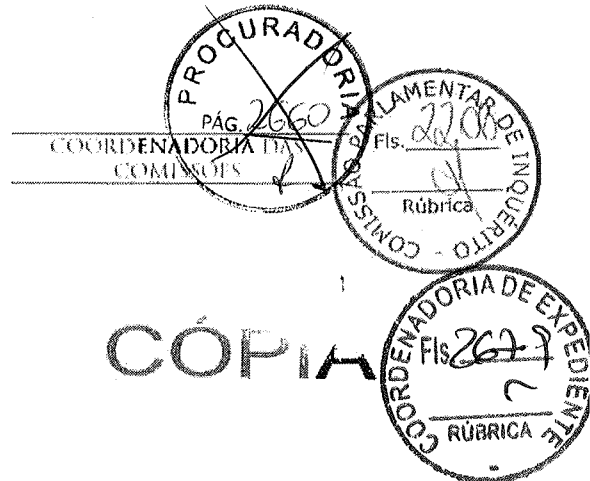
II. Ordem do dia:

- a) Oitiva da senhora Simone de Souza Becker.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

SALEA 01/07/2020.
Gabinete Dep. JOÃO AMIN
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde
Rua Doutor Jorge Luz Fontes, 310 - Gab: 105
Centro - CEP 88020-900 - Florianópolis - SC
Fone: (48) 3221-2145 - deputadojoaoamin@al.sc.gov.br



Florianópolis, 01 de julho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Milton Hobus
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

CONVOCAÇÃO

Nos termos do art. 156 do Regimento Interno convoco Vossa Excelência para reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser realizada no dia 02 de julho de 2020, às 10 horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros e por videoconferência, para tratar da seguinte pauta:

I. Expediente:

- a) Sinopse da correspondência e outros documentos recebidos:
 - Ofício SEA nº2114/2020, da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando cópia do histórico de logins, em resposta ao Ofício 080/2020/CPI.
 - Ofício 610/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando, os esclarecimentos apresentados por meio da CI n. 360-2020, da Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica (GETIN) e também os logs de acesso na íntegra;
(As cópias dos ofícios supramencionados serão enviadas por email e whatsapp)

II. Ordem do dia:

- a) Oitiva da senhora Simone de Souza Becker.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

RECEBIDO
01/07/2020
Simone
Josiane Montibello
Matrícula nº. 7057



Florianópolis, 01 de julho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Moacir Sopelsa
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito



CONVOCAÇÃO

Nos termos do art. 156 do Regimento Interno convoco Vossa Excelência para reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser realizada no dia 02 de julho de 2020, às 10 horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros e por videoconferência, para tratar da seguinte pauta:

I. Expediente:

- a) Sinopse da correspondência e outros documentos recebidos:
 - Ofício SEA nº2114/2020, da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando cópia do histórico de logins, em resposta ao Ofício 080/2020/CPI;
 - Ofício 610/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando, os esclarecimentos apresentados por meio da CI n. 360-2020, da Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica (GETIN) e também os logs de acesso na íntegra;(As cópias dos ofícios supramencionados serão enviadas por email e whatsapp)

II. Ordem do dia:

- a) Oitiva da senhora Simone de Souza Becker.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

RECIBO 6
04/02
[Handwritten signature]
Simone de Souza Becker
Mol 4/6/20



Florianópolis, 01 de julho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Fabiano da Luz
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

CÓPIA



CONVOCAÇÃO

Nos termos do art. 156 do Regimento Interno convoco Vossa Excelência para reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser realizada no dia 02 de julho de 2020, às 10 horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros e por videoconferência, para tratar da seguinte pauta:

I. Expediente:

- a) Sinopse da correspondência e outros documentos recebidos:
 - Ofício SEA nº2114/2020, da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando cópia do histórico de logins, em resposta ao Ofício 080/2020/CPI;
 - Ofício 610/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando, os esclarecimentos apresentados por meio da CI n. 360-2020, da Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica (GETIN) e também os logs de acesso na íntegra;(As cópias dos ofícios supramencionados serão enviadas por email e whatsapp)

II. Ordem do dia:

- a) Oitiva da senhora Simone de Souza Becker.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

01/07/2020
Simone de Souza Becker

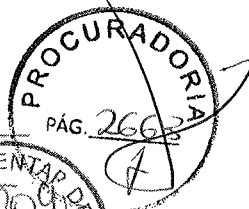


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Florianópolis, 01 de julho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Kennedy Nunes
Membro da Comissão Parlamentar de Inquérito

COORDENADORIA DA
COMISSÃO



CÓPIA

CONVOCAÇÃO

Nos termos do art. 156 do Regimento Interno convoco Vossa Excelência para reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser realizada no dia 02 de julho de 2020, às 10 horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros e por videoconferência, para tratar da seguinte pauta:

I. Expediente:

- a) Sinopse da correspondência e outros documentos recebidos:
 - Ofício SEA nº2114/2020, da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando cópia do histórico de logins, em resposta ao Ofício 080/2020/CPI;
 - Ofício 610/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando, os esclarecimentos apresentados por meio da CI n. 360-2020, da Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica (GETIN) e também os logs de acesso na íntegra;
(As cópias dos ofícios supramencionados serão enviadas por email e whatsapp)

II. Ordem do dia:

- a) Oitiva da senhora Simone de Souza Becker.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA SANTA CATARINA
GABINETE DEPUTADO KENNEDY NUNES
RECEBIDO EM 01/07/2020
Secretário(a) Parlamentar



Florianópolis, 01 de julho de 2020.

Excelentíssimo Senhor
Deputado Ivan Naatz
Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito

CÓPIA

CONVOCAÇÃO

Nos termos do art. 156 do Regimento Interno convoco Vossa Excelência para reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, a ser realizada no dia 02 de julho de 2020, às 10 horas, no Auditório Deputada Antonieta de Barros e por videoconferência, para tratar da seguinte pauta:

I. Expediente:

- a) Sinopse da correspondência e outros documentos recebidos:
 - Ofício SEA nº2114/2020, da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando cópia do histórico de logins, em resposta ao Ofício 080/2020/CPI;
 - Ofício 610/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando, os esclarecimentos apresentados por meio da CI n. 360-2020, da Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica (GETIN) e também os logs de acesso na íntegra;
(As cópias dos ofícios supramencionados serão enviadas por email e whatsapp)

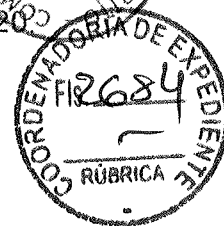
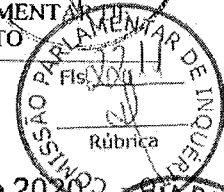
II. Ordem do dia:

- a) Oitiva da senhora Simone de Souza Becker.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

Rafael Brank
Recebido
01/07/20
15h31m



Ofício nº 098/2020/CPI

Florianópolis, 25 de junho de 2020

À Senhora

SIMONE DE SOUZA BECKER

Controladora Geral-Adjunta do Estado de Santa Catarina

Rodovia José Carlos Daux, 5500, SC 401 Square Corporate - Torre Campeche B, 3º andar, SALA 323 – Saco Grande
Florianópolis – SC

Prezada Senhora,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), com fulcro no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **CONVOCO** Vossa Senhoria, na qualidade de testemunha, para prestar informações quanto ao assunto acima citado.

Informamos que sua oitiva será no dia **02 de julho de 2020**, às **10 horas**, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, Palácio Barriga Verde, sede da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis - Santa Catarina.

Informamos que Vossa Senhoria poderá, por ocasião do seu depoimento, entregar quaisquer documentos, informações, demonstrativos ou relatórios escritos relacionados ao objeto de que tenha conhecimento e queira fazer chegar à Comissão investigadora.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

*Recebi em 25/06/20
12:50h*



Gerencia de CPI Alesc <gerenciadecpi.alese@gmail.com>

**Convocação Sr. Cauê Lopes Martins**

1 mensagem

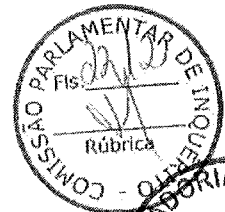
Gerencia de CPI Alesc <gerenciadecpi.alese@gmail.com>

29 de junho de 2020 18:42

Para: caue.martins@bratrading.com.br

Senhor,

Encaminhamos anexo Ofício nº 099/2020/CPI que trata da sua convocação para prestar depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito no próximo dia 02/07/2020 às 10 horas.
Solicitamos acusar recebimento.



Atenciosamente,

Luciana Garcia Winck

Gerente de Comissão Parlamentar de Inquérito

Coordenadoria das Comissões

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

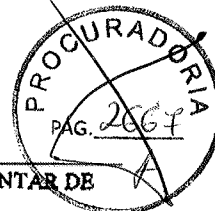
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - Centro

88020-900 - Florianópolis - SC

Fone: 48 3221-2610



099 2020 - Convocação de Testemunha _ Cauê Lopes Martins.pdf
54K



Ofício nº 099/2020/CPI

Florianópolis, 25 de junho de 2020

Senhor
CAUÊ LOPES MARTINS
Rua Mariana Correia, nº243, Jardim Paulistano.
São Paulo/SP



Prezada Senhor,

Na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 011-DL, de 2020, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apurar fato determinado consistente na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, pela Secretaria de Estado da Saúde, resultando na contratação da VEIGAMED Material Médico e Hospitalar Eireli, tendo por objeto a aquisição de 200 respiradores pulmonares, ao custo total de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), com fulcro no artigo 155, inciso II, combinado com o artigo 156, inciso IV, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, CONVOCO Vossa Senhoria, na qualidade de testemunha, para prestar informações quanto ao assunto acima citado.

Informamos que sua oitiva será no dia **02 de julho de 2020, às 10 horas**, no Auditório Deputada Antonieta de Barros, Palácio Barriga Verde, sede da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na Rua Doutor Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis - Santa Catarina. Em caso de impossibilidade de comparecimento, solicito que se manifeste com 24h de antecedência.

Informamos que Vossa Senhoria poderá, por ocasião do seu depoimento, entregar quaisquer documentos, informações, demonstrativos ou relatórios escritos relacionados ao objeto de que tenha conhecimento e queira fazer chegar à Comissão investigadora.

Atenciosamente,

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito

13:16

< 29

Caue Testemunha CPI

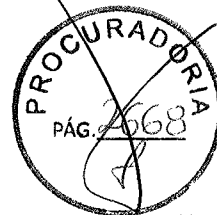
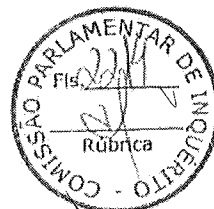


quinta-feira

As mensagens e ligações desta conversa estão protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Toque para mais informações.

Bom dia, Sr. Caue Lopes Martins!
Em nome da Gerência da Comissão Parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, peço ao senhor que informe o seu e-mail para que possamos entrar em contato formalmente.

Atenciosamente,
Patricia Kopp



16:59



< 33 Caue Testemunha CPI



quinta-feira

As mensagens e ligações desta conversa estão protegidas com a criptografia de ponta a ponta. Toque para mais informações.

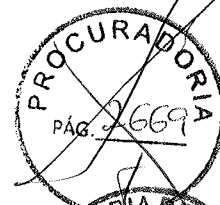
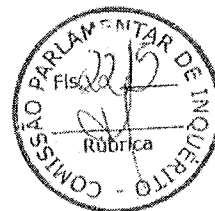
Bom dia, Sr. Caue Lopes Martins!
Em nome da Gerência da Comissão Parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, peço ao senhor que informe o seu e-mail para que possamos entrar em contato formalmente.

Atenciosamente,
Patricia Kopp

Ontem

Boa tarde!

Sr. Caue Lopes Martins!
Em nome da Gerência da Comissão Parlamentar de inquérito da Assembleia Legislativa de SC, você poderia confirmar o recebimento do e-mail ?
Atenciosamente,



17:00



< 34



Rafael Test. Cpi



Convocação para todos no mesmo horário. Peço para aguardar, caso contrário, será convocado para prestar depoimento pessoalmente.

Patrícia

Pode remarcar

Ok!

Ontem

Boa tarde, Sr. Rafael
Você poderia nos fornecer o contato do
Sr. Caue Lopes Martins?
Obrigada



Cauê Martins

Mensagem

Salvar contato

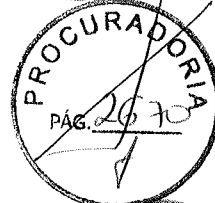
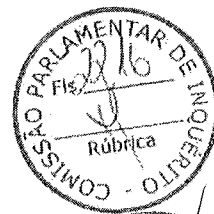
Obrigada

Se for possível fornecer o e-mail tbm?

caue.martins@bratrading.com.br

Obrigada!!

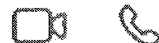
Sempre às ordens



14:43



< 38 Caue Testemunha CPI



Bom dia, Sr. Caue Lopes Martins!
Em nome da Gerência da Comissão
Parlamentar de inquérito da Assembleia
Legislativa do Estado de Santa Catarina,
peço ao senhor que informe o seu e-mail
para que possamos entrar em contato
formalmente.

Atenciosamente,
Patricia Kopp

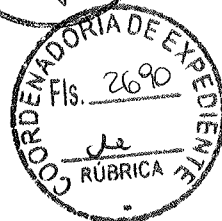
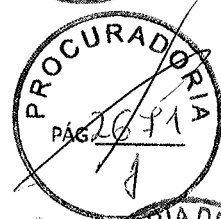
segunda-feira

Boa tarde!

Sr. Caue Lopes Martins!
Em nome da Gerência da Comissão
Parlamentar de inquérito da Assembleia
Legislativa de SC, você poderia
confirmar o recebimento do e-mail ?
Atenciosamente,

Hoje

Bom dia, Cauê!
A fim de evitar uma intimação pessoal,
gostaria de saber de sua agenda para
uma oitiva por videoconferência, para
amanhã 02 de julho, as 10h. Caso
negativo, haverá necessidade de
diligência, tanto nas suas empresas
como sua casa, para coleta de
assinatura (contrafé de recebimento).
Atenciosamente.





LISTA DE PRESENÇA

13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 5 DE MAIO DE 2020,
PARA APURAR FATO DETERMINADO CONSISTENTE NA INVESTIGAÇÃO DE
ATOS ILÍCITOS RELACIONADOS À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020,
REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2020, NO AUDITÓRIO DEPUTADA
ANTONIETA DE BARROS E POR VÍDEOCONFERÊNCIA.

DEPUTADO SARGENTO LIMA

Presidente

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI

Vice-Presidente

DEPUTADO IVAN NAATZ

Relator

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO

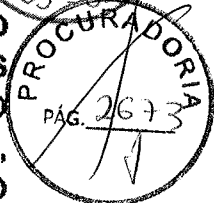
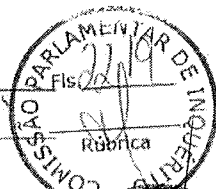
DEPUTADO JOÃO AMIN

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADO MILTON HOBUS

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

Videokonferência



A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA ÀS 10 HORAS DO DIA 02 DE JULHO DE 2020, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS E POR MEIO VIRTUAL, COM A SEGUINTE PAUTA:

I. Expediente:

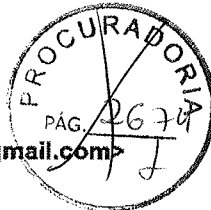
- a) Sinopse da correspondência e outros documentos recebidos:
 - Ofício SEA nº2114/2020, da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando cópia do histórico de logins, em resposta ao Ofício 080/2020/CPI;
 - Ofício 610/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando, os esclarecimentos apresentados por meio da CI n. 360-2020, da Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica (GETIN) e também os logs de acesso na íntegra;
 - Esclarecimentos enviados pelo Sr. Luiz Felipe Ferreira a cerca da sua participação e da Controladoria-Geral no processo de compra dos respiradores.
(As cópias dos documentos supramencionados foram enviadas por email e whatsapp)

II. Ordem do dia:

- a) Oitiva da senhora Simone de Souza Becker.



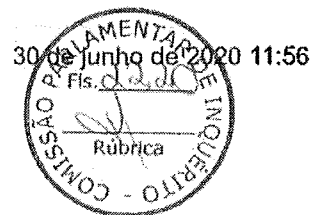
Gerencia de CPI Alesc <gerenciadecpi.alese@gmail.com>

**Resposta Secretaria de Estado da Administração ao Ofício 080-2020-CPI**

1 mensagem

GABINETE DO SECRETARIO <gabs@sea.sc.gov.br>

Para: gerenciadecpi.alese@gmail.com



Senhor Sargento Lima
Deputado Estadual
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

De ordem do Sr. Secretário de Estado da Administração, Jorge Eduardo Tasca, seguem anexos Ofício SEA nº 2114/2020 e histórico de acesso, em resposta ao Ofício 080/2020/CPI.

Solicitamos a gentileza acusar recebimento.



Respeitosamente,

Sandra Almeida Cordeiro Pires
Assessora do Secretário
Secretaria de Estado da Administração

2 anexos

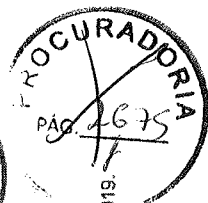
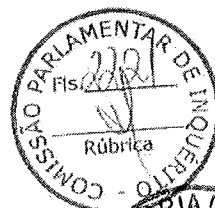
Ofício SEA 2114.PDF
71K

Histórico de acesso.PDF
273K

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

Ofício nº 2114/DITI/2020

Florianópolis, 29 de Junho de 2020



Senhor Deputado,

Atendendo ao requerido no ofício 080/CPI/2020, de 17 de junho de 2020, informamos que de acordo com o apurado pela Diretoria de Tecnologia e Inovação da Secretaria de Administração, responsável pela gestão do Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPe, não é possível apurar de qual número IP (computador/notebook/smartphone) foram efetuadas as assinaturas citadas.

Esclarecemos que informações sobre o número IP são guardadas nas operações de login do sistema, identificando de qual dispositivo o usuário fez sua entrada. Já as assinaturas contêm no seu próprio conteúdo, requisitos de segurança suficientes para garantir sua autenticidade, sua integridade e seu não repúdio (atributo que afasta a hipótese de negação de autoria).

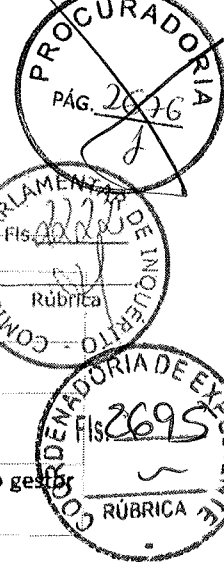
Pelos motivos apontados acima, relacionados as práticas reconhecidas sobre segurança da informação, não guardamos o IP do evento de assinatura, mas podemos apresentar o histórico de logins do responsável pelas assinaturas, fornecidos pela empresa prestadora de serviços que mantém o SGPe. Eventual cruzamento entre o momento exato do login e ainda do dispositivo utilizado, com o momento exato da assinatura deve trazer mais subsídios sobre os fatos que estão sendo apurados.

Sendo assim, para constar, anexamos o histórico relatado.

Atenciosamente.

Jorge Eduardo Tasca
Secretário de Estado da Administração
(assinado digitalmente)

Ao Senhor
Sargento Lima
Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito
Assembleia Legislativa de Santa Catarina
Florianópolis/SC

CE – Comunicação Externa

De:	Erika Fraccaroli Gestora de Contas
Para:	Secretaria de Estado da Administração – Santa Catarina
A/C:	Félix Fernando da Silva Diretor de Tecnologia e Inovação
Assunto:	Contrato nº 001/2020: Resposta ao chamado 356483 conforme solicitação por e-mail do gestor do contrato

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o cordialmente, faço referência ao Contrato Emergencial nº 001/2020, firmado entre a Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina (SEA/SC) e a empresa Softplan. Considerando o e-mail encaminhado por esta Diretoria, conforme **Anexo I**, encaminhamos resposta referente ao retorno oficial do chamado 356483.

Cumprindo os processos iniciais previstos no contrato em epígrafe, e com respaldo no Termo de Referência que embasa a contratação, as partes elaboraram, a quatro mãos, no início da execução do contrato, Plano de Trabalho. Neste plano, entre outras questões, resta formalizado, especificamente no item 3 (Ferramenta para Controle de Chamados), que a contratada deverá fornecer, durante a vigência contratual, ferramenta para atendimento das demandas solicitadas pela SEA/SC, sendo, neste caso, o Portal de Atendimento SCCD disponível no endereço <https://atendimentoungp.softplan.com.br/sccdlogin/>.

Conforme procedimento estabelecido, o chamado em questão foi cadastrado pela SEA/SC e respondido pela Softplan nesta ferramenta, de igual forma como é com todos os demais chamados realizados pelo órgão. Portanto, as informações solicitadas e apresentadas nesta comunicação foram coletadas do referido Portal de Atendimento SCCD, conforme consta no **Anexo II** desta comunicação, de maneira detalhada, podendo ser verificadas pelos usuários credenciados na ferramenta.

Contudo, de forma resumida, esclarecemos que o SGPe registra a informação do IP da máquina usada para acessar o sistema apenas no momento de acesso ao sistema. Estando o usuário logado, com credenciadas (usuário e senha) validadas, para as demais ações auditadas, como abertura, alteração, tramitação e adição de documentos ao processo, o campo identificador de quem realizou a ação é o login (usuário) do sistema.

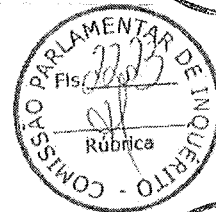
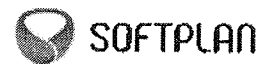
Sendo o que se apresenta para o momento, renovamos votos de elevada estima e consideração, e reafirmamos nosso compromisso com a melhoria contínua dos serviços prestados ao Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

Erika Fraccaroli
Gestora de Contas
Unidade de Gestão Pública

Florianópolis, 25 de junho de 2020.

CE – Comunicação Externa



ANEXO I – Solicitação de resposta formal ao chamado 356483

De: felix@sea.sc.gov.br <felix@sea.sc.gov.br>

Enviada em: quarta-feira, 24 de junho de 2020 17:26

Para: Erika Fraccaroli <erika.fraccaroli@softplan.com.br>; Fernando Naim Schmitz <fernando.schmitz@softplan.com.br>

Assunto: ENC: Resposta da Salt 356483

Caros da Softplan,

Por gentileza responder oficialmente.

Aguardo.

Félix Fernando da Silva
Diretor de Tecnologia e Inovação
Secretaria de Estado da Administração de SC
48-99107.2869

De: Gisela Fonseca <seasgpe@gmail.com>

Enviada em: quarta-feira, 24 de junho de 2020 12:15

Para: felix@sea.sc.gov.br

Assunto: Resposta da Salt 356483

Prezado Felix,

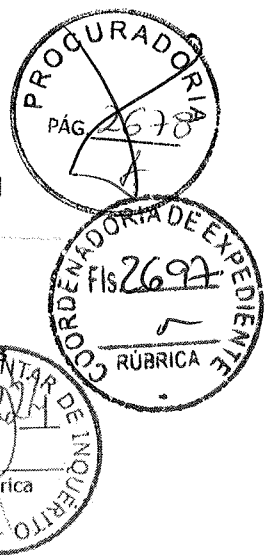
Segue, em anexo, resposta da Softplan para a Salt 356483 sobre o processo SEA 6136/2020 do ofício da ALESC e o print do chamado conforme sua solicitação.

Atenciosamente,

Gisela de Souza Fonseca

Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGP-e

0800 648 1500 - sgpesuporte@sea.sc.gov.br

**ANEXO II – Informações apuradas no Portal de Atendimento SCCD referentes ao chamado 356483****1) Resumo de informações sobre o chamado****Número: 356483****Descrição Imputada pela SEA/SC:**

Prezados, preciso de relatório de auditoria exatamente que estão pedindo no processo SEA 6136/2020 para repassar a ALESC:

"1.realização de perícia no Processo SES 39977/2020, constantes no Sistema SGP, bem como, para que seja elucidado qual(is) IP(s) (computador/notebook) foi (RAM) utilizado(s) para a assinatura de todas as páginas constantes no referido processo" ..

Complemento da solicitação informado no campo Observação, imputado pela SEA/SC:

- Peça: Comunicação Interna - Página 0002 - assinatura MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI data da assinatura 20/03/2020 usuária 59164786900

- Peça: Nota Fiscal - Página 0003 - assinatura MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI data da assinatura 01/04/2020 usuária 59164786900

Detalhes da Solução – Campo Resolução (Informado pela Softplan):

Conforme dito no chamado [356207] Auditoria de log - SES, não gravamos a informação do IP em que foi realizada a assinatura do documento. A autoria da assinatura já é representada pelo usuário presente no documento.

O SGP-e só registra IP na realização do login do usuário*.

**OBS.: de acordo com os requisitos atuais do sistema, o IP é registrado apenas no login.*

2) Conteúdo do arquivo anexo ao chamado contendo complemento da solução:

Prezados, preciso de relatório de auditoria exatamente que estão pedindo no processo SEA 6136/2020 para repassar a ALESC:

"1.realização de perícia no Processo SES 39977/2020, constantes no Sistema SGP, bem como, para que seja elucidado qual(is) IP(s) (computador/notebook) foi (RAM) utilizado(s) para a assinatura de todas as páginas constantes no referido processo" ..

- Peça: Comunicação Interna - Página 0002 - assinatura MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI data da assinatura 20/03/2020 usuária 59164786900

- Peça: Nota Fiscal - Página 0003 - assinatura MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI data da assinatura 01/04/2020 usuária 59164786900

CE – Comunicação Externa



SOFTPLAN

Resposta:

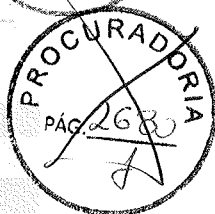
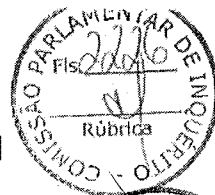
Não gravamos a informação do IP em que foi realizada a assinatura do documento.

Guardamos somente os dados do usuário que efetuou a assinatura. Que pode ser visualizado no próprio sistema na "tarja de assinatura".

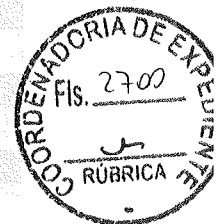
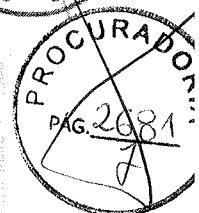
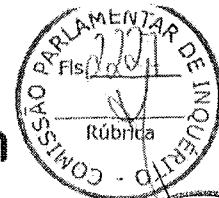
O SGP-e só registra o IP na realização do login do usuário. Com isso, seguem os registros de login no SGP-e do CPF 59164786900 no período de 15/03/2020 à 15/04/2020:

CPF	IP	HOST	DATA E HORA
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-15 11:38:30.0
59164786900	10.51.41.159	10.51.41.159	2020-03-16 11:21:34.0
59164786900	10.51.41.62	10.51.41.62	2020-03-16 11:32:41.0
59164786900	172.20.21.62	172.20.21.62	2020-03-17 10:31:10.0
59164786900	172.20.21.62	172.20.21.62	2020-03-18 09:41:37.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-18 13:32:09.0
59164786900	172.20.21.62	172.20.21.62	2020-03-19 10:00:08.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-19 15:35:13.0
59164786900	172.20.21.62	172.20.21.62	2020-03-20 08:28:44.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-20 09:43:37.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-21 08:56:32.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-21 23:15:48.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-22 10:57:48.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-22 10:58:07.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-22 13:44:13.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-22 15:48:20.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-23 13:15:31.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-23 20:50:13.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-23 20:50:50.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-24 09:05:27.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-24 21:24:47.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-25 08:09:31.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-03-25 17:47:36.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-25 18:26:09.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-03-25 18:26:22.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-03-26 13:02:56.0
59164786900	191.245.69.106	191-245-69-106.3g.claro.net.br	2020-03-26 15:51:23.0
59164786900	191.245.69.106	191-245-69-106.3g.claro.net.br	2020-03-26 15:51:34.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-03-27 08:25:40.0
59164786900	10.51.41.104	10.51.41.104	2020-03-27 10:10:17.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-03-27 18:04:46.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-27 23:45:44.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-28 11:02:34.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-28 17:09:09.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-28 21:35:20.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-28 22:17:28.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-28 23:24:51.0

CE – Comunicação Externa



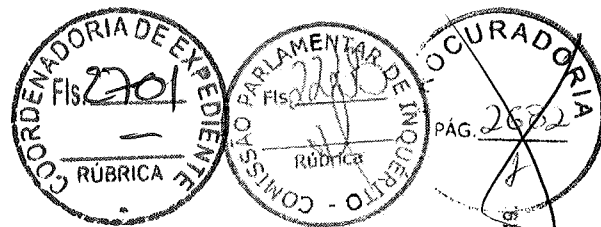
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-29 09:31:47.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-29 21:38:48.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-29 22:56:57.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-30 07:11:14.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-03-30 08:45:35.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-30 11:32:06.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-30 15:37:09.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-30 17:29:28.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-03-30 19:11:46.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-03-30 23:28:24.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-03-31 08:15:06.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-31 11:53:40.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-31 12:40:10.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-31 14:12:12.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-31 15:30:23.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-03-31 17:32:43.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-01 08:18:12.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-04-01 13:08:46.0
59164786900	191.245.93.111	191-245-93-111.3g.claro.net.br	2020-04-01 14:17:43.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-04-01 14:25:52.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-02 08:06:40.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-04-02 13:04:25.0
59164786900	10.51.41.104	10.51.41.104	2020-04-02 18:14:57.0
59164786900	10.51.41.104	10.51.41.104	2020-04-02 18:14:58.0
59164786900	10.51.41.104	10.51.41.104	2020-04-02 18:15:01.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-02 21:54:45.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-02 22:37:04.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-03 08:03:07.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-04-03 13:12:03.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-03 15:44:44.0
59164786900	10.51.41.77	10.51.41.77	2020-04-03 17:38:00.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-04 08:48:31.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-04 12:17:56.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-05 09:33:20.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-05 09:58:59.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-06 11:21:18.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-06 21:49:30.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-06 23:06:15.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-07 08:11:12.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-08 08:31:42.0
59164786900	10.51.41.104	10.51.41.104	2020-04-08 16:03:57.0
59164786900	10.51.41.180	10.51.41.180	2020-04-08 16:31:31.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-08 17:00:19.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-08 20:14:41.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-09 08:20:16.0

CE - Comunicação Externa

59164786900	10.51.35.164	10.51.35.164	2020-04-09 11:48:25.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-09 19:39:36.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-10 08:16:30.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-10 20:23:06.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-11 10:15:38.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-11 10:15:39.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-11 13:21:40.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-12 10:55:52.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-12 17:00:04.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-13 08:15:16.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-13 12:42:04.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-13 14:55:51.0
59164786900	191.191.90.166	191.191.90.166	2020-04-13 21:27:43.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-14 08:09:28.0
59164786900	10.51.35.17	10.51.35.17	2020-04-15 08:28:27.0



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE



Ofício nº 610/2020

Florianópolis, 23 de junho de 2020.

Senhor Deputado,

Em atenção ao ofício n. 082/2020/CPI (SES 77036/2020), mediante do qual requer o compartilhamento de informações referentes aos usuários logados no endereço de e-mail (gmail) da SGA e o IP da máquina em que foi efetuada a primeira alteração de senhas do referido endereço eletrônico, encaminhamos os esclarecimentos apresentados por meio da CI n. 360-2020, da Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica (GETIN).

Anexamos também os logs de acesso na íntegra, com todos os IPs de acesso ao SGPe, referente ao período 15 de março a 15 de abril de 2020.

Atenciosamente,

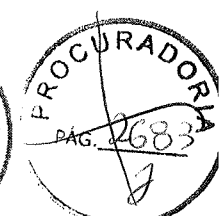
(assinado digitalmente)
André Motta Ribeiro
Secretário de Estado da Saúde

Excelentíssimo Senhor
SARGENTO LIMA
Deputado Estadual
Presidente da CPI
Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Florianópolis - SC

Red. GABS/DB

Rua Esteves Júnior, 160 – 7º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 3664-8847 / 3664 8848
e-mail: apoiogabs@saude.sc.gov.br

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGPe por ANDRÉ MOTTA RIBEIRO em 25/06/2020 às 18:00:35, conforme Decreto Estadual nº 39, de 21 de fevereiro de 2019. Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo SES 00077036/2020 e o código 10PW818G.



COMUNICAÇÃO INTERNA

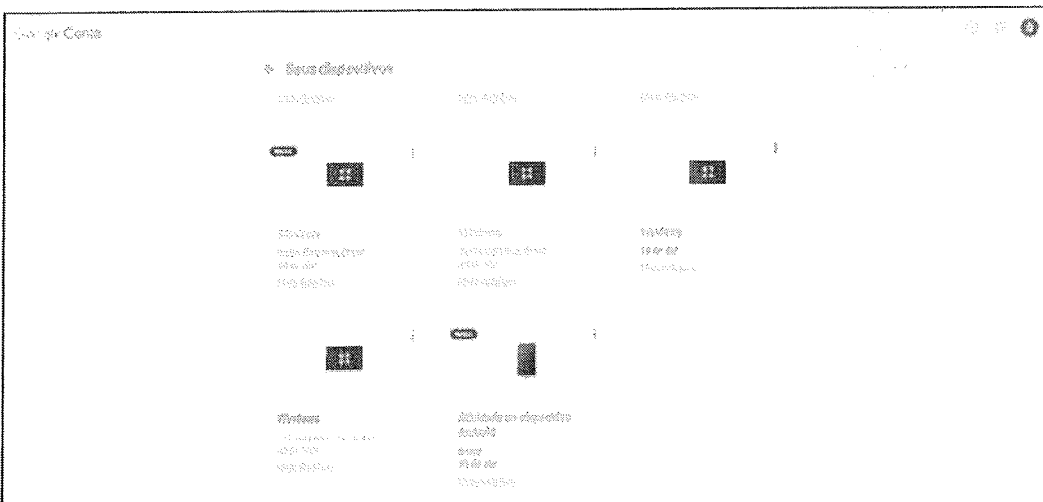
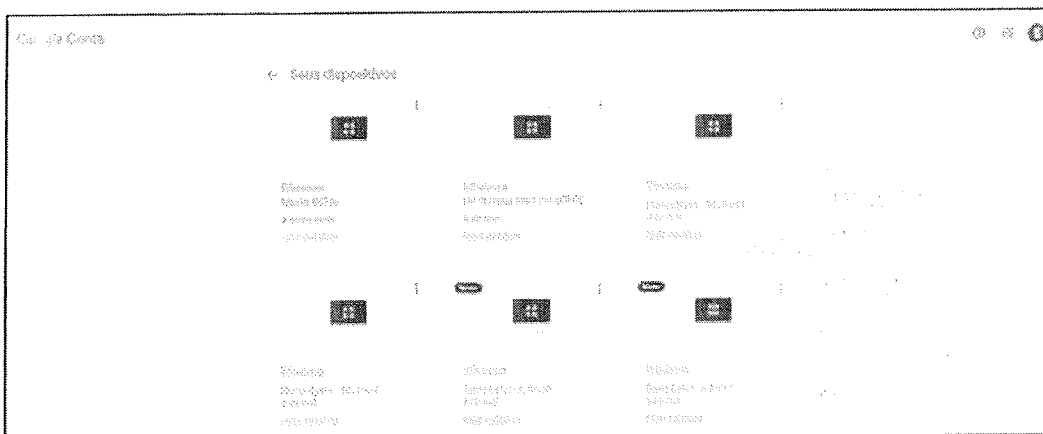
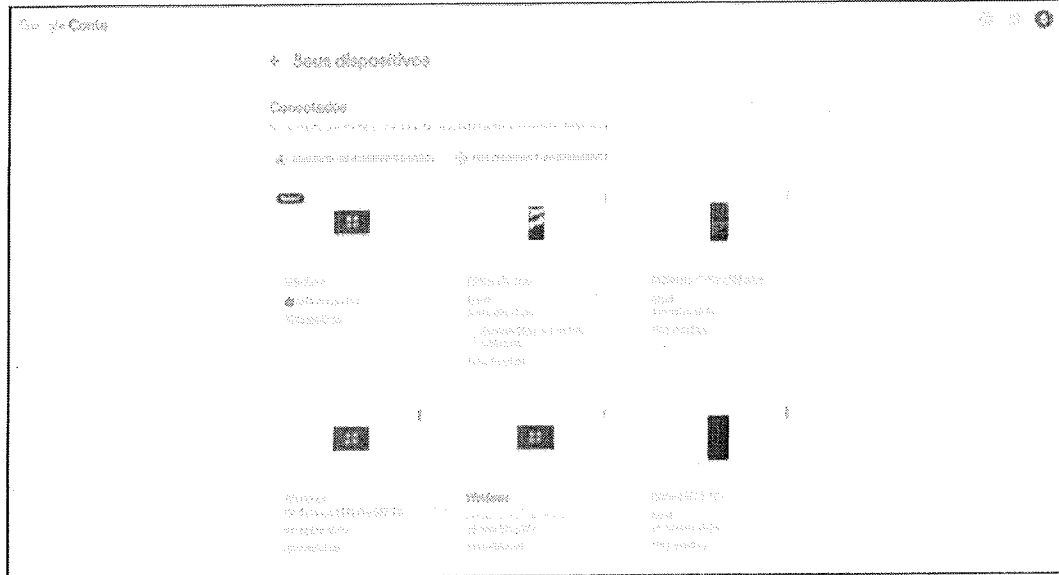
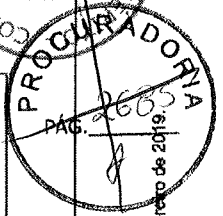
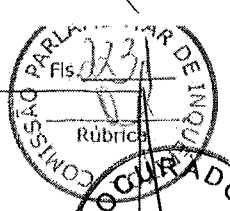
		N.º 360/2020
DE: Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica		DATA: 18/06/2020
PARA: Superintendência de Gestão Administrativa - SGA		
ASSUNTO: Informações CPI - ALESC		PSES 77036/2020
Em resposta ao Ofício 082/2020/CPI, encaminhado à GETIN - Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica, referente a realização de perícia na investigação de atos ilícitos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020 pela SES – Secretaria de Estado da Saúde resultando na contratação da empresa VEIGAMED, tendo por objeto a contratação de 200 (duzentos) respiradores ao custo total de R\$ 33 (trinta e três) milhões, temos a esclarecer que: Item a) usuários logados no endereço de e-mail da SGA (gmail) Informamos que a Gerência de Tecnologia da Informação e Governança da SES - GETIN não faz a gestão do GMAIL, em função de ser uma ferramenta gratuita fornecida pela GOOGLE e, portanto, esta gerência não possui acesso às contas e senhas dos usuários. Esclarecemos também, que a ferramenta de e-mail oficial/institucional utilizada pela SES, é fornecida pelo CIASC - Centro de Informática e Automação do Estado de SC, e possui o domínio @saude.sc.gov.br. Neste contexto, a GETIN, realiza apenas a criação de contas e senhas dos usuários da SES, enquanto que a gestão das contas é de competência do CIASC. É importante elucidar, que em virtude da capacidade de armazenamento do e-mail oficial ser de apenas 200Mb (podendo ser expandido no máximo até 2Gb), muitos servidores da SES, acabam vinculando suas contas oficiais em e-mails criados no GMAIL, que possui uma capacidade de armazenamento maior, evitando assim, a necessidade de exclusão de seus e-mails e consequentemente perda de informações importantes. Desta forma, os e-mails institucional (@saude) e o e-mail GOOGLE (@gmail) ficam sincronizados. Uma vez que não possuímos controle sobre GMAIL, NÃO há como identificar quais são os "USUÁRIOS LOGADOS" numa determinada conta de e-mail. Entretanto, de posse da senha do e-mail, pode-se identificar os DISPOSITIVOS (celular, computador, notebook) que estão realizando acesso ao e-mail. A partir do momento em que houve exoneração da servidora MARCIA REGINA GEREMIAS PAULI do cargo de Superintendente de Gestão Administrativa, houve manifestação da SGA quanto a "alteração de senha" e possível "exclusão de e-mails". A GETIN deu suporte para a recuperação das informações e como consequência identificou os respectivos DISPOSITIVOS conectados na conta "apoio.sga.ses@gmail.com", conforme segue abaixo relatado: • Em posse da nova senha, repassada pelos assistentes da SGA, foi acessado o GOOGLE CONTA, na opção SEGURANÇA onde apareceu "ATIVIDADES DE SEGURANÇA RECENTES", que mostrava a seguinte mensagem: "os alertas de segurança e as ações relacionadas à segurança que você tomou (por exemplo, alteração de senha ou adicionar opções de recuperação) nos últimos 28 dias".		



Nota-se que a atividade mais recente era de "ARQUIVAMENTO DE DADOS DO GOOGLE SOLICITADO" realizada no dia 03/05/2020 às 17:36hs, através de um dispositivo Windows (Computador), instalado no Campeche Central, Florianópolis – SC, Brasil (local aproximado) que utilizava o IP 191.191.90.166. Informamos que não há como a GETIN identificar a quem pertence o referido IP, por estar fora de rede de governo.

Identificou-se também que o e-mail "apoio.sga.se@gmail.com" estava conectado em 17 (dezessete) dispositivos diferentes, conforme as imagens disponibilizadas abaixo:

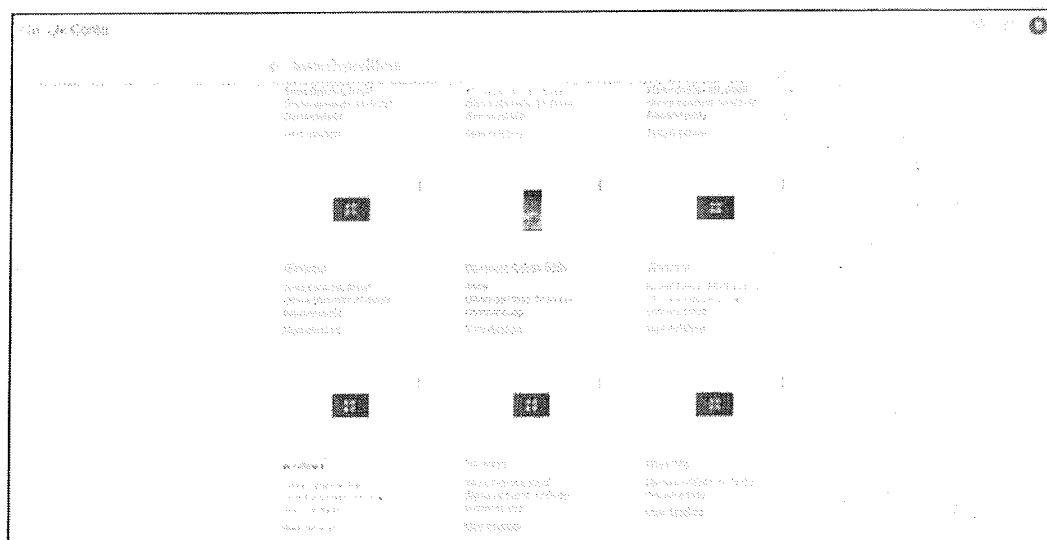
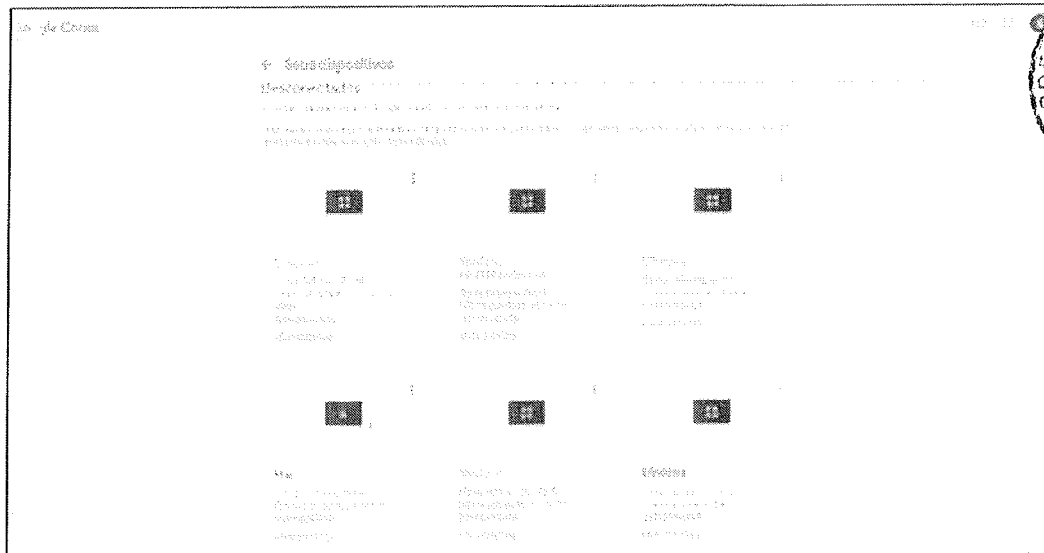


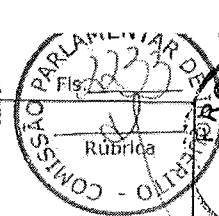


Rua Esteves Júnior, 390, 6º andar – Florianópolis/SC – 88.015-130
Fone: (48) 3664-7328 – E-mail: getin@saude.sc.gov.br

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por KARINE OURIQUES MAIA e MARILYN CORTESE em 22/06/2020 às 18:37:39, conforme Decreto Estadual nº 39, de 21 de fevereiro de 2019. Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site <https://portal.sgpe-sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo SES 00077036/2020 e o código 16H4PZTB.

Verifica-se também que possuíam 12 (doze) dispositivos diferentes (celulares, computadores e notebooks) **DESCONECTADOS** na conta naquele momento, conforme mostramos nas próximas imagens.



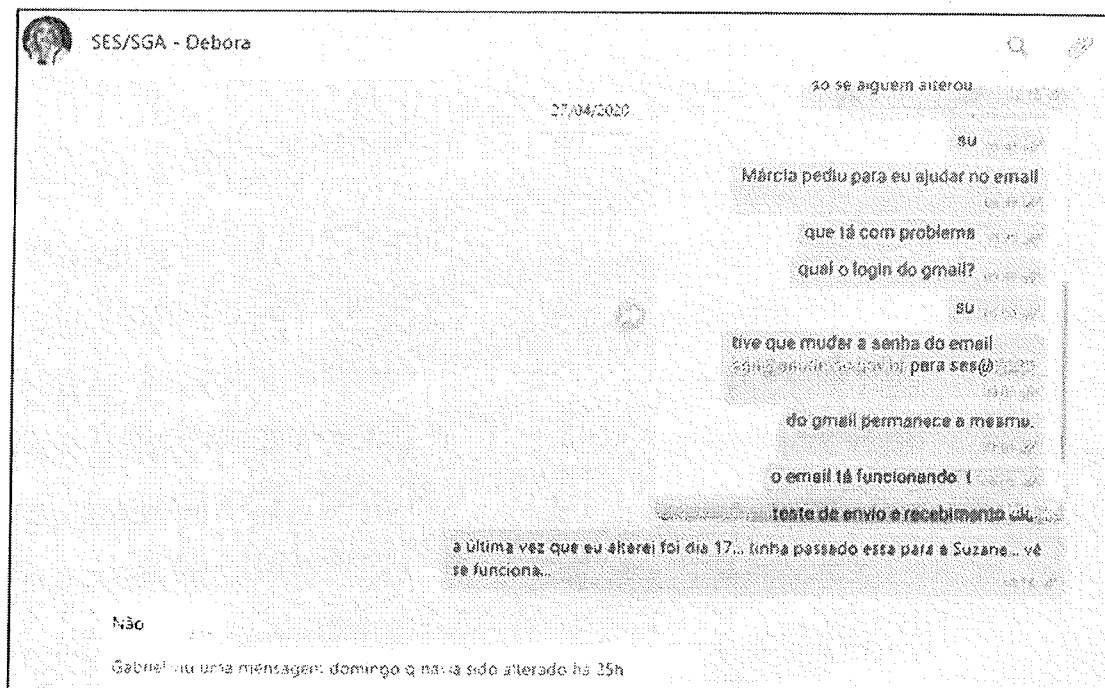
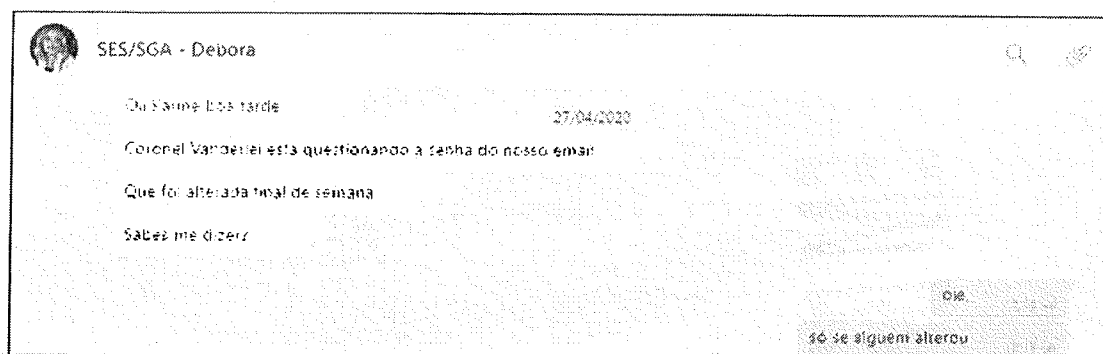


item b) o endereço IP da máquina em que foi efetuada a primeira alteração de senha do referido endereço de e-mail

Conforme relatado anteriormente NÃO há como identificar todas as transações realizadas no e-mail GMAIL da SGA, em função de ser uma ferramenta gratuita da GOOGLE.

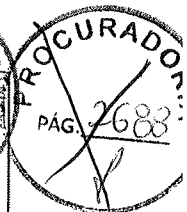
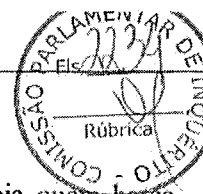
Não há como identificar o endereço IP da máquina em que foi efetuada a primeira alteração de senha, entretanto, podemos esclarecer que a servidora MÁRCIA informou a alteração de senha do e-mail "apoio.sga.sc@gmail.com", informando a "nova senha", conforme relatos abaixo relacionados:

No dia 27 de abril de 2020, às 18:14hs, a servidora DÉBORA BRUM, entra em contato com a GETIN, informando que não estavam conseguindo acessar a conta de e-mail (gmail) da Superintendência de Gestão Administrativa – SGA, pois a senha estava inválida. DÉBORA informa que alguém alterou no final de semana, pois aparecia mensagem que a senha havia sido alterada há 25 horas, conforme mensagens abaixo:

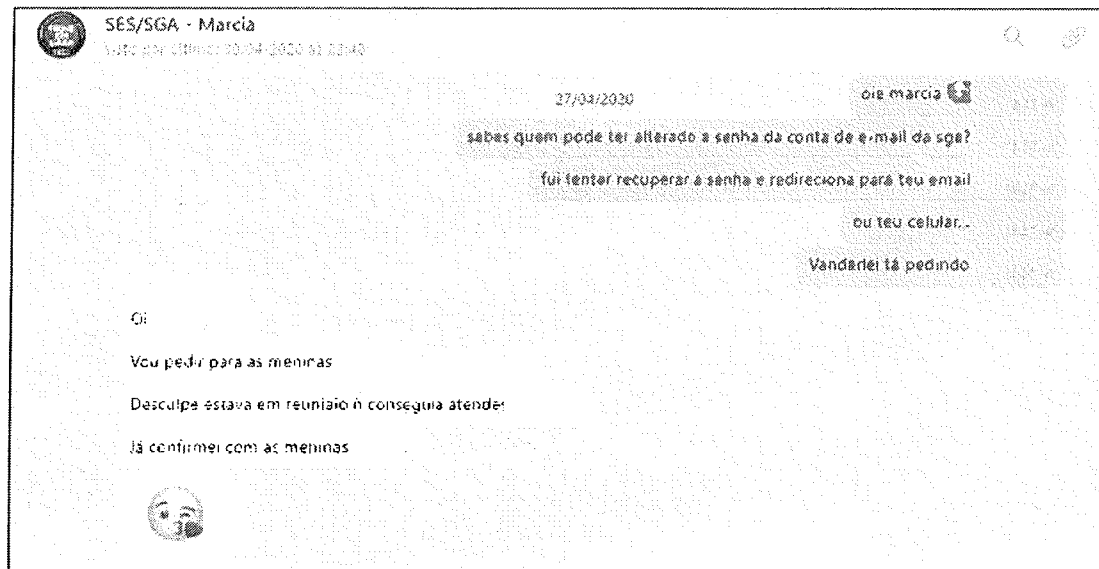


Rua Esteves Júnior, 390, 6º andar – Florianópolis/SC – 88.015-130

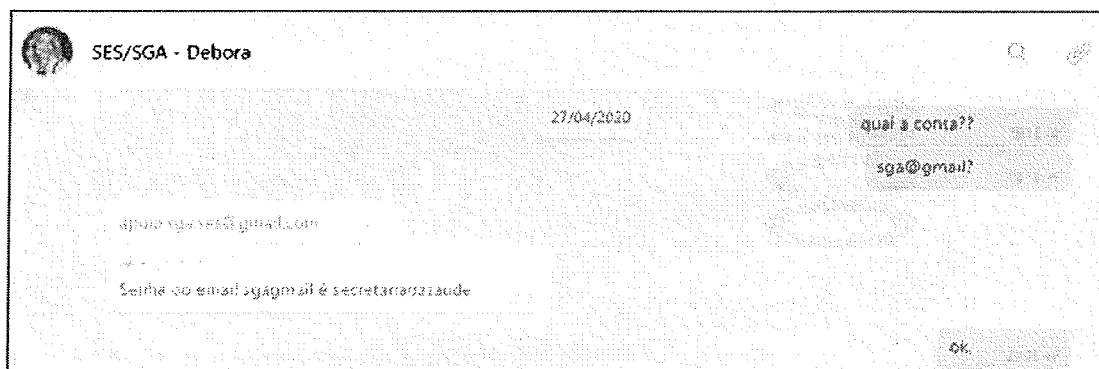
Fone: (48) 3664-7328 – E-mail: getin@saude.sc.gov.br



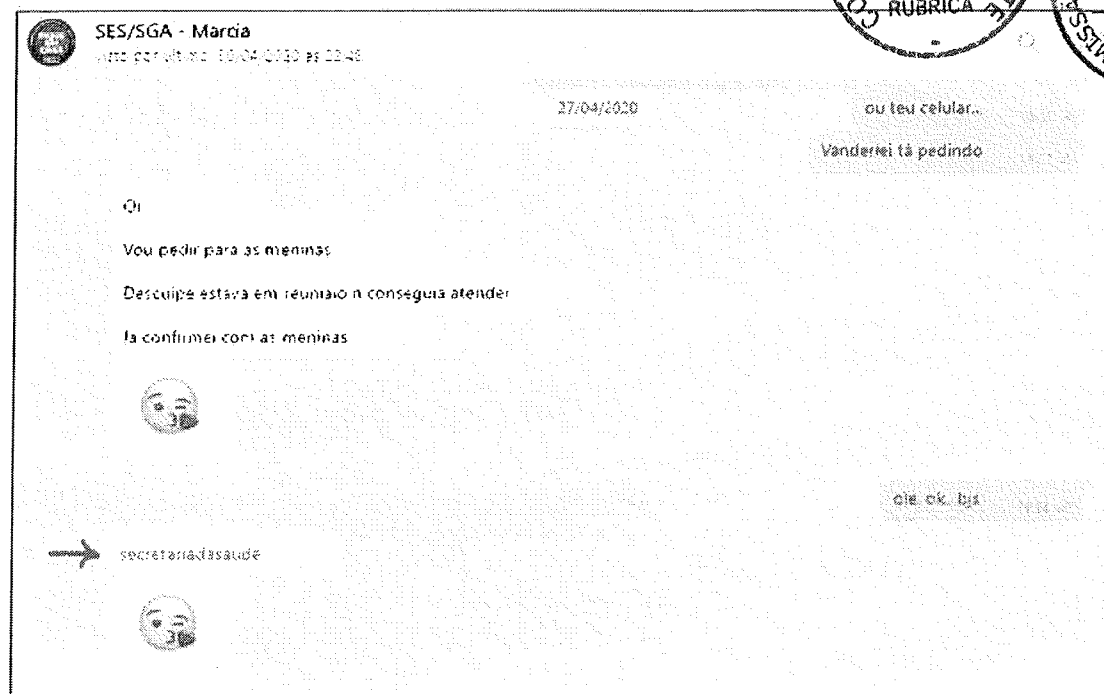
A GETIN tenta entrar em contato com a MÁRCIA, para ver se ela sabia quem havia alterado a senha:



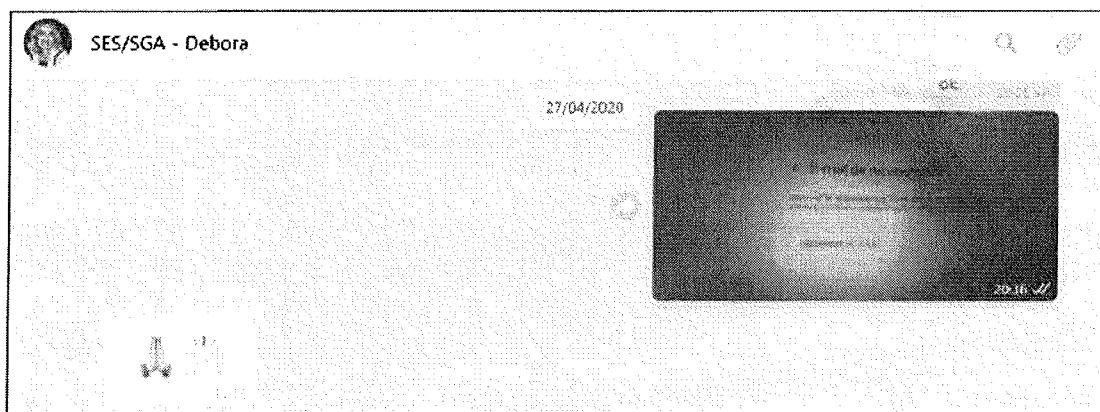
A GETIN entra em contato com a DÉBORA, às 19:58hs, conforme imagem abaixo, informando que a MÁRCIA havia passado a nova senha para elas. Às 20:01hs, a GETIN recebe mensagem da DÉBORA BRUM com a nova senha:



A GETIN tenta acessar a conta, porém verifica que a senha informada permanece inválida. Neste momento, foi solicitado novamente a senha à servidora MÁRCIA, via telefone. A informação foi repassada às 20:08hs, conforme imagem abaixo:



Ao acessar a conta, verificamos na configuração do GOOGLE CONTAS, que os e-mails e telefones de recuperação cadastrados eram da MÁRCIA, então, alteramos para o e-mail de recuperação sga@saude.sc.gov.br, e além disso, retiramos os telefones de recuperação. Informamos à DÉBORA das alterações realizadas e a senha correta, conforme consta na imagem abaixo:





SES/SGA - Debora

Obrigado!

27/04/2020

Debora, tirei os telefones tb de recuperação

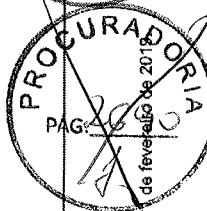
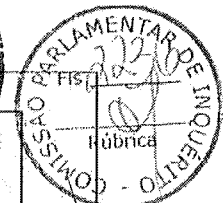
É?

a senha que me passasse

é errada

eh secretariadesaude

precisando só chamar 2,6



No dia 28/04/2020, às 08:5hs, DÉBORA entra em contato novamente com a GETIN, solicitando auxílio pra realizar backup do e-mail da SGA e gravar em um CD. Foi realizada a orientação para realização de backup no GMAIL e aconselhamos salvar o arquivo gerado na pasta de rede da SES, pois CD poderia estragar ou até mesmo se perder um dia, sendo que na rede, possuímos rotinas de backup dos arquivos.

No dia 04/05/2020, às 14:05hs, DÉBORA solicita novamente suporte quanto à alteração da senha do e-mail corporativo e recuperação de e-mails, pois a SGA havia identificado alguns e-mails que estavam no GMAIL haviam sido deletados, conforme pode ser identificado na imagem abaixo:



SES/SGA - Debora

Ol Karine

04/05/2020

Podes mudar a senha do nosso email do pae?

Alguem apagou nossos emails do gmail

Precisamos deixar essa senha do pae restrita

Sim

Todos

Do covid

Sim

Tem como recuperar?

contigo recuperar de 15 dias atrás

serio?!

verificaram a lixeira?

SES/SGA - Debora

Sim

04/05/2020

Tem como recuperar?

consigo recuperar de 15 dias atrás

se será foi apagado?

posso mudar a senha sim

qual senha vcs querem?

qual data vcs querem que recupere?

o máximo que der

Ah a senha a Suzane já achou onde muda aqui

Se puderes recuperar oq der

SES/SGA - Debora

04/05/2020

vao mudar lá no pae@saude tb?

ou só a de acesso do sga?

apoio.sga.ses@gmail?

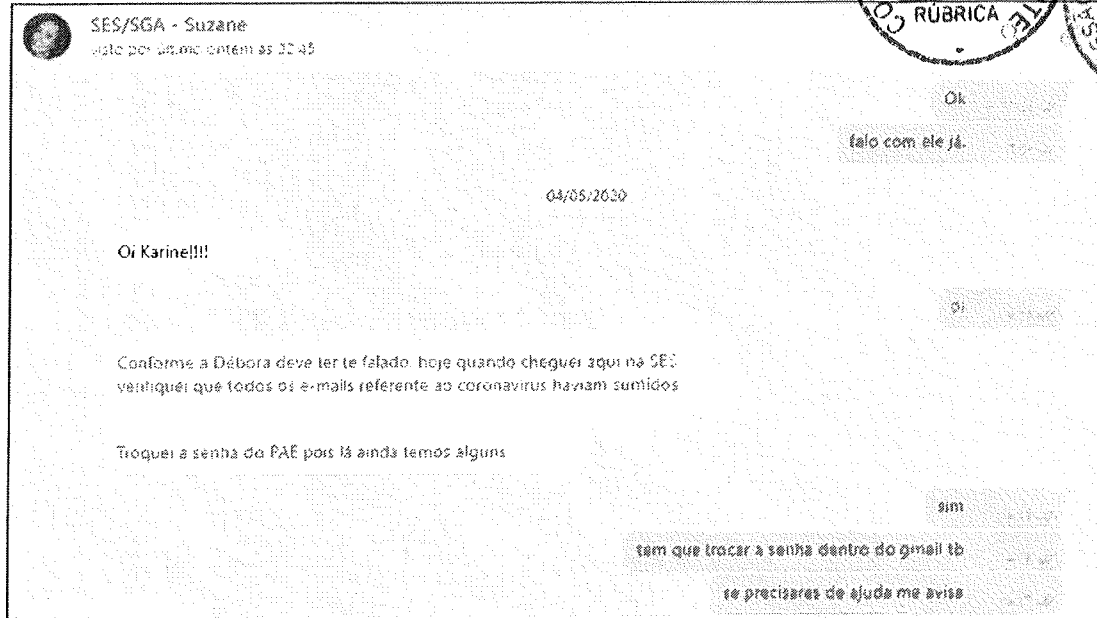
Vamos mudar no pae tb q lá ainda tem os emails ri aer se todos

só me encaminhe um email pedindo para recuperar as mensagens do email sga@saude

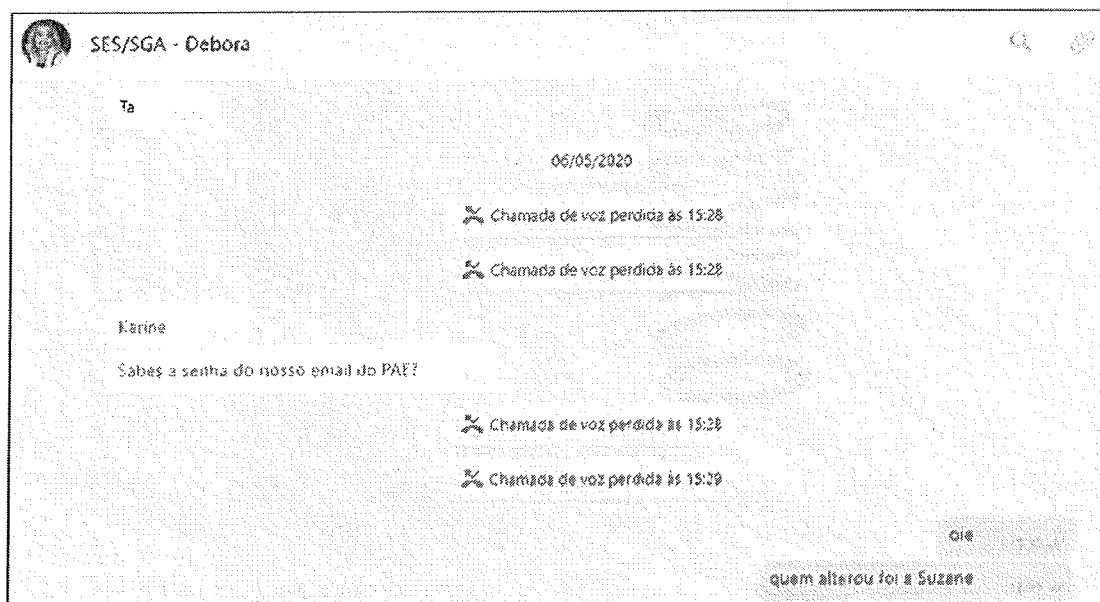
Ta

Também no dia 04/05/2020, às 14:15hs, SUZANE da SGA, entra em contato com a GETIN, informando que os e-mails relacionados ao COVID haviam sumido da conta de e-mail GMAIL, e que ela havia trocado a senha do e-mail corporativo da SGA (sga@saude.sc.gov.br). Foi informado que a nova senha deveria ser configurada dentro do GMAIL, para que a sincronização das contas funcionassem. SUZANE questiona também se tem como descobrir como os e-mails foram apagados ou resgatar as pastas (marcadores).

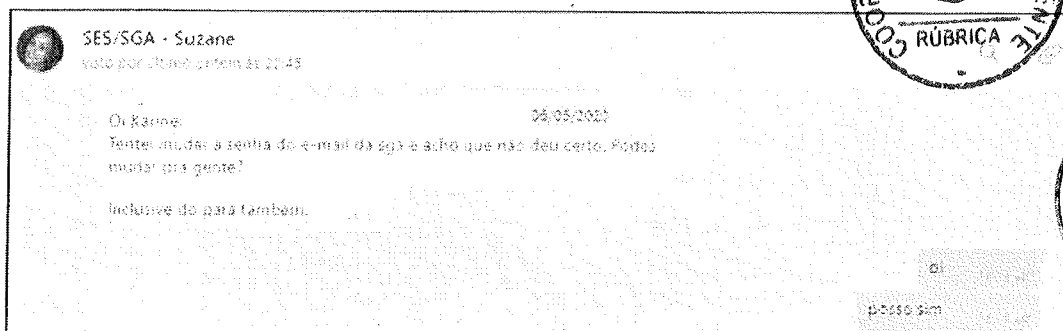
Foi informado que poderia ser recuperado e-mails da conta corporativa e que não seria possível recuperar os e-mails do GMAIL, pois como relatamos anteriormente, o GMAIL utilizado é uma ferramenta gratuita fornecida pela GOOGLE, do qual não temos acesso de sua gestão.



No dia 06/05/2020, às 15:28hs, DÉBORA entra em contato novamente com a GETIN, questionando se lembrávamos da senha do e-mail corporativo. De acordo com o conhecimento da GETIN, a última a ter alterado a senha, havia sido a assistente SUZANE.



Também no dia 06/05/2020, SUZANE entra em contato com a GETIN, pedindo auxílio para alterar a senha do e-mail da SGA, pois ela tentou e não conseguiu.



Após este momento, foi possível fazer alguns rastreamentos conforme relatados no **Item a) usuários logados no endereço de e-mail da SGA (GMAIL).**

Destacamos que a senha é de **responsabilidade de cada usuário**, sendo PESSOAL e INTRANSFERÍVEL, e sempre que haja suspeita de violação ou compartilhamento, deverá ser alterada.

Segue abaixo outras informações relevantes:

- **Acesso remoto**

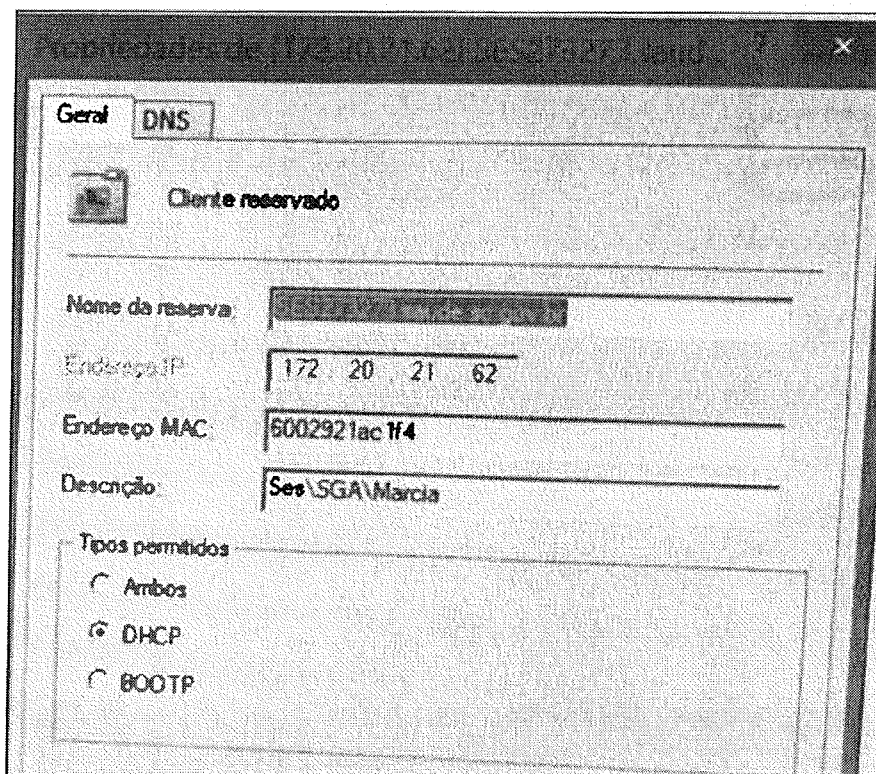
No dia 20/03/2020, a MÁRCIA solicita que a GETIN configure uma ferramenta em seu notebook para realizar acesso remoto em seu computador da SES, para poder ter acesso as suas pastas de rede, visto que ela estaria dando expediente na Defesa Civil.

Realiza-se a configuração do acesso remoto no notebook da MÁRCIA para acessar a rede e seu computador da SES.

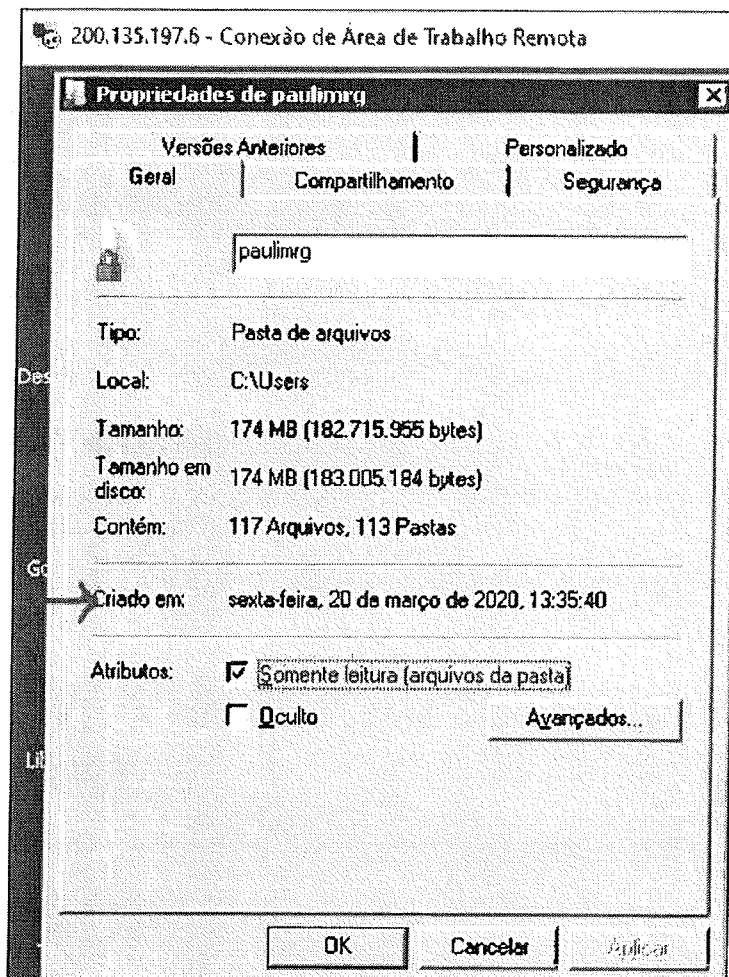
Primeiro, efetua-se a reserva do IP do computador:

Patrimônio do Computador: SES 273273

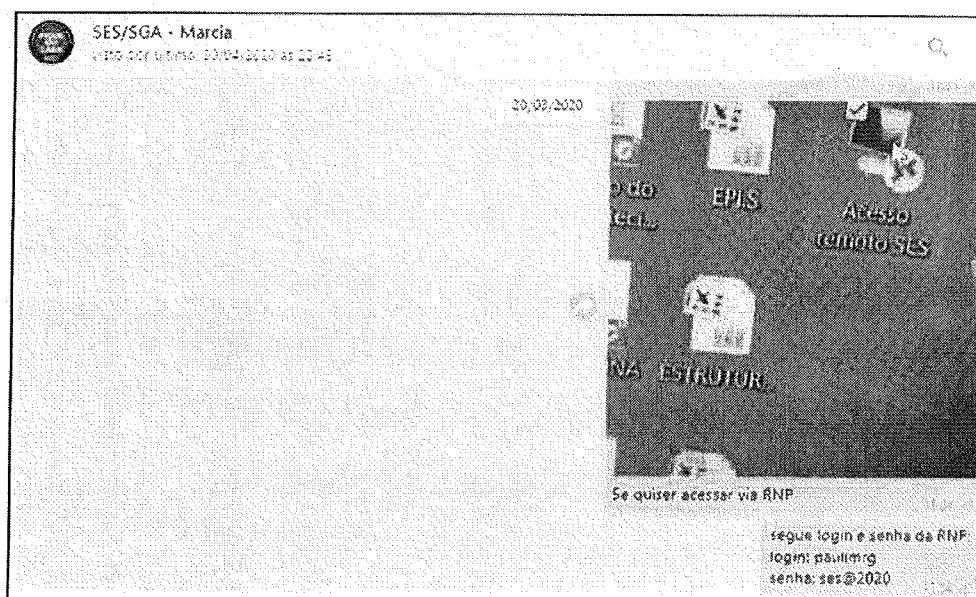
IP: 172.20.21.62



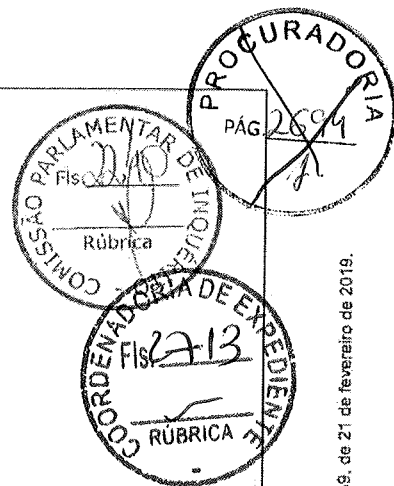
Depois, cria-se o usuário da MÁRCIA na ferramenta de acesso remoto:



E informa-se a usuária seu login e senha de acesso:



Rua Esteves Júnior, 390, 6º andar – Florianópolis/SC – 88.015-130
Fone: (48) 3664-7328 – E-mail: getin@saude.sc.gov.br



Percebe-se que a usuária nunca fez a utilização do acesso remoto, como podemos verificar na imagem abaixo:

Arq: 200 435 1572 - Conexão de Área de Trabalho Remota

Pasta	Nome	Data de modificação	Tipo
Área de Trabalho	monitorsah	07/04/2020 13:46	Pasta de arquivos
Downloads	monitorsah	07/04/2020 14:51	Pasta de arquivos
Locais	monitorsah	06/04/2020 12:36	Pasta de arquivos
	monitorsah	07/04/2020 09:17	Pasta de arquivos
Área de Trabalho	monitorsah	22/04/2020 14:46	Pasta de arquivos
Documentos	monitorsah	25/03/2020 17:40	Pasta de arquivos
Imagens	monitorsah	16/03/2020 10:29	Pasta de arquivos
Músicas	monitorsah	06/04/2020 13:46	Pasta de arquivos
Vídeos	monitorsah	06/04/2020 13:46	Pasta de arquivos
Computador	monitorsah	06/04/2020 13:46	Pasta de arquivos
Disco Local (C:)	monitorsah	14/07/2020 01:57	Pasta de arquivos
	monitorsah	02/04/2020 14:30	Pasta de arquivos
	monitorsah	25/03/2020 15:32	Pasta de arquivos
	monitorsah	25/03/2020 13:26	Pasta de arquivos
	monitorsah	16/06/2020 15:37	Pasta de arquivos
	monitorsah	07/04/2020 09:17	Pasta de arquivos
	monitorsah	07/04/2020 09:17	Pasta de arquivos
	monitorsah	31/03/2020 14:34	Pasta de arquivos
	monitorsah	24/03/2020 10:26	Pasta de arquivos
	monitorsah	07/04/2020 20:40	Pasta de arquivos
	monitorsah	06/04/2020 17:20	Pasta de arquivos
	monitorsah	07/04/2020 09:17	Pasta de arquivos
	monitorsah	13/04/2020 12:10	Pasta de arquivos
	monitorsah	07/04/2020 09:16	Pasta de arquivos
	monitorsah	25/03/2020 14:28	Pasta de arquivos
	monitorsah	07/04/2020 20:10	Pasta de arquivos

Data da última alteração na pasta: 20/03/2020

Data de captura da imagem: 21/06/2020

COORDENADORIA DE EXPEDIENTE
FIS. 27-14
RUBRICA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
FIS. 27-14
RUBRICA

27-90
21/06/2020

• Acesso a ferramenta SGPE

Salientamos ainda que, diante dos depoimentos realizados até a presente data, um dos pontos é identificar quem realizou a certificação das notas da empresa VEIGAMED (dentro do sistema SGPE). Desta forma, foi solicitado à SEA, os logs de acesso ao sistema SGPE – Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, da usuária MARCIA REGINA GEREMIAS PAULI (login: 59164786900), e foi identificado que:

No dia 01/04/2020, o login da MÁRCIA, foi acessado às 08:18:12 através de um computador instalado na Rede da Defesa Civil, através do IP 10.51.35.17.

Sendo que a Nota Fiscal nº 384, foi assinada pela MÁRCIA Regina Geremias Pauli, no dia 01/04/2020, às 08:18:38hs, inserida na página PSES 39977/2020, e a Nota Fiscal nº 385, assinada pela MÁRCIA Regina Geremias Pauli, no dia 01/04/2020, às 08:18:39hs, inserida na página PSES 39985/2020, como mostra nas imagens abaixo:

Processo SES 00039977/2020

Peças

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

MARCIA REGINA GEREMIAS PAULI
01045920

Assinado em 01/04/2020 - 08:18:38
Certificado: SGC - em vigor em 20/03/2020 - 16:27:03
e válido até 20/03/2020 - 16:27:03

Código verificador: 9QL40J2Q

VEIGAMED MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR EIRELI

Rua Antonio Felix, 679 - Nossa Sra de Fatima, Rio de Janeiro, RJ
- CEP: 24520631

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - Entrada 1 - Saída

Nº 000.000.384

SERIE: 1

Página 1 de 1

Processo 00039985/2020

ASSINADO DIGITALMENTE POR: MÂRCIA RUIRQUES MANA

Assinado em 01/04/2020 - 08:18:39
Certificado "SICP-e" emitido em 20/02/2020 - 16:27:03
e validade até 20/02/2020 - 16:27:03

Código verificador: W1VK2175

1 de 1

Veigamed MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR EIRELI

Rua Antonio Felix, 679 - Nossa Sra de Fátima, Rio de Janeiro, RJ

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - Entrada
1 - Saída

Nº 000.000.385

Pág. 2 de 16

202008037625

Observa-se também nesse relatório que o usuário do SGPE da MÁRCIA, acessa por diversas vezes no IP 191.191.90.166, o mesmo utilizado para acessar a conta de e-mail da SGA.

CPF	IP	DATA	Hora
59164786900	191.191.90.166	15/03/2020	11:38:30.0
59164786900	191.191.90.166	21/03/2020	08:56:32.0
59164786900	191.191.90.166	21/03/2020	23:15:48.0
59164786900	191.191.90.166	22/03/2020	13:44:13.0
59164786900	191.191.90.166	22/03/2020	15:48:20.0
59164786900	191.191.90.166	23/03/2020	20:50:13.0
59164786900	191.191.90.166	23/03/2020	20:50:50.0
59164786900	191.191.90.166	24/03/2020	21:24:47.0
59164786900	191.191.90.166	27/03/2020	23:45:44.0
59164786900	191.191.90.166	28/03/2020	11:02:34.0
59164786900	191.191.90.166	28/03/2020	17:09:09.0
59164786900	191.191.90.166	28/03/2020	21:35:20.0
59164786900	191.191.90.166	28/03/2020	22:17:28.0
59164786900	191.191.90.166	28/03/2020	23:24:51.0
59164786900	191.191.90.166	29/03/2020	09:31:47.0
59164786900	191.191.90.166	29/03/2020	21:38:48.0
59164786900	191.191.90.166	29/03/2020	22:56:57.0
59164786900	191.191.90.166	30/03/2020	07:11:14.0
59164786900	191.191.90.166	30/03/2020	23:28:24.0
59164786900	191.191.90.166	02/04/2020	21:54:45.0
59164786900	191.191.90.166	02/04/2020	22:37:04.0
59164786900	191.191.90.166	04/04/2020	12:17:56.0
59164786900	191.191.90.166	05/04/2020	09:33:20.0
59164786900	191.191.90.166	05/04/2020	09:58:59.0
59164786900	191.191.90.166	06/04/2020	21:49:30.0
59164786900	191.191.90.166	06/04/2020	23:06:15.0
59164786900	191.191.90.166	08/04/2020	20:14:41.0
59164786900	191.191.90.166	09/04/2020	19:39:36.0
59164786900	191.191.90.166	10/04/2020	08:16:30.0
59164786900	191.191.90.166	10/04/2020	20:23:06.0
59164786900	191.191.90.166	11/04/2020	13:21:40.0
59164786900	191.191.90.166	12/04/2020	10:55:52.0
59164786900	191.191.90.166	12/04/2020	17:00:04.0
59164786900	191.191.90.166	13/04/2020	21:27:43.0

Em anexo, inserimos os *logs* de acesso na íntegra, com todos os IPs de acesso ao SGP, referente ao período 15 de março à 15 de abril de 2020.

Também foi solicitado à SEA o *log* da assinatura digital das notas, contendo o IP, sendo que obtivemos o seguinte retorno:

“R: Não gravamos a informação do IP em que foi realizada a assinatura do documento. A autoria da assinatura já é representada pelo usuário presente no documento”.

Diante das informações apresentadas, a GETIN espera poder ter ajudado neste

Atenciosamente,

[assinado digitalmente]

Marilvan Cortese

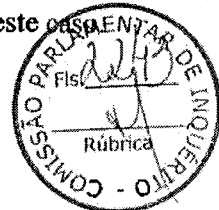
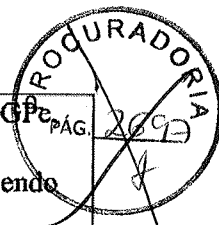
Cordenadora Geral de TI

Gerência de Tecnologia da Informação e
Governança Eletrônica

[assinado digitalmente]

Karine Ouriques Maia

Gerência de Tecnologia da Informação e
Governança Eletrônica



18/06/2020

Gmail - LOG DE ACESSO - SGPE



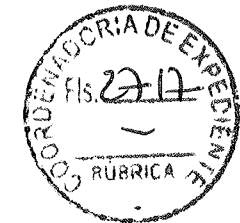
GETIN SAUDE <getinsaude@gmail.com>



LOG DE ACESSO - SGPE

GETIN SAUDE <getin@saude.sc.gov.br>

Para: GISELA DE SOUZA FONSECA <gisela@sea.sc.gov.br>, Karine Ouriques Maia <karinemaia@saude.sc.gov.br>



Boa tarde,
solicitamos a emissão de relatório a ser realizado através do SGPE, contendo as seguintes informações:

1. logs de acesso da servidora MARCIA REGINA GEREMIAS PAULI, contendo IP de acesso, data e hora do período: 15/03/2020 à 15/04/2020

2. log da assinatura digital da Nota Fiscal nº 395 certificada no PSES 39985/2020, página 003, contendo o IP da máquina onde ocorreu a certificação.

Processo: SES 00039985/2020

Peças

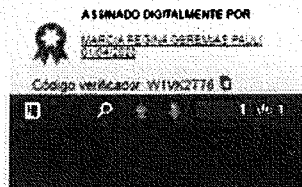
Selecionar todos

Assinaturas

Comunicação Interna

Nota Fiscal

Página 0003



3. log da assinatura digital da Nota Fiscal nº 384 certificada no PSES 39977/2020, página 003, contendo o IP da máquina onde ocorreu a certificação.

Processo | Peças | Tramitações | Tarifas | Volumes | Outros Adicionais

Processo SES 00039977/2020

Peças

Selecionar todos

Assinaturas

Comunicação Interna

Nota Fiscal

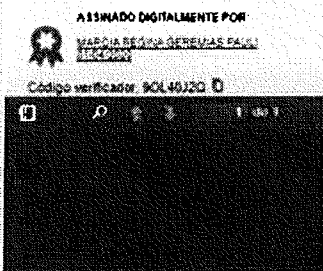
Página 0003

Despesa Certificada

T0002 - SES GEROR-NUNFI para

SES-OEAPI-NLI

NL 61714



PROCESSO DE VERIFICAÇÃO DA ASSINATURA DIGITAL	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICADOR ASSINATURADO

At;

Karine Maia
Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica - GETIN

Docka Cortese
Coordenadora Geral de TI
Gerência de Tecnologia da Informação e Governança Eletrônica - GETIN
Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina - SES
Fone: 48 3664-7328
e-mail: getin@saude.sc.gov.br

19/06/2020

Gmail - LOG DE ACESSO - SGPE



GETIN SAUDE <getinsaude@gmail.com>

LOG DE ACESSO - SGPE

Gisela Fonseca <seasgpe@gmail.com>

Para: GETIN SAUDE <getin@saude.sc.gov.br>

18 de junho de 2020 10:22

Prezada Karine,

Segue, em anexo, as informações dos logs de acesso desta usuária no período solicitado.

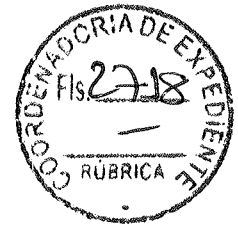
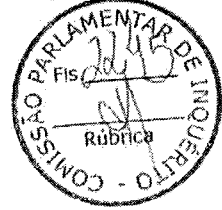
Atenciosamente,

Gisela de Souza Fonseca

Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGP-e

0800 648 1500 - sgpesuporte@sea.sc.gov.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Resposta ao chamado 356207.pdf
203K

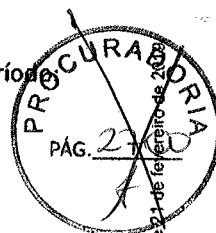
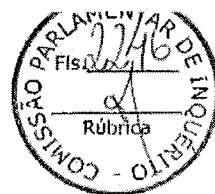
Olá Gisela, seguem as respostas abaixo:

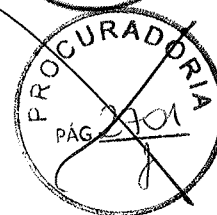
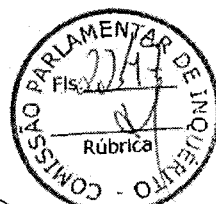
Solicitamos a emissão de relatório a ser realizado através do SGPE, contendo as seguintes informações:

1. logs de acesso da servidora MARCIA REGINA GEREMIAS PAULI, contendo IP de acesso, data e hora do período 15/03/2020 à 15/04/2020

R: Seguem os registros de login no SGP-e do CPF 59164786900 no período de 15/03/2020 a 15/04/2020:

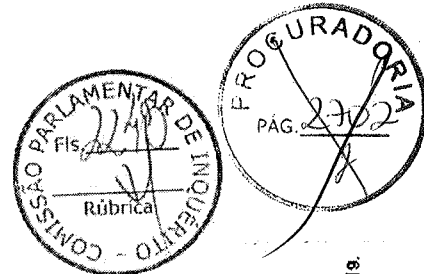
CPF	IP	DATA
59164786900	191.191.90.166	2020-03-15 11:38:30.0
59164786900	10.51.41.159	2020-03-16 11:21:34.0
59164786900	10.51.41.62	2020-03-16 11:32:41.0
59164786900	172.20.21.62	2020-03-17 10:31:10.0
59164786900	172.20.21.62	2020-03-18 09:41:37.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-18 13:32:09.0
59164786900	172.20.21.62	2020-03-19 10:00:08.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-19 15:35:13.0
59164786900	172.20.21.62	2020-03-20 08:28:44.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-20 09:43:37.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-21 08:56:32.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-21 23:15:48.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-22 10:57:48.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-22 10:58:07.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-22 13:44:13.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-22 15:48:20.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-23 13:15:31.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-23 20:50:13.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-23 20:50:50.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-24 09:05:27.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-24 21:24:47.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-25 08:09:31.0
59164786900	10.51.35.17	2020-03-25 17:47:36.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-25 18:26:09.0
59164786900	10.51.35.17	2020-03-25 18:26:22.0
59164786900	10.51.35.17	2020-03-26 13:02:56.0
59164786900	191.245.69.106	2020-03-26 15:51:23.0
59164786900	191.245.69.106	2020-03-26 15:51:34.0
59164786900	10.51.35.17	2020-03-27 08:25:40.0
59164786900	10.51.41.104	2020-03-27 10:10:17.0
59164786900	10.51.35.17	2020-03-27 18:04:46.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-27 23:45:44.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-28 11:02:34.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-28 17:09:09.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-28 21:35:20.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-28 22:17:28.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-28 23:24:51.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-29 09:31:47.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-29 21:38:48.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-29 22:56:57.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-30 07:11:14.0
59164786900	10.51.35.17	2020-03-30 08:45:35.0





59164786900	10.51.41.77	2020-03-30 11:32:06.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-30 15:37:09.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-30 17:29:28.0
59164786900	10.51.35.17	2020-03-30 19:11:46.0
59164786900	191.191.90.166	2020-03-30 23:28:24.0
59164786900	10.51.35.17	2020-03-31 08:15:06.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-31 11:53:40.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-31 12:40:10.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-31 14:12:12.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-31 15:30:23.0
59164786900	10.51.41.77	2020-03-31 17:32:43.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-01 08:18:12.0
59164786900	10.51.41.77	2020-04-01 13:08:46.0
59164786900	191.245.93.111	2020-04-01 14:17:43.0
59164786900	10.51.41.77	2020-04-01 14:25:52.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-02 08:06:40.0
59164786900	10.51.41.77	2020-04-02 13:04:25.0
59164786900	10.51.41.104	2020-04-02 18:14:57.0
59164786900	10.51.41.104	2020-04-02 18:14:58.0
59164786900	10.51.41.104	2020-04-02 18:15:01.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-02 21:54:45.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-02 22:37:04.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-03 08:03:07.0
59164786900	10.51.41.77	2020-04-03 13:12:03.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-03 15:44:44.0
59164786900	10.51.41.77	2020-04-03 17:38:00.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-04 08:48:31.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-04 12:17:56.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-05 09:33:20.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-05 09:58:59.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-06 11:21:18.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-06 21:49:30.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-06 23:06:15.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-07 08:11:12.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-08 08:31:42.0
59164786900	10.51.41.104	2020-04-08 16:03:57.0
59164786900	10.51.41.180	2020-04-08 16:31:31.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-08 17:00:19.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-08 20:14:41.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-09 08:20:16.0
59164786900	10.51.35.164	2020-04-09 11:48:25.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-09 19:39:36.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-10 08:16:30.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-10 20:23:06.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-11 10:15:38.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-11 10:15:39.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-11 13:21:40.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-12 10:55:52.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-12 17:00:04.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-13 08:15:16.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-13 12:42:04.0

59164786900	10.51.35.17	2020-04-13 14:55:51.0
59164786900	191.191.90.166	2020-04-13 21:27:43.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-14 08:09:28.0
59164786900	10.51.35.17	2020-04-15 08:28:27.0



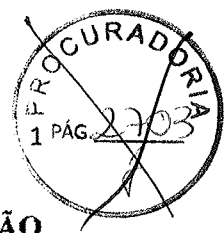
2. log da assinatura digital da Nota Fiscal nº 385 certificada no PSES 39985/2020, página 003, contendo o IP da máquina onde ocorreu a certificação.

R: Não gravamos a informação do IP em que foi realizada a assinatura do documento. A autoria da assinatura já é representada pelo usuário presente no documento.

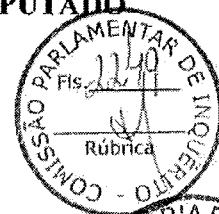
3. log da assinatura digital da Nota Fiscal nº 384 certificada no PSES 39977/2020, página 003, contendo o IP da máquina onde ocorreu a certificação.

R: Não gravamos a informação do IP em que foi realizada a assinatura do documento. A autoria da assinatura já é representada pelo usuário presente no documento.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DA COMPRA DOS
RESPIRADORES PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE – DEPUTADO
SARGENTO LIMA**



URGENTE

LUIZ FELIPE FERREIRA, devidamente qualificados nos presentes autos, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, com a finalidade de melhor esclarecer a participação deste signatário e da Controladoria-Geral do Estado no processo de compra dos respiradores, apresentar **ESCLARECIMENTOS**, nos termos a seguir aduzidos:

1. OBJETIVO DA PRESENTE MANIFESTAÇÃO

No presente procedimento, este signatário, na qualidade de testemunha enquanto Controlador-Geral do Estado, foi chamado por 2 (duas) oportunidades para prestar esclarecimentos acerca da participação da Controladoria-Geral no processo de compra dos respiradores, bem como para detalhar a atuação da instituição em outros procedimentos de compra da Secretaria de Estado da Saúde (SES) durante a pandemia da COVID-19, que assola a sociedade catarinense, brasileira e mundial.

Tendo em vista o clamor social e os ânimos exaltados durante as oitivas, algumas situações, ao ver deste signatário, não restaram devidamente esclarecidos, razão pela qual se entendeu melhor apresentar os presentes esclarecimentos, a fim de, pormenorizadamente, apresentar tudo o que foi feito pela Controladoria-Geral do Estado e as razões pelas quais o sistema de controle interno não identificou as possíveis regularidades em tempo hábil a tentar impedir a contratação.

RECIBO 02/07/2020 08:21 PROTOCOLO GERAL 00067

Handwritten signature